

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

IGOR LOUREIRO DE MATOS

REGIME JURÍDICO DAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS:
DESAFIOS E OPORTUNIDADES AO FINANCIAMENTO PRIVADO DA
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

SÃO PAULO
2019

IGOR LOUREIRO DE MATOS

REGIME JURÍDICO DAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS
- DESAFIOS E OPORTUNIDADES AO FINANCIAMENTO PRIVADO DA
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA -

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas na linha de pesquisa Direito dos Negócios e Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Campo de Conhecimento: Direito Cooperativo.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Fernandes

SÃO PAULO

2019

Matos, Igor Loureiro de.

Regime jurídico das cooperativas de produtores rurais: desafios e oportunidades ao financiamento privado da agropecuária brasileira / Igor Loureiro de Matos. - 2019.

123 f.

Orientador: Wanderley Fernandes.

Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Cooperativas - Legislação. 2. Cooperativas agrícolas - Brasil. 3. Agropecuária - Brasil - Financiamento. I. Fernandes, Wanderley. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 347.726(81)

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O

Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

IGOR LOUREIRO DE MATOS

REGIME JURÍDICO DAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS -
DESAFIOS E OPORTUNIDADES AO FINANCIAMENTO PRIVADO DA
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA -

Dissertação apresentada à Escola de
Direito de São Paulo da Fundação Getúlio
Vargas, como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Direito.

Campo de conhecimento: Direito
Cooperativo.

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

Prof . Dr. Wanderley Fernandes
(Orientador)
EDESP-FGV

Profa. Dra. Lie Uema do Carmo
EDESP-FGV

Prof. Dr. Fabio Coutinho de Alcantara Gil

Prof. Esp. Marco Aurélio Bellato Kaluf

Dedico este trabalho a meus pais, Irênio Gomes de Matos e Lícia Maria Loureiro de Matos, por terem ensinado seu filho a voar sem limites, munido de alma para sonhar, vontade para buscar e capacidade de fazer.

AGRADECIMENTOS

Tenho muitas pessoas a agradecer. A rigor, este trabalho não é resultado apenas de um curso de mestrado, mas também da experiência no ambiente cooperativo. Nesse percurso muitas pessoas me ensinaram a escrevê-lo ou concorreram para que ele pudesse ser feito.

Agradeço ao Dr. Ildegardo Rosa Santos, meu professor de direito cooperativo e de cooperativismo, pela dedicação, pela confiança e pelo legado que tão carinhosamente me ofereceu.

Agradeço aos amigos da Associação de Fomento à Economia Solidária (Bansol), do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia (OCEB), da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia (Sesol/Setre), e às cooperativas que me deram a honra de com elas trabalhar, pela oportunidade de realizar sonhos e vencer desafios.

Agradeço aos amigos André Alves Portella e Tatiana Veloso, cuja insistência me convenceu a buscar o caminho do Mestrado.

Agradeço ao amigo Júlio César Barbosa de Souza, pelos valiosos conselhos, decisivos para o sucesso na seleção do Mestrado.

Agradeço ao querido amigo Néfton Viana Filho, que me acolheu em período de enorme dificuldade e, além de emprestar seu brilhantismo profissional ao nosso público cooperativo, permitiu que este jovem advogado conseguisse conjugar estudo e trabalho.

Agradeço aos amigos José Estevam de Almeida Prado e Henrique Sperandio, pela acolhida em São Paulo e pelo esmerado apoio no desenvolvimento do estudo.

Agradeço à Biblioteca Karl Boedecker, da Fundação Getulio Vargas/SP, que, além de disponibilizar acervo e bases de dados de padrão internacional, conta com equipe de profissionais comprometidos e dedicados, sempre dispostos a ensinar o tateante estudante a transitar com desenvoltura nos acervos físico e virtual.

Agradeço à Sra. Márcia Freitas, membro da Assessoria Técnica da Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), e à Sra. Meegan Moriarty, membro do Conselho para Políticas Públicas de Cooperativismo do U.S. Department of

Agriculture (USDA) pelo apoio no acesso e na interpretação de dados sobre registros de cooperativas no Brasil e nos EUA.

Agradeço à Sra. Sirlene Fernandes, Gerente Financeira da Cooperativa Agrícola de Juazeiro (CAJ), que dedicou precioso tempo a debater aspectos relevantes do financiamento de cooperativas, na pessoa de quem agradeço às cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, inspiração para o desenvolvimento deste estudo.

Agradeço à Prof^a Dra. Lie Uema, ao Prof. Dr. Fábio Gil, e ao Prof. Dr. Marco Aurélio Bellato Kaluf, cujas sugestões aperfeiçoaram sensivelmente o resultado final ora apresentado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wanderley Fernandes, que me conduziu neste desafio com todo zelo, desde a revisão do projeto de pesquisa até a apresentação final do trabalho. Espantoso como um profissional desse quilate disponibiliza tamanha atenção ao aluno sob seus cuidados.

À minha esposa, Analuisa de Andrade Spinola, agradeço pelo amor e pela dedicação capazes de suplantar as ausências do marido mestrando.

E, mais do que a todos, agradeço a meus pais, Lícia Maria Loureiro de Matos e Irênio Gomes de Matos, pela vida, pelo apoio e pelo exemplo.

RESUMO

A presente Dissertação consiste em pesquisa acerca dos desafios e oportunidades que o regime jurídico das cooperativas agropecuárias oferece ao financiamento privado da agropecuária brasileira. O desenvolvimento do estudo é relevante por tratar de ferramenta jurídica importante para o exercício da atividade agropecuária brasileira. O aperfeiçoamento técnico na aplicação dessa ferramenta tem potencial de contribuir para o acréscimo do fluxo de financiamento privado ao agronegócio cooperativo. A Dissertação será construído no formato de Resolução de Problema Prático. Este formato permite conjugar soluções imediatas para os empreendimentos com proposta de aperfeiçoamento da legislação. Constatou-se que: (1) As principais oportunidades que uma cooperativa oferece a produtores rurais na busca de fontes externas de financiamento consistem: (1.1) na mitigação do desequilíbrio de mercado; e (1.2) na possibilidade de acesso a melhores fontes no mercado de crédito; (2) Os principais obstáculos que uma cooperativa oferece ao financiamento privado do agronegócio são: (2.1) restrição a admissão de sócio investidor, (2.2) desincentivo a capitalização pelo produtor rural, (2.3) desestímulo a formação de garantias e (2.4) particularidades na implantação de boas regras de governança. Ao final, conclui-se que se fazem necessárias: (1) disseminação de tecnologia jurídica necessária à formulação de arranjos contratuais e societários que promovam acesso de novas fontes de financiamento privado às cooperativas agropecuárias; e (2) atualização do marco normativo do setor, que pode ser empreendido mediante revisão do Projeto de Lei nº 519/2015, de modo a aprimorar suas qualidades e afastar definitivamente quaisquer ameaças de retrocessos.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperativas - Legislação. Cooperativas agropecuárias - Brasil. Agropecuária - Brasil - Financiamento.

ABSTRACT

This Dissertation is a research about challenges and opportunities that the legal frame of agricultural cooperatives offers to the private financing of Brazilian agriculture. The research is relevant because cooperatives are important for Brazilian agricultural activity. The technical improvement in the application of this tool has the potential to contribute to the increase of the flow of private financing to cooperative agrobusiness. The Dissertation is written as a Practical Problem Solving Method. This method allow to conjugate immediate solutions and legal frame proposals. It was verified that: (1) the main cooperative society opportunities are: (1.1) mitigation of market imbalance, e (1.2) access to better sources in credit market; (2) the main challenges that the Brazilian frame of cooperative society law offers to the agribusiness private financing are: (2.1) restrictions for partner investor admission; (2.2) capitalization disincentive for rural entrepreneurship, (2.3) guarantee formation disincentive, and (2.4) governance rules particularities. It concludes that are necessary: (1) dissemination of contractual and corporate arrangements for new private financing sources for rural cooperatives, and (2) cooperative legal frame update, that can be done through changes in Federal Law Project nº 519/2015.

KEY WORDS

Cooperative law. Agricultural Cooperatives - Brazil. Agricultural - Brazil - Financing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01:	Gráfico PIB brasileiro em 2017. PIB Total x PIB do Agronegócio.	13
Ilustração 02:	Gráfico de participação em mercado varejista na França. 2017	20
Ilustração 03:	Gráfico com percentual de estabelecimentos rurais na União Européia, em razão de forma jurídica e força de trabalho.	33
Ilustração 04:	Gráfico com quantidades de estabelecimentos rurais nos EUA, em razão de sua extensão física.	33
Ilustração 05:	Gráfico com percentual de estabelecimentos rurais no Brasil, em razão de sua extensão física.	34
Ilustração 06:	Gráfico com estrutura do ambiente institucional e organizacional das cadeias produtivas agronegóciarias.	62
Ilustração 07:	Gráfico com capacidade instalada de produção de matérias-primas para fertilizantes (t/ano) no Brasil.	63
Ilustração 08:	Contexto de produtores rurais dispersos no ambiente agronegócio, em face de fornecedores e adquirentes.	64
Ilustração 09:	Contexto de produtores rurais agregados em cooperativas no ambiente agronegócio, em face de fornecedores e adquirentes.	65
Ilustração 10:	Ilustração das seções do mercado financeiro.	66
Ilustração 11:	Gráfico de evolução de ativos x percentual do PIB brasileiro em 2017.	80
Ilustração 12:	Gráfico representativo de arranjo societário da BATÁVIA S/A, em 1996.	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Valor Percentual da relação entre os agregados contábeis das cooperativas de crédito e respectivos agregados do segmento bancário.	20
Tabela 02:	Média de extensão de estabelecimentos rurais na União Européia.	32
Tabela 03:	Distribuição de “Empréstimos do Governo Federal” do Brasil por categoria de mutuário em anos selecionados.	40
Tabela 04:	Rol de princípios cooperativistas da teoria rochdaliana.	44
Tabela 05:	Participação dos insumos na atividade agronegocial brasileira, nos anos de 1970, 1996 e 2006.	59
Tabela 06:	Taxa real de juros do crédito rural, segundo finalidade do empréstimo. Brasil, entre 1970 e 1985.	71
Tabela 07:	Dispêndios do Governo Federal na função agricultura entre 1980 e 1990.	72
Tabela 08:	Crédito agrícola e suas fontes, no Brasil, de 1987 a 1996.	72
Tabela 09:	Evolução das aplicações financeiras x rentabilidade no período em porcentagem. 2017.	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
RESSALVA	16
1. COOPERATIVA	17
1.1. COMPETIÇÃO E COOPERAÇÃO.....	17
1.2. MANIFESTAÇÕES FÁTICAS, ONTOLOGIAS COOPERATIVISTAS, E CONCEITOS.....	17
1.2.1. COTEJO DE MANIFESTAÇÕES FÁTICAS	18
1.2.2. ONTOLOGIAS COOPERATIVISTAS.....	21
1.2.2.1. COOPERATIVAS NA PERSPECTIVA DA CORRENTE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	21
1.2.2.2. COOPERATIVAS NA PERSPECTIVA DA TEORIA ECONOMICISTA.	23
1.2.3. COOPERATIVAS NA PERSPECTIVA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL.....	24
1.3. CONCEITO DE COOPERATIVA AGROPECUÁRIA ADOTADO NESTE ESTUDO	28
2. COOPERATIVAS NA AGROPECUÁRIA.....	30
2.1. AGROPECUÁRIA NA ECONOMIA GLOBAL.	30
2.2. PREDOMINÂNCIA DA PEQUENA PROPRIEDADE NA AGROPECUÁRIA OCIDENTAL.	31
2.2.1. RAZÕES ECONÔMICAS PARA PROLIFERAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NA AGROPECUÁRIA OCIDENTAL E PARA SUA ARTICULAÇÃO EM COOPERATIVAS.....	34
3. ARQUITETURA JURÍDICA DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA.	38
3.1. DELINEAMENTOS JURÍDICOS	38
3.2. CONTEXTO E PROPÓSITOS DA ARQUITETURA JURÍDICA DA SOCIEDADE COOPERATIVA.....	38
3.2.1. REVISÃO DO MODELO ESTABELECIDO PELO DECRETO-LEI Nº 59 DE 1966.....	40
3.3. INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NA ARQUITETURA JURÍDICA DA SOCIEDADE COOPERATIVA.....	43
3.3.1. RECEPÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI) PELO DIREITO BRASILEIRO.....	43
3.3.1.1. ADESÃO LIVRE (INCLUSIVE NEUTRALIDADE RELIGIOSA, RACIAL E SOCIAL).....	45

3.3.1.2.	GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	46
3.3.1.3.	DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS: A) AO DESENVOLVIMENTO DA COOPERATIVA; B) AOS SERVIÇOS COMUNS; C) AOS ASSOCIADOS PRO-RATA DAS OPERAÇÕES.....	46
3.3.1.4.	TAXA LIMITADA DE JUROS AO CAPITAL SOCIAL.....	48
3.3.1.5.	CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO PARA EDUCAÇÃO DOS ASSOCIADOS E DO PÚBLICO EM GERAL.....	48
3.3.1.6.	ATIVA COOPERAÇÃO ENTRE AS COOPERATIVAS EM ÂMBITO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.....	49
3.3.2.	EVENTO DE MÉRIDA. ATO COOPERATIVO.....	50
3.4.	INOVAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	51
3.5.	O CÓDIGO CIVIL DE 2002 E A REINTRODUÇÃO DE COMANDOS NORMATIVOS ULTRAPASSADOS.....	53
3.5.1.	COMANDOS DISSONANTES NO SISTEMA NORMATIVO.....	55
3.6.	ARQUITETURA JURÍDICA DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA: ENGENDRAMENTO DO MODELO SOCIETÁRIO E DESCOLAMENTO DO CONTEXTO ATUAL.	57
4.	OPORTUNIDADES QUE AS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS OFERECEM AO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	58
4.1.	FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO.	58
4.2.	COOPERATIVAS E FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO.....	61
4.2.1.	OPORTUNIDADES NO FINANCIAMENTO JUNTO A FORNECEDORES DE INSUMOS E ADQUIRENTES DA PRODUÇÃO. CONCENTRAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE MERCADO.....	61
4.2.2.	OPORTUNIDADES NO FINANCIAMENTO JUNTO AO MERCADO DE FINANCEIRO.....	66
4.2.2.1.	OPORTUNIDADES JUNTO AO MERCADO DE CRÉDITO.	67
4.2.3.	PRINCIPAIS OPORTUNIDADES QUE AS COOPERATIVAS OFERECEM AO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	69
5.	DESAFIOS QUE AS COOPERATIVAS DE PRODUTORES RURAIS OFERECEM AO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO.....	70
5.1.	RETRAÇÃO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO. CRISE FISCAL. FINANCIAMENTO NOS MERCADOS INFORMAIS.	70
5.1.1.	IMPACTO EXPERIMENTADO POR COOPERATIVAS COM A EXPANSÃO DO FINANCIAMENTO INFORMAL E A DESARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	73

5.2.	EXEMPLOS DE NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO PRIVADO DO AGRONEGÓCIO.	75
5.2.1.	COOPERATIVAS E NOVAS FORMAS DE FINANCIAMENTO PRIVADO.	77
5.2.1.1.	ANÁLISE DE CRÉDITO.....	78
5.3.	OBSTÁCULOS AO FINANCIAMENTO PRIVADO A COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS.	79
5.3.1.	RESTRIÇÃO À ADMISSÃO DE SÓCIO INVESTIDOR, NÃO PRODUTOR.....	79
5.3.2.	DESESTÍMULO DE CAPITALIZAÇÃO DE COOPERATIVA POR PRODUTOR COOPERADO. LIMITE E CONDICIONANTES DE REMUNERAÇÃO DE QUOTAS PARTES. DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS ECONÔMICOS.	82
5.3.3.	LIMITAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DE GARANTIAS.....	85
5.3.4.	DIFICULDADE DE IMPLANTAR BOAS REGRAS DE GOVERNANÇA.....	87
5.3.4.1.	GOVERNANÇA. PRINCÍPIOS. EQUIDADE.	87
5.3.4.2.	GOVERNANÇA. AGENTES E PRINCIPAIS.....	89
5.3.4.2.1.	GOVERNANÇA. PROBLEMA DE AGÊNCIA.....	90
5.3.4.2.2.	GOVERNANÇA. PROBLEMAS DE CONTROLE.....	91
5.4.	PANORAMA GERAL DOS OBSTÁCULOS AO FINANCIAMENTO PRIVADO DO AGRONEGÓCIO COOPERATIVO. TRATAMENTO IMEDIATO.	94
6.	HORIZONTE LEGISLATIVO.....	98
6.1.	PROJETOS DE LEI.	98
6.2.	VISÃO GERAL DO PL 519/2015.....	99
6.2.1.	INOVAÇÕES. CERTIFICADO DE CRÉDITO COOPERATIVO E CONTRATO DE PARCERIA.....	103
6.2.1.1.	CERTIFICADO DE CRÉDITO COOPERATIVO.....	103
6.2.1.2.	CONTRATO DE PARCERIA.	103
6.3.	AVALIAÇÃO E SUGESTÕES AO PL 519/2015.....	104
6.4.	APREENSÕES CONCLUSIVAS SOBRE O PL 519/2015	106
7.	DISCUSSÕES FINAIS E CONCLUSÕES.	107
	LITERATURA ESPECIALIZADA E OBRAS DE REFERÊNCIA.....	108

INTRODUÇÃO

O regime jurídico das cooperativas de produtores rurais como deflagrador de oportunidades e desafios ao financiamento privado da agropecuária brasileira é o tema do presente trabalho. A escolha é justificada pelo impacto que o delineamento jurídico desse modelo institucional gera no agronegócio¹.

Cooperativas conduzem o fluxo de cerca de 48% (quarenta e oito por centos) do total da produção agropecuária brasileira², cuja cadeia respondeu por 21,6% (vinte e um por cento e seis milésimos) do PIB em 2017³:

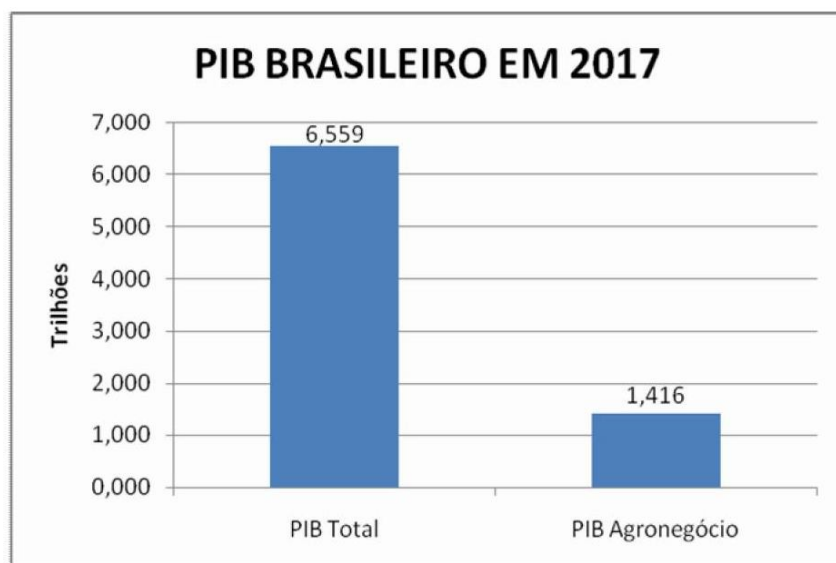


Ilustração 01: PIB Total x PIB do Agronegócio em 2017. Fonte: Fonte: Cepea/USP in Confederação Nacional da Agricultura. **PIB do Agronegócio: Brasil** – Brasília: CNA, 2018 (planilha disponível para download pelo endereço <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>, clicando-se na opção “PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018”).

¹ Para fins de desenvolvimento deste trabalho, denomina-se agronegócio cooperativo o universo de sistemas agronegociais¹ articulados em torno de cooperativas¹. Antes, dentro e depois da porteira, desde a aquisição de insumos até o escoamento da produção. Sobre o conceito empregado, leiam-se: ZYLBERSTAJN, Décio; FAVA NUNES, Marcos; e CALAMAN, Silvia M. de Queiroz (org). **Gestão de Sistemas Agroindustriais** – SP: Atlas, 2015, p. 07; e CHADDAD, Fábio; COOK, M. L; e ILIOPOULOS, C. **Agricultural cooperatives in netchains** (September, 2016). Journal on Chain and Network Science, 16(1): 1-6, 2016.

² ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Agenda Institucional do Cooperativismo – Edição 2018** – Brasília: OCB, 2018.

³Fonte: Cepea/USP in CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **PIB do Agronegócio: Brasil** – Brasília: CNA, 2018 (planilha disponível para download pelo endereço <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>, clicando-se na opção “PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018”).

Quando da formulação da Lei 5.764/71⁴, cooperativas concentravam variados fluxos de financiamento do agronegócio, desde o plantio até a comercialização, incluindo concessão de empréstimos ao produtor. A partir de meados da década de 1980, a evolução do contexto econômico conjugada com a manutenção do regime jurídico promoveu a necessidade de articulação de arranjos contratuais e societários para financiamento dos sistemas agronegociais cooperativos.

Diante dessas constatações, o presente trabalho enfrenta a seguintes questões: (1) o que são cooperativas; (2) por que cooperativas são adotadas por produtores rurais para articular suas atividades; (3) qual a arquitetura jurídica da cooperativa agropecuária brasileira; (4) quais oportunidades as cooperativas de produtores rurais oferecem ao financiamento do agronegócio; (5) quais desafios o regime jurídico de cooperativas de produtores rurais apresenta ao financiamento privado do agronegócio brasileiro; (6) como os players do setor têm atuado para vencer esses obstáculos; e (7) como o aperfeiçoamento do marco legal poderia contribuir para adequar o regime jurídico da sociedade cooperativa ao contexto econômico atual.

O exercício proposto é inovador porque analisa o fenômeno agrocooperativo em perspectiva contemporânea, trabalha a disciplina jurídico/cooperativa como variável no processo de desenvolvimento econômico, e não como instrumento para materialização de alguma das utopias de matiz sócio/político/ideológica. Cooperação é meio, jamais fim em si mesmo.

⁴ Lei Geral de Cooperativas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi empreendida sob a forma de Resolução de Problema Prático. Esta opção foi adotada em consequência da extensão do problema fático, da necessidade de perquirir suas origens e da pretensão de formular soluções jurídicas e propostas de posicionamentos mediatas e imediatas, inclusive em perspectiva geral.

Avaliou-se a possibilidade de empreender a pesquisa noutros formatos, tais quais o Estudo de Caso e o Trabalho Exploratório sobre Práticas Negociais. A envergadura do problema, a intenção de perquirir suas origens primaciais, e o desejo de propor soluções gerais, entretantes, concorreram para abandonar essas opções. O Estudo de Caso restringiria demasiadamente o objeto, podendo sugerir que o problema seria pontual. Noutro diapasão, um Estudo Exploratório sobre Práticas Negociais – conquanto demonstrasse a reverberação do problema em largos setores da economia rural – poderia olvidar a disfunção entre delineamento do modelo societário e as demandas dos atores econômicos, bem como, tal qual no outro modelo, dificultar o engendramento de soluções globais para o segmento.

À vista do exposto, concertando-se a extensão do problema com a aplicabilidade dos resultados da pesquisa, conclui-se que o formato adequado é o de Resolução de Problema Prático.

A pesquisa foi desenvolvida pelo método dedutivo, mediante emprego de análise documental e lógico-sistemática. A técnica de documentação empregada foi, majoritariamente, indireta (pesquisa bibliográfica, legislativa, jurisprudencial e bancos de dados). Entretanto, algumas seções do trabalho foram ilustradas com informações coletadas em entrevistas e elementos derivados de experiência própria e observação direta.

RESSALVA

O presente trabalho não se subordina a quaisquer das teorias cooperativistas nem aos paradigmas da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), embora possa empregar conceitos por elas desenvolvidos.

Desde o final do século XIX, formularam-se teorias acerca do fenômeno cooperativo. Socialistas utópicos⁵, teóricos de inspiração marxista⁶ e seus antagonistas liberais⁷ prescreveram fórmulas de organizações cooperativas que pulularam em debates.

No curso dos enfrentamentos, formulou-se uma proposta híbrida que se autoproclama herdeira de socialistas utópicos, mas apresenta como paradigma de cooperativa moderna um *case de sucesso* calcado em vantagem econômico/financeira dos associados (obtenção de produtos alimentícios a preços razoáveis), ocorrido em ambiente econômico liberal. É a dita Teoria dos Princípios Rochdalianos⁸, que ganhou os quatro cantos do planeta ao ser incorporada, revisada e propugnada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Todas essas linhas teóricas – as quais aqui não teremos espaço para explicar – são respeitáveis e dignas de consideração. Porém – sendo o Brasil um país democrático, no qual se estabelecem as garantias individuais de liberdade de associação e de pensamento, reputo impertinente submeter a análise de institutos jurídicos e sua consentânea repercussão econômica à valoração decorrente de filiação ideológica de qualquer matiz. Os processos hermenêuticos que vierem a ser empregados considerarão apenas as fontes normativas do sistema jurídico brasileiro, jamais as ilações decorrentes de engajamento militante parcial.

⁵ MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativistas** – Brasília: Editora Confebras, 2003.

⁶ CHAIANOV, A. V. **The Theory of peasant co-operatives** – USA: Ohio State University Press, 1991 (Traduzido por David Wedgwood Been, a partir do original em russo “Osnovnye idei iformy organizatsii sel'skokhozyaistvennoi kooperat”, publicado em Moscou, 1927); e HARNECKER, Camila Piñeiro (editor). **Cooperatives and Socialism – a view from Cuba** – London: Palgrave Macmillan, 2013.

⁷ EMELIANOFF, Ivan V.. **Theory of Cooperation – Economic Structure of Cooperative Organizations** - Washington, ?, 1948; e ROBOTKA, F. **A Theory of Cooperation** – Journal of Farm Economics, v. 29 (1), p. 94-114, 1946.

⁸ A Teoria dos Princípios Rochdalianos é uma linha teórica de pensamento cooperativista que adota como paradigma normativo um conjunto de regras derivado do estatuto original da chamada *Sociedade dos Probos de Rochdale*, criada em 1945, na cidade de Rochdale, Inglaterra.

1. Cooperativa

1.1. Competição e Cooperação.

Competição e cooperação são modos de interação estabelecidos entre sujeitos em face de dado objeto. Na interação competitiva, cada sujeito adota posturas (ativas ou passivas) na intenção de suplantar o(s) outro(s) para fruir do objeto. Na interação cooperativa, os sujeitos concatenam suas ações, de modo a articular a fruição desse mesmo objeto⁹.

Não tenciona o presente esforço estabelecer qualquer ordem valorativa de preferência ou superioridade entre esses modos de interação – mormente havendo quem defenda ser a cooperação um instrumento voltado à prática de competição¹⁰. Apenas firmar que a humanidade, em seu percurso histórico, desenvolveu vínculos, ferramentas e organizações para colaboração inter partes. E que a Cooperativa – aqui grafada no sentido atual da instituição juridicamente reconhecida – é um dos resultados desse processo.

No desenvolvimento deste estudo, partiremos do cotejamento de manifestações cooperativas européias a partir do final do séc. XIX e sua conseqüente leitura sob prisma jurídico¹¹.

1.2. Manifestações fáticas, ontologias cooperativistas, e conceitos.

No curso da pesquisa, encontraram-se conceitos variados. Juristas conceituam cooperativas a partir da jurisdição em que atuam. Filósofos, das teorias que abraçam.

⁹ OGBURN, William F.; e NIMKOFF, Meyer F. **Cooperação, Competição e Conflito** in CARDOSO, Fernando Henrique; e IANNI, Octávio. **Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral** – 5ª Ed – SP: Editora Nacional, 1970.

¹⁰ ROBOTKA, F. **A Theory of Cooperation**. Journal of Farm Economics, v. 29(1): p. 94-114, 1946.

¹¹ Na hipótese de o leitor pretender buscar informações sobre a história remota de práticas cooperativas, sugerimos MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativistas** – Trad.: José Carlos Castro; Maria da Graça Leal; Carlos Potiara Castro – Brasília: Editora Confedbras, 2003 (o livro, cujo original foi publicado em 1933, tem por objeto surgimento e evolução de práticas e teorias cooperativistas, desde as formas primitivas de cooperativas até o surgimento do dito cooperativismo moderno); e PINHO, Diva. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária** – SP: Saraiva, 2004 (o livro pontua cooperatividade brasileira).

Houve mesmo quem afirmasse – em genial e confessada hipérbole – que qualquer organização pode ser pensada como uma cooperativa¹².

Entretanto, nada diz a palavra em que tudo cabe. Por isso, necessário empregar um conceito que identifique, com clareza, o objeto de estudo. Antes de apresentar o conceito, entretanto, necessário cotejar manifestações cuja essência se pretende transmitir na definição.

1.2.1. Cotejo de manifestações fáticas

Até meados do século XIX, a expressão “cooperativa” tinha valor filosófico, sociológico e econômico, mas não alcançava significação jurídica. O Direito não emprestava significado determinado à palavra. As cooperativas modernas surgiram sob formas jurídicas variadas. Ainda assim, possuíam alguns aspectos em comum, dentre os quais se destacam: ajuda-mútua, prestação de serviços econômicos aos sócios, e autogestão¹³. Atores com necessidades econômicas comuns ajudavam-se uns aos outros (ajuda-mútua), mediante criação de um ente que, gerido por eles próprios (autogestão), permitisse e/ou facilitasse a fruição do bem econômico demandado (prestação de serviço econômico ao sócio).

A seguir, apresentam-se gêneros de manifestações para ilustrar a dinâmica cooperativa.

A *Rochdale Society of Equitable Pioneer* era composta por consumidores de gêneros alimentícios, na Inglaterra, em 1844. Seu objetivo consistia em organizar um armazém cooperativo para promover compra coletiva de alimentos – diretamente dos produtores – e repassá-los aos consumidores, a preço módico¹⁴. Gerida por

¹² *Nearly all large firms that have owners are owned by persons who are also patrons. This is obvious in the case of consumer and producer cooperatives, which by definition are firms that are owned, respectively, by their customers and by their suppliers. It is also true of the standard business corporation, which is owned by persons who lend capital to the firm. In fact, the conventional investor-owned firm is nothing more than a special type of producer cooperative-a lenders' cooperative, or capital cooperative.* (HANSMANN, Henry. **The Ownership of Enterprise** – USA: Harvard University Press, 1996).

¹³ A escolha desses três elementos sofre grande influência da tese do triângulo mutualístico proposto pelo Prof. Guido Bonfante, composto, segundo ele, por três vértices: gestão de serviço, democracia e solidariedade, in BONFANTE, Guido. **Trattato di Diritto Comerciale – volume quinto: La Società Cooperativa** – Italia: CEDAM, 2014.

¹⁴ Uma boa fonte para estudar o surgimento desta cooperativa é HOLYOAKE, G. J. **Os 28 Tecelões de Rochdale** – Trad. Archimedes Taborda – 7ª ed – Porto Alegre: WS Editor, 2001. O original foi escrito em 1933, de modo que o autor pôde coletar informações diretamente nos arquivos da instituição e conviver com participantes das cenas de constituição, consolidação e expansão do empreendimento.

representantes dos próprios consumidores, a iniciativa foi modelo para congêneres em diversos países e algumas regras por ela estatuídas foram adotadas como padrão para cooperativas em todo o mundo. Um exemplo é o do S-Group, da Finlândia, que congrega 22 cooperativas de consumo, as quais, juntas, respondem por 45% (quarenta e cinco por cento) do mercado de varejo de alimentos naquele país¹⁵. No Brasil, o segmento encontrou seu ápice na década de 1960, mas sofreu impacto fortemente negativo com alteração legislativa em matérias societária e tributária. No final de 2013, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), pouco mais de dois milhões, novecentos e noventa mil brasileiros estavam associados a 147 cooperativas de consumo¹⁶.

Cooperativas de crédito são instituições financeiras de propriedade e gestão dos próprios usuários. Uma experiência remota é o modelo de Bancos Populares alemães, aplicado a partir de 1852. Neles, os sócios – comerciantes, artesãos e pequenos empresários independentes – faziam aportes para formação do capital social e promoviam operações financeiras. A intenção era oferecer serviços financeiros a quem não tinha acesso a bancos e/ou prestá-los com melhores taxas¹⁷. Naquele país, as cooperativas continuam a exercer importante papel no segmento financeiro. Até o final de 2014, somavam cerca de 19,4 milhões de associados e um balanço patrimonial de 788 bilhões de Euros¹⁸. No Brasil, as cooperativas de crédito respondem por apenas 3,1% das operações de crédito do Sistema Financeiro¹⁹.

¹⁵ FINNISH GROCERY TRADE ASSOCIATION. **Finnish Grocery Trade 2016**. Helsink, Erweko Oy, 2017 (acessível em http://www.pty.fi/fileadmin/user_upload/tiedostot/Julkaisut/Vuosijulkaisut/EN_2016_vuosijulkaisu.pdf).

¹⁶ ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Diagnóstico do Ramo Consumo – desafios para o setor** – Brasília: OCB, 2014, p. 22 e seguintes.

¹⁷ MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativistas** – Trad.: José Carlos Castro; Maria da Graça Leal; Carlos Potiara Castro – Brasília: Editora Confebras, 2003, p. 101-109.

¹⁸ GERMAN COOPERATIVE AND RAIFFEISEN CONFEDERATION. **Facts and Figures – cooperatives banks commodity and service cooperatives** – Berlin; DGRV, 2015 (acessível em [http://www.dgrv.de/en/cooperatives/\\$file/Facts_and_Figures.pdf](http://www.dgrv.de/en/cooperatives/$file/Facts_and_Figures.pdf)).

¹⁹ Fonte: Banco Central do Brasil. **Cosif/IF.data**. Acessado em 26 de julho de 2018, pelo endereço eletrônico: http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r201712/T4OD_Quadro%2013%20-%20Patrim%C3%B4nio%20l%C3%ADquido,%20ativos,%20dep%C3%B3sitos%20e%20opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20cr%C3%A9dito%20das%20cooperativas%20de%20cr%C3%A9dito.pdf

Valor percentual da relação entre os agregados contábeis das cooperativas de crédito e respectivos agregados do segmento bancário ¹ .							
em percentual							
Agregados Patrimoniais	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Patrimônio Líquido	4,1	4,2	5,0	5,6	6,2	6,6	6,9
Ativos	2,0	2,0	2,2	2,4	2,6	3,1	3,6
Depósitos	2,3	2,8	3,1	3,6	4,1	5,0	5,0
Operações de Crédito	2,1	2,3	2,5	2,6	2,5	3,1	3,6

Nota 1: Valor resultante da relação entre o total para cada agregado patrimonial das cooperativas e a soma desse mesmo valor com o total do respectivo agregado patrimonial do segmento bancário (bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal) desconsiderando os bancos cooperativos.

Tabela 01: Valor percentual da relação entre os agregados contábeis das cooperativas de crédito e respectivos agregados do segmento bancário. Fonte: Banco Central do Brasil.

Cooperativas de empresários (purchase co-ops) são redes de pequenos e médios empreendimentos. Os integrantes aproveitam sinergias e promovem aquisição de bens e serviços em conjunto. A intenção é que, aproveitando a economia de escala, possam competir com grandes redes. Um exemplo é a francesa E.Leclerc, que congrega pequenos e médios comerciantes. Juntos, eles ocupam a primeira posição na vendas de varejo no mercado francês, à frente de gigantes como a Carrefour e a Casino²⁰.

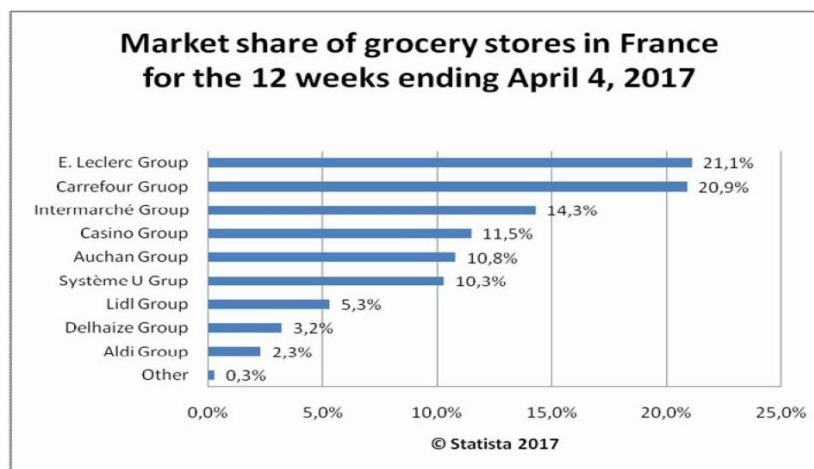


Ilustração 02: Gráfico de participação em mercado varejista na França. 2017

²⁰ Vejam-se: (a) International Cooperative Alliance (ICA); European Research Institute on Co-operative and Social Enterprise (EURICSE). The World Co-operative Monitor: Explore the Co-operative Economy. Report 2016. Trento. 2017 (acessível em http://old.ica.coop/sites/default/files/WCM_2016.pdf?_ga=2.179987878.308793022.1500854709-676586093.1500854709) e (b) Statista. **Market share of grocery stores in France for the 12 weeks ending April 4, 2017** (acessível em <https://www.statista.com/statistics/535415/grocery-market-share-france/>)

No Brasil, não temos notícias de centrais de negócios de empresários constituídas como sociedades cooperativas²¹.

Além desses, há outros exemplos de ramos econômicos em que se organizam cooperativas. As cooperativas agropecuárias serão explicadas no próximo capítulo. Nesta seção, o propósito dos exemplos foi apenas lançar luzes sobre modos de manifestação do modelo.

1.2.2. Ontologias Cooperativistas.

Diante de manifestações fáticas tão variadas, cabe questionar o que seria, de per si, uma cooperativa. Cada corrente de pensamento delineia a organização cooperativa – em perspectiva ideal – sob os influxos da matriz de conhecimento a que pertence²². Em consequência dos conflitos contemporâneos²³, uns privilegiam o aspecto econômico, outros, o social. *Todo ponto de vista é a vista de um ponto*²⁴.

Neste tópico, apresentaremos dois delineamentos antagônicos da organização cooperativa – um afeito à corrente da Economia Solidária, outro, à Teoria Economicista do Cooperativismo. Essas perspectivas não exaurem o tema, mas lançam luzes sobre os conflitos ideológicos que permeiam a construção do conceito de cooperativa. Ao final, apresentaremos o conceito da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

1.2.2.1. Cooperativas na perspectiva da Corrente da Economia Solidária.

Economia Solidária é uma proposta de resignificação das interações sócio-econômicas, com vistas a estabelecer interações mais justas e solidárias²⁵. Cooperativas, nesse viés, são organizações de trabalhadores, produtores e consumidores, constituídas

²¹ Na prática, as centrais de negócios de empresários, no Brasil, têm se constituído como associações, sociedades limitadas ou por ações.

²² MATOS, Igor Loureiro. **Cooperativismo: primeiras lições** – Salvador, 2014.

²³ TOUREINE, Alain. **Crítica da Modernidade** – 8ª ed – RJ; Vozes, 2008.

²⁴ BOFF, Leonardo. *A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana* – RJ: Vozes, 1997.

²⁵ FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; & LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

para empreender atividades econômicas²⁶, em consonância com os seguintes princípios, valores e práticas:

- Valorização social do trabalho humano,
- Satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- Busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- Os valores da cooperação e da solidariedade.
- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.
- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana²⁷.

²⁶ REIS, Tatiana Araújo. **A Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: pluralidade e interconexão de dimensões**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

²⁷ FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios**. Aprovada na III Plenária Nacional de Economia Solidária – Brasília: [s.n], 2003.

Em que pese os vícios na construção da denominada Carta de Princípios da Economia Solidária – a qual insiste em confundir princípios e valores com práticas, propósitos e intenções – ela é adotada como referência na formulação de políticas públicas e de marcos normativos aplicáveis no ambiente cooperativo brasileiro. E, tal qual se depreende da leitura do referido trecho do documento, os adeptos dessa corrente compreendem cooperativas como empreendimentos econômicos destinados à construção de ambiente econômico mais justo e igualitário.

1.2.2.2. Cooperativas na perspectiva da Teoria Economicista.

A Teoria Econômica da Cooperação, também conhecida com Teoria de Munster²⁸, é voltada à racionalidade econômica e confere caráter empresarial às cooperativas²⁹.

Para a Teoria de Munster, uma cooperativa deve obedecer aos seguintes pressupostos e requisitos³⁰:

- 1) A cooperação não exclui o interesse pessoal nem a concorrência (...); ao contrário, permite aos fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva;
- 2) Os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual – que é a capacidade equilibradora da cooperativa;
- 3) A cooperativa adquire sua própria importância econômica, independentemente das unidades econômicas dos associados;
- 4) Os dirigentes (conselheiros de administração, diretores e gerentes) atendem aos seus próprios interesses na medida em que fomentam os interesses dos membros da cooperativa; suas rendas e seu prestígio devem aumentar proporcionalmente à melhoria da situação dos associados; daí, a necessidade de fiscalizar a gestão empresarial e

²⁸ Munster é uma cidade da Alemanha em cuja Universidade se desenvolveu a teoria.

²⁹ PINHO, Diva Benevides. **Sistemas Econômicos Comparados**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1984.

³⁰ PINHO, Diva Benevides. **O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro** – SP: CNPq, 1982, *apud* VALADARES, José Horta. **Cooperativismo: lições para nossa prática** – Brasília: SESCOOP, 2003.

estabelecer controles institucionalizados contra ações negativas dos membros (como sabotagens na entrega de produtos, afastamento, etc.);

- 5) Entre os associados e a cooperativa deve haver solidariedade ou lealdade consistente, embasada em normas contratuais ou estatutárias – que legitimam essa lealdade – e não solidariedade cega – tal como preconizam as outras teorias cooperativistas.

Para os adeptos da Teoria Economicista, a cooperativa reafirma a competição, na medida em que se constitui como organização para sucesso dos pequenos em ambiente competitivo³¹.

1.2.3. Cooperativas na perspectiva da Aliança Cooperativa Internacional

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é uma Organização Internacional criada em 1895, a qual se propõe a congregar as cooperativas do globo. Hoje, ela possui afiliados em 95 países e reúne 284 federações e organizações de cooperativas³².

A ACI promove eventos periódicos. No XXXI Congresso, realizado em Manchester, 1995, foi aprovada a Declaração de Identidade Cooperativista a qual apresenta uma definição de o que seja Cooperativa:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida³³.

A conceituação da ACI conduziu-se em processo político conciliador. Ele conjuga o contexto histórico-espacial em que se vivenciam as experiências atuais de

³¹ Boettcher, um dos principais autores da Teoria de Munster, sustenta que sob a égide do pensamento cooperativo de matriz rochdaliana (ou seja, derivada do pensamento socialista utópico), *nunca será possível organizar cooperativas superiores às organizações empresariais privadas* (BOETTCHER, Erik *apud* VALADARES, José Horta. **Cooperativismo: lições para nossa prática** – Brasília: Sescop, 2003).

³² Informações capturadas no sítio <http://ica.coop/en/international-co-operative-alliance>, em 29 de julho de 2017.

³³ A co-operative is an autonomous association of persons united voluntarily to meet their common economic, social, and cultural needs and aspirations through a jointly-owned and democratically-controlled enterprise (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Guidance Notes to the Co-operative Principles** – Brussels: ICA, 2015, acessível em <http://ica.coop/sites/default/files/publication-files/ica-guidance-notes-en-310629900.pdf>).

*cooperativas em escala mundial com uma alentada memória do cooperativismo*³⁴. Em face disso, arroubos modernizantes e resistências tradicionalistas ferem a formulação, tornando-a imperfeita.

Associação de pessoas é uma noção ampla, abrangendo todas as modalidades de agregação intersubjetiva, institucional e contratual, de natureza civil, empresarial e *sui generis*, como, por exemplo, uma sociedade, associação sem fins lucrativos, consórcios, contratos de aliança e cooperativas.

A voluntariedade indica que ninguém deve ser compelido a se associar à cooperativa, de modo que admissão, manutenção e desligamento do quadro social decorra de ato de liberdade do sujeito.

O elemento da voluntariedade, a bem da verdade, é insuficiente para destacar uma cooperativa. Os elementos do conceito deveriam contribuir para diferenciá-lo dos demais modelos institucionais. Voluntariedade de admissão é comum a praticamente todos os tipos organizacionais privados. Até prova em contrário, ninguém é obrigado a tornar-se sócio da farmácia ou do clube de lazer.

Quanto às necessidades e aspirações a satisfazer, apresentou-se um conjunto bastante ampliado, abarcando demandas de natureza econômica, social e cultural.

Em que pese o amplo conjunto de aspirações indicado, é sabido e consabido que cooperativas se prestam à satisfação de necessidades econômicas dos sócios. O conceito poderia ter parado aí: satisfação de necessidades ECONÔMICAS. Mas não. Alguém – talvez até bem intencionado – resolveu aditar necessidades sociais e culturais.

A rigor, não há proibição a que cooperativas assumam o papel de atender a necessidades sociais e culturais dos sócios, de modo que poderiam remanescer tais possibilidades no campo das faculdades. Sociólogos e antropólogos podem até tentar redargüir esgrimindo o significado social e cultural do trabalho, do consumo e de outras atividades econômicas – no que eles talvez até estejam certos, mas apenas quanto ao valor semântico dos termos em seus respectivos campos de estudo. É a expressão econômica da demanda que incentiva a escolha do modelo cooperativo.

Na prática, a própria ACI, quando elabora sua classificação de cooperativas, identifica-as unicamente em razão das respectivas atividades econômicas (crédito,

³⁴ KRUEGER, Guilherme *et al.* **Curso de Direito Cooperativo** – Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

consumo, trabalho, agropecuário...). Sim, é até possível que o leitor conheça alguma exceção, mas esta, como tal, subsistirá como manifestação exótica que – de mais a mais – confirma a regra: cooperativas prestam-se à satisfação de necessidades ECONÔMICAS de seus membros.

Chama-se empresa de propriedade comum o ente/atividade que, constituído/organizado pelos próprios associados beneficiários, a eles pertence. Sob esse prisma, a cooperativa promoveria a organização de um empreendimento cuja titularidade e domínio seria comum e partilhada entre os próprios usuários/destinatários da atividade. Noutro dizer, os associados constituem/organizam um ente/atividade para servi-los.

Quanto à gestão democrática, quer-se dizer, conforme preceitos da ACI, que cada membro tem um voto, independentemente da participação na formação do capital social.

Os preceitos da ACI propugnam que, em uma cooperativa, cada membro deve ter um voto, independentemente de sua participação para formação do capital social. Tal regra estava insculpada nos estatutos originais da Cooperativa de Rochdale, no século XIX, adotada como paradigma da teoria cooperativista predominante. Isto dito, ver a ACI – enquanto organização – traduzir tal preceito em sua definição de cooperativa é até mesmo compreensível. A questão é saber se tal preceito deveria ter sido recepcionado com caráter de obrigatoriedade pela legislação brasileira, a ponto lhe ser conferido grau de exigibilidade. Mormente à medida que em somos forçados a alertar que este preceito pode estar em desacordo com o atual significado do princípio da igualdade material, bem como divergente em relação a soluções legislativas adotadas em outros sistemas jurídicos.

A regra de gestão democrática é derivada do princípio da igualdade. Segundo o preceito da gestão democrática, todos os sócios são iguais e devem ter o direito de participar da gestão em igualdade de condições, independentemente da sua contribuição para formação do capital social da cooperativa.

Em seu percurso histórico, o princípio da igualdade teve seu conceito aperfeiçoado. Originalmente formulado em perspectiva formal (todos são iguais perante a lei), evoluiu para a configuração de igualdade material (igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida da sua desigualdade).

Haveria justiça em conferir iguais direitos a membros tão diferentes? Acaso a manutenção da igualdade formal não consistiria em incentivo a membros menos compromissados? Na hipótese de uma cooperativa que assuma uma perspectiva igualitária, é mais fácil aceitar a regra de *uma cabeça, um voto*. Por outro lado, nas hipóteses de organizações constituídas sob influxos de interesses particulares associados, qual a razão de obstar o voto proporcional à participação econômica de cada um?

E, no que tange ao financiamento privado do empreendimento rural, seria possível questionar qual a vantagem de capitalizar a sociedade e nela atuar com esmero, se do esforço não sobrevém proveito? Como fomentar a mutualidade econômica através de mecanismos que premiam a sub-capitalização e a não operação com a cooperativa?

Essas perguntas, na prática, vêm sendo respondidas por legislações na Europa, China e EUA. Nesses lugares, vêm sendo operadas reformas e inovações legislativas que permitem o voto proporcional em cooperativas, seja em razão da participação no capital social, seja na proporção de suas operações na atividade econômica da cooperativa³⁵.

Não se quer, neste ponto, sustentar a tese de que a regra de *uma cabeça um voto* seja inapropriada. A bem da verdade, para cooperativas constituídas sob a égide da corrente solidarista, por exemplo, ela é perfeitamente adequada. Todavia, é necessário alertar que o sistema jurídico brasileiro adota por princípio a liberdade de pensamento. Nesse sentido, é juridicamente aceitável, no Brasil, a recepção de correntes de pensamento variadas, ainda que contraditórias entre si. E, considerando-se que nem todas as cooperativas adotam perfil solidaristas, seria lícito permitir que os particulares associados a organizações de matiz economicista, por exemplo, tivessem a faculdade de deliberar pela possibilidade de adoção de voto proporcional ao capital e/ou à operação econômica de cada um, ainda que tal opção acarretasse a perda de tratamento tributário específico, tal qual ocorre na Inglaterra e em alguns estados dos EUA.

O conceito da ACI é mundialmente conhecido e culturalmente aceito. Foi literalmente reproduzido na Recomendação 193/2002 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como expressamente recepcionada pelo Guidelines for the

³⁵ Directiva 2003/72 e Regulamento nº 1.435/2003 do Conselho da União Europeia; EUA: Wyoming's Cooperative Law (2001); China: Law of People's Republic of China on Farmer Specialized Cooperatives (2006).

Development of Cooperatives da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001³⁶. Todavia, conforme demonstramos acima, a definição de cooperativa estabelecida pela ACI não está infensa a críticas³⁷ e prejudica a identificação do fenômeno.

Em razão disso, optamos por apresentar um conceito de cooperativa agropecuária que norteará o desenvolvimento deste estudo.

1.3. Conceito de cooperativa agropecuária adotado neste estudo

O conceito empregado neste trabalho resulta da conjugação de elementos do regime jurídico brasileiro³⁸ com manifestações econômicas observadas na agropecuária.

As manifestações econômicas observadas não se subsumem a qualquer das correntes teóricas acima apresentadas. Quem tem autoridade para definir o propósito da instituição cooperativa são os cooperados que a constituem. Compete aos cooperados definir se a cooperativa adota um propósito social (de servir à comunidade geral na construção de ambiente justo e solidário) ou associativo (de servir aos interesses econômicos do conjunto de cooperados, inclusive em ambiente de competição).

Nesse afã, pode-se afirmar que, no Brasil, **cooperativa agropecuária é uma sociedade, de forma jurídica própria, dedicada a congregar produtores rurais para o exercício de sua atividade econômica, mediante ajuda-mútua, autogestão e partilhamento de resultados.**

A forma jurídica própria é estabelecida por normas constantes dos art. 1.093 a 1096 do CC/02 e da Lei Geral de Cooperativas (Lei 5.764/71), as quais estabelecem regras de governança, capitalização, estrutura societária e outros aspectos.

Ajuda-mútua, autogestão e partilhamento de resultados são traços derivados do já referido triângulo mutualístico de Guido Bonfante³⁹. Os produtores rurais se agregam para mútuo fortalecimento por economia de escala (ajuda-mútua), através de um

³⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução da Assembleia Geral nº 54/136**. AG Index: A/56/73 E/2001/68 (Annex 2: 2001 United Nations Guidelines aimed at creating a supportive environment for the development of cooperative), em dois a vinte e sete de julho de 2001. Disponível em: <http://www.un.org>.

³⁷ Considerando-se que o conceito da ACI foi formulado há mais de 20 anos, ainda no século passado, e que muitas das inovações aqui pontuadas são a ele posteriores, torna-se imperioso o aprimoramento.

³⁸ O regime jurídico será melhor desenvolvido no terceiro capítulo deste trabalho.

³⁹ Segundo Guido Bonfante, o triângulo mutualístico é composto por três vértices: gestão de serviço, democracia e solidariedade, *in* BONFANTE, Guido. **Trattato di Diritto Commerciale – volume quinto: La Società Cooperativa** – Italia: CEDAM, 2014.

empreendimento gerido por eles próprios (autogestão), a partir do qual o proveito experimentado é proporcional à operação econômica realizada por cada um (partilhamento de resultados).

2. Cooperativas na agropecuária

Cooperativas são instituições bastante empregadas na agropecuária. As origens remotas dessas instituições assentam-se justamente sobre o ambiente rural e a recorrência das manifestações, conforme haveremos de demonstrar, tem razões econômicas.

Manifestações de cooperação⁴⁰ se apresentam em toda história da humanidade⁴¹. Neste capítulo, pretendem-se demonstrar e explicar as razões da relevância das sociedades cooperativas no ambiente rural contemporâneo.

2.1. Agropecuária na economia global.

Segundo o Banco Mundial, a geração de riqueza global atingiu a marca de 80,680 trilhões de dólares americanos⁴² no ano de 2017 (dois mil e dezessete). Desse valor, 3,342 trilhões⁴³, ou seja, cerca de 4,14%, foram gerados pela agropecuária. A média do GDP da atividade primária é baixa, porém importante. Além de essencial para a manutenção da vida humana, a agropecuária proporciona desenvolvimento de cadeias de indústrias e serviços dela derivadas, bem como é responsável pela sustentação econômica e manutenção da população rural no campo, que gira em torno de 45,26% da população total do planeta⁴⁴.

Cooperativas são instituições bastante empregadas na agropecuária dos países ocidentais. Na Europa, cerca de 60% da produção de *commodities* agrícolas e de 50% da aquisição de insumos são operados através desse gênero de organização⁴⁵. Nos EUA, aproximadamente 30% dos produtos agropecuários são negociados a partir de

⁴⁰ OGBURN, William F.; e NIMKOFF, Meyer F. **Cooperação, Competição e Conflito** in CARDOSO, Fernando Henrique; e IANNI, Octávio. **Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral** – 5ª Ed – SP: Editora Nacional, 1970.

⁴¹ Há quem indique exploração em comum de terras arrendadas desde a antiguidade oriental, na Babilônia (GUIMARÃES, Mário Krue; & ARAÚJO, Adilson Tadeu de. **Cooperativismo: história e doutrina** – módulos 1 e 2 – 3ª edição – Brasília: Confebrás, 2001).

⁴² Dado capturado no sítio <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD> em 28 de julho de 2018.

⁴³ Dado capturado no sítio <http://data.worldbank.org/indicator/NV.AGR.TOTL.CD> em 28 de julho de 2018.

⁴⁴ Dado capturado no sítio <http://data.worldbank.org/indicator/SP.RUR.TOTL.ZS> em 28 de julho de 2018.

⁴⁵ WORLD BANK GROUP. **Enabling The Business of Agriculture 2017** – Washington: WBG, 2017.

cooperativas⁴⁶. Segundo o Banco Mundial, 37% do PIB agropecuário brasileiro são gerados por cooperativas⁴⁷.

A questão a responder, neste momento, é por que cooperativas se difundiram no ambiente agropecuário. Neste capítulo, pretende-se demonstrar o que estimula a organização de produtores rurais em cooperativas. Para tanto, necessário tratar, antes, da predominância da pequena propriedade na agropecuária ocidental.

2.2. Predominância da pequena propriedade na agropecuária ocidental.

A agropecuária ocidental é historicamente marcada pela predominância de fazendas geridas ou diretamente trabalhadas por pequenos produtores rurais⁴⁸, conforme demonstraremos neste tópico.

O conceito de pequeno produtor não é pacífico⁴⁹. Para fins de desenvolvimento deste trabalho, consideraremos a dimensão física do estabelecimento rural. A escolha deste aspecto deriva da profusão de dados disponibilizados sob esse prisma, bem como da constatação de que ele é adotado no Brasil, nos EUA e na União Européia (áreas adotadas para comparação) pelos entes dedicados à qualificação dos empreendimentos rurais.

Na União Européia, apenas 6,7% das propriedades têm mais de 50 hectares⁵⁰. Mais de 90% das fazendas estão sob domínio de proprietários individuais e não menos de 70% utilizam a força de trabalho dos membros da própria família na atividade⁵¹.

⁴⁶ ABERNATHY, D. F. **A Day in the Life of Cooperative America** – Washington: NCBA Publication, 2008.

⁴⁷ WORLD BANK GROUP. **Enabling The Business of Agriculture 2017** – Washington: WBG, 2017.

⁴⁸ WORLD BANK GROUP. **Enabling The Business of Agriculture 2017** – Washington: WBG, 2017.

⁴⁹ Um resumo das opções de método para definição do conceito pode ser acessado em FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Defining Small Scale Food Producers to Monitor Target 2.3 of the 2030 Agenda for Sustainable Development** – FAO Statistics Division Working Series ESS/17-12 (2017). Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i6858e.pdf>

⁵⁰ EUROPEAN COMMISSION – AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT. **Farm Structures** – Brussels: EU, 2017. Capturado em 29 de agosto de 2017, no endereço eletrônico: <https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/statistics/facts-figures/farm-structures.pdf>

⁵¹ EUROPEAN COMMISSION – AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT. **CAP Context Indicators 2014-2020 – 17. Agricultural Holdings – 2015 update**. Capturado em 29 de agosto de 2017, no endereço eletrônico: https://ec.europa.eu/agriculture/cap-indicators/context/2015/c17_en.pdf

Indicator	C17- Agricultural holdings			
Sub-Indicator	Average size	Agricultural size of holding		
Measurement	ha/holding	% of holdings in different size classes		
Source	Eurostat - Farm Structure Survey			
Year	2013			
Unit	absolute number	%		
Subdivisions		< 5 ha	>= 5 - < 50 ha	>= 50 ha
Country				
Belgium	34.6	14.5	62.4	23.1
Bulgaria	18.3	86.9	9.5	3.6
Czech Republic	133.0	18.6	54.4	27.0
Denmark	67.5	6.8	59.1	34.1
Germany	58.6	8.6	61.4	30.0
Estonia	49.9	33.0	51.5	15.3
Ireland	35.5	7.0	75.0	18.0
Greece	6.8	76.7	22.3	1.0
Spain	24.1	52.5	37.0	10.5
France	58.7	24.6	34.9	40.4
Croatia	10.0	69.4	28.1	2.5
Italy	12.0	58.7	36.9	4.5
Cyprus	3.1	89.9	9.2	0.9
Latvia	23.0	42.6	50.5	6.8
Lithuania	16.7	53.2	41.1	5.7
Luxembourg	63.0	16.3	33.2	50.5
Hungary	9.5	84.6	12.5	2.9
Malta	1.2	96.9	3.2	0.0
Netherlands	27.4	27.4	55.3	17.3
Austria	19.4	30.7	61.3	8.0
Poland	10.1	54.4	43.4	2.2
Portugal	13.8	72.3	23.7	4.0
Romania	3.6	92.2	7.2	0.6
Slovenia	6.7	59.8	39.5	0.7
Slovakia	80.7	58.9	27.9	13.2
Finland	42.0	5.4	66.7	27.9
Sweden	45.2	11.5	64.4	24.1
United Kingdom	93.6	8.0	52.4	39.7
EU-28	16.1	66.3	27.0	6.7
EU-15	28.1	46.9	39.2	13.9
EU-N13	7.8	79.8	18.5	1.7

Tabela 02: Gráfico com percentual de estabelecimentos rurais na União Européia, em razão de forma jurídica e força de trabalho. Fonte: EUROPEAN COMMISSION – AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT. **Farm Structures** – Brussels: EU, 2017. Capturado em 29 de agosto de 2017, no endereço eletrônico: <https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/statistics/facts-figures/farm-structures.pdf>

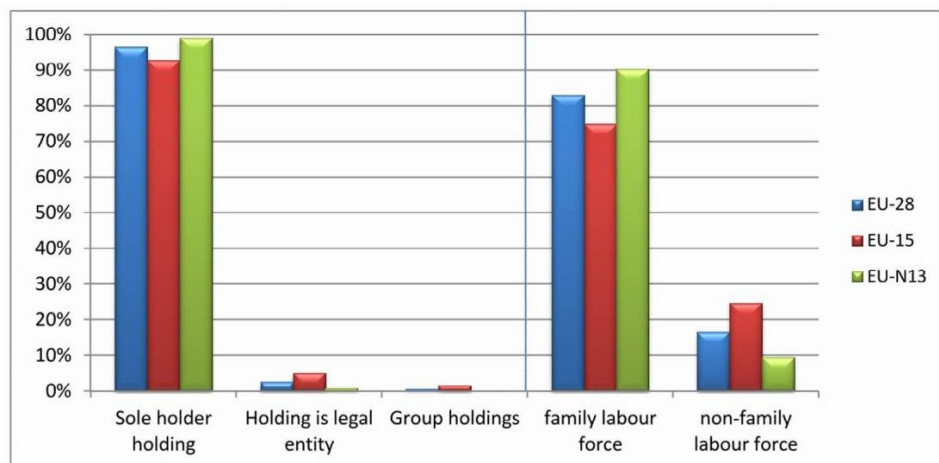


Ilustração 03: Gráfico com quantidades de estabelecimentos rurais nos EUA, em razão de sua extensão física. 2013.

Nos EUA, dos 2.109.303 estabelecimentos rurais, 68,6% têm, no máximo, 72,43 hectares (ou 179 acres), e apenas 3.9% têm mais de 809,37 hectares (ou 2000 acres)⁵².

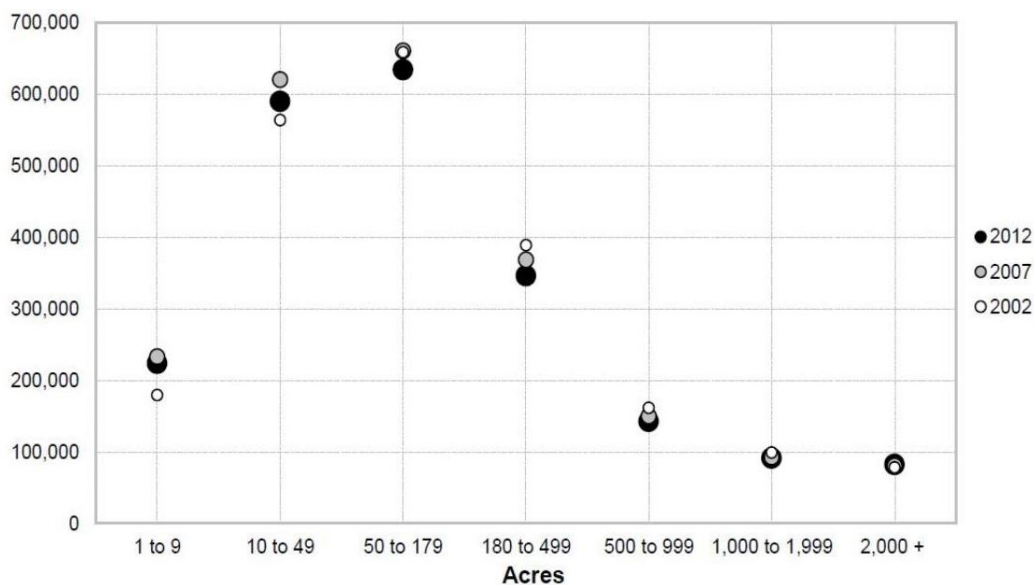


Ilustração 04: Gráfico com quantidades de estabelecimentos rurais nos EUA, em razão de sua extensão física. 2013.

No Brasil, pouco mais de 81% (oitenta e um por cento) possuem não mais de 50 hectares⁵³.

⁵² UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **2012 Census of Agriculture** – Washington: USDA, 2014, p. 03, 66 e seguintes.



Ilustração 05: Gráfico com percentual de estabelecimentos rurais no Brasil, em razão de sua extensão física. Fonte: Infográfico extraído de *Resultados Preliminares do Censo Agropecuário 2017* – IBGE

Constatada a predominância da pequena propriedade na agropecuária ocidental, resta-nos perquirir a razão pela qual isso acontece.

Fosse o presente estudo atinente à estrutura fundiária dos países do leste europeu, da Rússia e da China, seria possível concluir pela influência das políticas agrícolas do bloco socialista. Afinal, nesses países, promoveu-se intensa distribuição de terras quando da implantação do modo de produção socialista. Mesmo depois das reformulações econômicas experimentadas por esses países, subsiste o minifúndio no âmbito rural.

Mas não é esse o caso. Por que, mesmo onde não há vedação à concentração de terras, os estabelecimentos rurais mantiveram-se predominantemente pequenos?

2.2.1. Razões econômicas para proliferação da pequena propriedade na agropecuária ocidental e para sua articulação em cooperativas.

A decisão sobre se uma transação é operada dentro de uma empresa ou através do mercado depende do ônus que envolve cada alternativa, em diferentes contextos⁵⁴. A análise econômica da decisão sobre a estruturação de negócios aproveita

⁵³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados Preliminares de Censo Agropecuário 2017** – RJ: IBGE, 2018. Acessado pelo endereço eletrônico https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf em 29 de julho de 2018.

⁵⁴ COASE, R. H.. **The Nature of the Firm** (November). *Economica*, New Series, Vol. 4, n. 16, pp. 386-405, 1937.

elementos apreendidos pela teoria dos custos econômicos de transação⁵⁵ e pela teoria da agência⁵⁶. É a relação custo/benefício que estabelece o caminho para maior eficiência e melhores resultados.

A agropecuária também sofre os influxos desses preceitos. O perfil organizacional dos empreendimentos e sua articulação em cooperativas deriva de aspectos econômicos ínsitos à atividade.

A predominância de pequenas fazendas no desenvolvimento da economia rural, geridas e/ou operadas por empreendimentos familiares, decorre da histórica menor viabilidade da organização hierárquica na produção agropecuária. Isto se dá em razão das dificuldades de supervisão e monitoramento da equipe, bem como da inexistência de necessária relação entre as despesas com pessoal e o valor obtido com a produção, devido à interferência de variáveis de fenômenos naturais incontroláveis (tais como a ocorrência de chuvas e o ataque de pragas)⁵⁷.

Na prática, a organização hierárquica concentra riscos da operação e necessidade de monitoramento da equipe nas mãos do empreendedor. No contexto rural, é praticamente impossível monitorar a equipe de maneira eficiente, visto que os trabalhadores estão dispersos no campo. Ademais disso, não há uma relação direta entre as despesas com insumos (mão de obra inclusive) e resultados auferidos, visto que a equação envolve variáveis impossíveis de serem controladas. O volume de chuvas e a ocorrência de pragas interferem decisivamente no resultado da operação. A concentração de todos os riscos à conta de um empreendedor que não tem meios de controlar definitivamente a operação dificulta fortemente o desenvolvimento de organizações hierárquicas no campo.

Organizações familiares, nesse afã, oferecem algumas vantagens. Os integrantes da família reconhecem incentivos peculiares para atuar com denodo (tais como o reconhecimento por seus pares e a perpetuação do grupo familiar; assim como a percepção de que o estabelecimento pertence à sua própria família, não a um patrão). O

<http://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>

⁵⁵ WILLIAMSON, Oliver. *Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications*. New York: Free Press, 1975.

⁵⁶ JENSEN, Michael; & MECKLING, William. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure**. *Journal of Financial Economics* (October), Vol 3, n. 4, pp. 305-360, 1976.

⁵⁷ VALENTINOV, Vladislav. **Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economics perspective**. *Journal of Institutional Economics* (February), Vol. 3, nº 1, pp. 55-69, 2007.

afeto favorece o altruísmo e o fortalecimento de laços de lealdade entre os membros da família, o que contribui para o monitoramento da atuação de cada um. Incentivos peculiares, altruísmo, lealdade e monitoramento são vantagens que as organizações familiares apresentam em relação às organizações hierárquicas⁵⁸. A organização familiar promove economias internas com o controle e o trabalho.

A conjugação dos desafios do meio rural com as peculiaridades da organização familiar favoreceu a predominância desta naquele ambiente.

Por outro lado, a limitação das organizações familiares – restrita que é ao tamanho da mesma – cria limites à economia externa de escala. Pequenas e médias propriedades rurais enfrentam, por conseguinte, um sério desafio: sobreviver em ambiente negocial caracterizado pela existência de atores mais fortes. O produtor rural defronta-se com grandes corporações concentrando o fornecimento de insumos (à montante) e a aquisição da produção (à jusante). Isto faz com que os produtores, considerados individualmente, ocupem uma posição mais frágil de mercado e sofram com assimetria de informação⁵⁹.

Para sobreviver nesse contexto, pequenos e médios empreendimentos rurais agregam-se em cooperativas. Associando-se a centenas ou milhares de outros produtores, o pequeno empreendimento aproveita, através da sociedade com seus pares, poder de barganha e redução de custos de transação⁶⁰.

Através da articulação em cooperativas, a economia interna das pequenas organizações conjuga-se à economia externa de escala. Cada cooperativa associa dezenas, centenas, milhares de produtores. Com isso, detentores de pequenas propriedades conseguem operar, através da cooperativa, aproveitando oportunidades primordialmente oferecidas apenas a um grande *player* do setor. Isto é muito importante na agricultura, onde as posições de fornecedores de insumos e de adquirentes da produção são ocupadas por grandes atores. O mercado de defensivos agrícolas é dominado, globalmente, por não mais de seis indústrias químicas, ao passo que o mercado de gêneros alimentícios brasileiro é ocupado por poucas grandes empresas. O

⁵⁸ POLLAK, Robert. **A Transaction Cost Approach to Families and Households**. Journal of Economic Literature (June), Vol XXIII, pp. 581-608, 1985.

⁵⁹ HANSMANN, Henry. **The Ownership of Enterprise** – Cambridge: Havard University Press, 1996.

⁶⁰ STAATZ, J. **Farmers' Incentives to Take Collective Action via Cooperatives: A Transaction Cost Approach**. in ROYER, Jeffrey (org). Cooperative Theory: New Approaches – Washington: USDA, 1987.

pequeno produtor, solitário, enfrenta dificuldades de adquirir insumos e escoar a produção a bons preços. É por esta razão que cooperativas assumem papel de relevo no campo.

A economia de escala propiciada pela organização cooperativa impacta a relação da coletividade de produtores com diferentes atores da cadeia agronegocial: fornecedores, clientes, financiadores e entes públicos. Na medida em que concentram frações relevantes dos produtores de dada cultura, as cooperativas tornam-se adquirentes de grandes volumes de insumo, detentora de parcelas consideráveis da oferta de produtos, demandantes de recursos financeiros e agentes/beneficiárias de políticas públicas do setor.

Em que pese todo o fluxo agronegocial cooperativo seja digno de análise, as limitações próprias do gênero de pesquisa, aliado ao escopo específico deste estudo, impõem a aplicação de um corte metodológico. Isto dito, para fins de desenvolvimento do presente trabalho, analisar-se-ão, apenas, as oportunidades e os desafios que as cooperativas e, em especial, o seu regime jurídico, oferecem ao financiamento privado da agropecuária brasileira.

3. Arquitetura jurídica da cooperativa agropecuária brasileira.

3.1. Delineamentos jurídicos

O século XX abrigou experiências cooperativas em toda a face do globo. Tais experiências ensejaram uma plêiade de delineamentos jurídicos bastante variados. A despeito do padrão legislativo implantado na América Latina (em cujos países as leis gerais de cooperativas são praticamente iguais) e da recente disciplina sobre Sociedades Cooperativas da União Européia⁶¹, os diversos ordenamentos jurídicos formularam perfis bastante distintos de cooperativas. Sociedades de socorros mútuos⁶², organizações de natureza jurídica própria⁶³, sociedades que conjugam sócios dedicados ao exercício da atividade fim e sócios investidores⁶⁴, e sociedades que consorciam produtores rurais, indústrias fornecedoras de insumos e entidades de natureza pública⁶⁵ são exemplos de delineamentos para a mesma instituição conhecida como Cooperativa.

Neste capítulo, apresentaremos o arcabouço que o ordenamento jurídico brasileiro construiu para as cooperativas agropecuárias, desde os seus fundamentos político-econômicos até o delineamento de regras de funcionamento da espécie societária.

3.2. Contexto e propósitos da arquitetura jurídica da sociedade cooperativa.

O regime jurídico brasileiro das cooperativas agropecuárias é calcado na Lei 5.764/71. O contexto econômico e os propósitos dos agentes políticos que editaram o diploma impregnaram fortemente a arquitetura do modelo jurídico da sociedade cooperativa. Por isso, apresenta-se breve esboço sobre o ambiente em que o mesmo foi engendrado.

⁶¹ Directiva 2003/72 e Regulamento nº 1.435/2003 do Conselho da União Europeia.

⁶² Inglaterra: Industrial and Provident Societies Act (1852).

⁶³ Portugal: Código Cooperativo Português (2015).

⁶⁴ EUA: Wyoming's Cooperative Law (2001).

⁶⁵ China: Law of People's Republic of China on Farmer Specialized Cooperatives (2006).

O regime militar instaurado no ano de 1964 empregou a organização cooperativa como instrumento de políticas públicas no campo. Embora a Política Nacional de Cooperativismo tenha também servido a outras ações de governo⁶⁶, foi no meio rural que ela se destacou.

Documentos fundantes da política econômica no regime militar⁶⁷ estabeleceram objetivos gerais, programas e planos para a Política Agrária, os quais desencadearam o chamado Processo de Modernização da Agricultura Brasileira⁶⁸. O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) continha expressa previsão de transferência de algumas operações a cooperativas, inclusive as atinentes ao crédito rural⁶⁹. Seguindo esta diretriz, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) incluiu cooperativas como destinatárias/repassadoras de crédito rural:

Lei nº 4.829/1965, art. 2º: Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

Fortaleceu-se, então, a atuação da cooperativa como repassadora de recursos financeiros aos produtores no campo⁷⁰. Nos vinte anos que se seguiram, as cooperativas mais que duplicaram sua participação como destinatárias de Empréstimos do Governo

⁶⁶ Na prática, a Política Nacional de Cooperativismo foi aproveitada, também, para o desenvolvimento da Política Nacional de Habitação e de programas de eletrificação rural. Entretanto, não desenvolveremos temas atinentes a essas ações, porquanto alheios ao objeto do presente Trabalho.

⁶⁷ BRASIL. **Programa de Ação Econômica do Governo – 1964-1966** – 2ª ed incluindo versão revista do Programa de Investimentos para 1965 – Brasília: EPEA, 1965; BRASIL. **Metas e Bases para Ação de Governo** – Brasília: ?, 1970; BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74** – Brasília: ?, 1971.

⁶⁸ O Processo de Modernização da Agricultura Brasileira envolvia aquisição de fertilizantes e maquinário, correção de solos, desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão rural, investimento em infraestrutura para plantio, armazenagem, transporte, distribuição e comercialização da produção, crédito rural para custeio e investimentos e garantia de preço mínimo para a safra COELHO, Carlos Nayro. **70 Anos de Política Agrícola na Brasil (1931-2001)** in Revista de Política Agrícola – Ano X - nº 03 – Jul, Ago, Set – Brasília: CONAB, 2001.

⁶⁹ BRASIL. **Programa de Ação Econômica do Governo – 1964-1966** – 2ª ed incluindo versão revista do Programa de Investimentos para 1965 – Brasília: EPEA, 1965, p. 16 e 155 e seguintes.

⁷⁰ Indicam-se como fontes para estudo sobre o tema: MORAES, José Affonso de. **O Crédito Como Fator de Desenvolvimento das Cooperativas Brasileiras** in UTUMI, Américo *et al.* **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico** – SP: Fund Friedrich Naumann, 1974; PEREIRA, Lutero de Paiva. **Financiamento Rural** – 3ª ed – Curitiba: Juruá Editora, 2014; e BITTENCOURT, Marco Antônio Floriano; e VIAL, Sophia Martini. **Crédito Rural – um desafio a céu aberto** – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

Federal (EGF) no Sistema Nacional de Crédito Rural, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)⁷¹:

Brasil: Distribuição do EGF por Categoria de Mutuário em Anos Seleccionados			
	Produtores	Cooperativas	Processadores
1966/70	46,2	16,1	37,5
1971/75	33,4	26,9	39,6
1976/80	24,5	37,8	37,7
1981/85	32,3	40,2	27,5

Tabela 03: Distribuição de “Empréstimos do Governo Federal” do Brasil por categoria de mutuário em anos seleccionados.

Não bastava, entretanto, conferir à instituição cooperativa atribuições de instrumento de Política Pública, sem antes prepará-la para o mister. Fazia-se necessário adequar a instituição aos fins a que se destinaria. Cuidou-se de formular arquitetura jurídico/societária adequada ao propósito. Por isso, paralelamente à criação de vetores de financiamento, cuidou o Estado de redesenhar o modelo da sociedade cooperativa no Brasil. O legislador insculpiu um modelo próprio, adequado aos fins pretendidos.

3.2.1. Revisão do modelo estabelecido pelo Decreto-Lei nº 59 de 1966.

Desde seu alvorecer, o regime instituído em 1964 buscou adaptar o modelo jurídico das organizações cooperativas ao quanto propugnado por sua política econômica. Nesse afã, editou-se o Decreto-Lei nº 59 de 1966⁷², que foi alvo de severas críticas do setor agrocooperativo.

Logo após a regulamentação, em 1967, foi apresentado o Projeto de Lei nº 54 de 1967, de autoria do Senador Flávio da Costa Britto (ex-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura), sob o título de Lei Orgânica do Cooperativismo. O Projeto se contrapunha frontalmente a restrições impostas pelo Decreto-Lei nº 59 de 1966.

⁷¹ Vide COELHO, Carlos Nayro. 70 **Anos de Política Agrícola na Brasil (1931-2001)** in **Revista de Política Agrícola** – Ano X - nº 03 – Jul, Ago, Set – Brasília: CONAB, 2001.

⁷² Regulamentado pelo Decreto nº 60.597 de 1967.

Em 1969, quando da criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)⁷³, verificou-se interesse comum na *Reforma da Legislação Cooperativista*, com seguintes objetivos:

- a) Possibilidade das cooperativas operarem com terceiros, com limitação porcentual a ser estabelecida, creditando os resultados positivos a fundos impartilháveis destinados a serviços assistenciais aos associados;
- b) Conceituação exata do processo de cobertura das despesas operacionais das cooperativas, de forma a constar que tais sociedades não produzem renda e, conseqüentemente, não são sujeitas ao Imposto de Renda;
- c) Liberdade de constituição e funcionamento imediato das sociedades cooperativas, eliminando-se a exigência de autorização prévia para seu funcionamento;
- d) Fixação da área de admissão de associados e de operações, a inteiro critério do estatuto da cooperativa;
- e) Participação das cooperativas em empresas não cooperativas;
- f) Restabelecimento das atividades creditórias nas cooperativas mistas;
- g) Permissão às cooperativas centrais para manterem associados individuais⁷⁴.

Diante das circunstâncias, após conseguir estabelecer na OCB um interlocutor *único* perante as cooperativas, constituiu-se um grupo de trabalho congregando técnicos da OCB e do Estado brasileiro.

No ano de 1970, o Governo Federal publicou novas diretrizes para a Política Econômica. No documento denominado Metas e Bases para Ação de Governo, a então denominada *Revolução na Agricultura* consistia em uma das quatro grandes prioridades nacionais:

As grandes prioridades nacionais, para o período 1970/1973, serão:

I – Revolução na Educação e Aceleração do Programa de Saúde e Saneamento;

⁷³ A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é uma entidade representativa das cooperativas brasileiras. Seu surgimento foi induzido, a partir de 1967, pelo então Ministro da Agricultura. Apenas em dezembro de 1969, no IV Congresso Brasileiro do Cooperativismo, conseguiu-se que as duas principais entidades representativas dos segmentos cooperativos – a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO) e a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) – aquiescessem com a agregação. Sobre o tema, vejam-se: ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativismo brasileiro: uma história** – SP: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004; PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária** – SP: Saraiva, 2004.

⁷⁴ BULGARELLI, Waldírio. **Nova Legislação Cooperativista Brasileira** in UTUMI, Américo *et al.* **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico** – SP: Fund Friedrich Naumann, 1974.

II – Revolução na Agricultura-Abastecimento;

III – Aceleração do Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

IV – Fortalecimento do Poder de Competição da Indústria Nacional (grifos nossos)⁷⁵.

Na seção especificamente dedicada à chamada *Revolução na Agricultura*, estabelecia-se o objetivo de tornar o Brasil um importante exportador de produtos agrícolas não-tradicionais⁷⁶, o que, segundo os próprios formuladores da política, demandava aperfeiçoamento da legislação cooperativista:

Mediante forte ação executiva, da plena utilização dos instrumentos já criados e da ampliação dos incentivos existentes, serão lançadas as bases para promover, na década de 70, um movimento renovador, de profundidade, no Setor Agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a Agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços: realizar a expansão de áreas, principalmente através das ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste (na zona dos “Cerrados”), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste; (...) transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivar a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, notadamente nos grandes centros urbanos.

(...)

São as seguintes as DEZ REALIZAÇÕES mais importantes que a ação do Governo deverá promover, no período 1970/1973: (...) - Concessão de estímulos especiais ao cooperativismo, mediante aperfeiçoamento da respectiva legislação, já em fase final de formulação⁷⁷ (grifos nossos).

Os objetivos gerais da Política Agrícola indicados nesse documento foram mantidos nos três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I, II e III). Tais objetivos devem ser lidos em paralelo com as seções concernentes à Política Científica e Tecnológica (onde se verifica a intenção de promover desenvolvimento de pesquisa e de

⁷⁵ BRASIL. **Metas e Bases para Ação de Governo** – Brasília: ?, 1970.

⁷⁶ Àquela época, consideravam-se produtos agrícolas não-tradicionais aqueles que não fossem café, cana-de-açúcar, cacau e outros produtos da tradicional pauta de exportação agrícola brasileira.

⁷⁷ BRASIL. **Metas e Bases para Ação de Governo** – Brasília: ?, 1970.

extensão rural) e à Balança Comercial (onde se observa a pretensão de utilizar a exportação de bens primários com fonte de divisas)⁷⁸.

Apenas um mês após a publicação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – I), foi publicada a Lei 5.764/71. Este diploma normativo estabeleceu contornos até hoje vigentes à sociedade cooperativa no Brasil.

3.3. Influências internacionais na arquitetura jurídica da sociedade cooperativa.

Dois eventos internacionais, ocorridos na segunda metade da década de 1960, interferiram fortemente na formulação do regime jurídico das cooperativas brasileiras: (1) o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, ocorrido em Viena/Áustria, no ano de 1966; e (2) o 1º Congresso Continental de Direito Cooperativo, ocorrido em Mérida/Venezuela, no ano de 1969. Os resultados desses eventos consubstanciaram-se em institutos que vieram a impregnar o tipo societário.

3.3.1. Recepção de novos paradigmas da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) pelo direito brasileiro.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) consiste em organização não-governamental com sede em Bruxelas, na Bélgica, criada no ano de 1895. Possui filiação de representações de cooperativas de 109 (cento e nove) países de todo o mundo⁷⁹.

Desde sua criação, a ACI dissemina o que acredita serem princípios do cooperativismo. De tempos em tempos ela promove revisão dos mesmos, numa tentativa de atualizá-los. Em pouco mais de 120 anos, foram gerados quatro elencos de princípios⁸⁰. O original, construído a partir das regras do estatuto da cooperativa de

⁷⁸ Nesse sentido, vejam-se: BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74** – Brasília: ?, 1971; BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – II) – 1975/79** – Brasília: ?, 1974; e BRASIL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – III) – 1980/85** – Brasília: ?, 1981.

⁷⁹ Dado capturado aos 26 de outubro de 2018 em <https://www.ica.coop/en/about-us/international-cooperative-alliance>

⁸⁰ A leitura do quadro sugere que, etimologicamente, seria discutível o reconhecimento do caráter principiológico dos tais *princípios*, sendo-lhes talvez mais adequada a caracterização como *regras*. Entretanto, para permitir interlocução com a doutrina especializada, utilizaremos neste trabalho a designação corrente no ambiente cooperativo, qual seja: a designação como princípios (ainda que por vezes se possam recalibrar as expressões, sobretudo nos trechos em que se apresentem críticas e/ou análises dos mesmos).

Rochdale, e as revisões, aprovadas em Congressos havidos nas cidades de Paris (1937), Viena (1966) e Manchester (1995). Abaixo, reproduz-se quadro de evolução dos princípios cooperativos, propugnados pela ACI⁸¹:

PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre	a) Princípios Essenciais de Fidelidade aos Pioneiros:	1. Adesão Livre	1. Adesão Voluntária.e Livre.
2. Gestão Democrática		2. Gestão Democrática	2. Gestão Democrática.
3. Retorno Pro Rata das Operações	1. Adesão Aberta	3. Distribuição das Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pró-rata das operações.	3. Participação Econômica dos Sócios.
4. Juro Limitado ao Capital Investido	2. Controle ou Gestão Democrática		4. Autonomia e Independência.
5. Vendas a Dinheiro	3. Retorno Pró-rata das Operações	4. Taxa Limitada de Juros ao Capital.	5. Educação Formação e Informação.
6. Educação dos Membros	4. Juros Limitados ao Capital	5. Constituição de fundo para educação de associados e do público em geral.	6. Intercooperação.
7. Cooperativização Global	b) Métodos Essenciais de Ação e Organização	6. Ativa cooperação entre cooperativas em âmbito local, nacional e internacional.	7. Preocupação com a Comunidade.
	5. Compras e Vendas à Vista		
	6. Promoção da Educação		
	7. Neutralidade Política e Religiosa		

Tabela 04: Rol de princípios cooperativistas da teoria rochdaliana.

Verificam-se intermitentes trabalhos no sentido de auscultar a influência dos tais *princípios* na legislação brasileira⁸². Esses esforços, compreensíveis num contexto em que escolas jurídicas firmam os princípios como fonte do direito, cometem, entretanto, ao

⁸¹ CANÇADO, Ailton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática** – Salvador; IES, 2007.

⁸² A título de exemplos surgidos em diferentes momentos, indicamos CANÇADO, Ailton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática** – Salvador; IES, 2007; e FRANKE, Walmor. **Influência Rochdaleana na Legislação Cooperativista Brasileira e Problemas Atuais** in FRANKE, Walmor (coord). **A Interferência Estatal nas Cooperativas (aspectos constitucionais, tributários, administrativos e societários)** – Porto Alegre: Fabris, 1985.

menos dois pecados: (1) insistir no erro da Aliança Cooperativa Internacional, que conceitua como rol de princípios um mero conjunto de regras; e (2) tentar emprestar juridicidade plena a regras de uma dentre várias doutrinas teórico/ideológicas, como se os resultados de Congresso realizado por uma instituição privada internacional se impusesse à soberania brasileira, inclusive e especialmente ao constitucional preceito de liberdade de pensamento.

Por outro lado, é inegável que a lei de 1971 foi fortemente inspirada pelo conjunto de regras aprovado pela ACI em Viena, no ano de 1966. Em razão disso, nas subseções desta fase do texto, serão exemplificados dispositivos legais derivados de cada *princípio* aprovado em 1966.

3.3.1.1. Adesão Livre (inclusive neutralidade religiosa, racial e social)

O *princípio* da Adesão Livre estabelece que qualquer pessoa pode ingressar e manter-se nos quadros sociais de uma cooperativa, desde que esteja apta a praticar atos descritos em seu objeto⁸³. Ou seja: qualquer agricultor pode ingressar na cooperativa agrícola.

Na lei brasileira, esta regra foi balanceada com um contraponto: a adesão é livre a todos, ressalvadas as condições de admissibilidade e a capacidade técnica de a cooperativa prestar serviço aos sócios.

Esta regra é utilíssima no caso de conversão do modelo societário em veículo de disseminação de acesso de pequenos produtores a Política Agrícola. Criada uma cooperativa e aportados recursos para investimento em um silo, por exemplo, todo produtor da região poderá associar-se e lá entregar a colheita, ressalvada a hipótese de não haver capacidade de a cooperativa receber volume excedente à sua capacidade de armazenamento⁸⁴.

A rigor, a Adesão Livre é uma regra derivada do princípio geral da Liberdade, a qual também repercute em outros dispositivos da lei, a exemplo da vedação à

⁸³ Segundo a ACI, nos termos aprovados pelo Congresso de Manchester, em 1995, o princípio da Adesão Livre e Voluntária estabelece que *as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços, e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas ou religiosas* (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Declaração sobre Identidade Cooperativa** – Manchester: ACI, 1995.).

⁸⁴ **Lei 5.764/71, art. 4º:** As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; (...).

discriminação religiosa, racial e social⁸⁵. Obviamente, a aplicação do princípio da Liberdade foi restrita na confecção da Lei 5.764/71, em consequência do contexto político em que a mesma foi formulada.

3.3.1.2. Gestão Democrática

O *princípio* da Gestão Democrática estabelece que todos os sócios podem participar da gestão do empreendimento coletivo, em igualdade de condições: um voto para cada sócio⁸⁶.

Pode-se inferir que a regra de Gestão Democrática, nos moldes recepcionados pela Lei 5.764/71, deriva do Princípio da Igualdade, em sua expressão meramente formal. A partir desta perspectiva, todos os sócios são iguais⁸⁷.

Não há, no modelo brasileiro de sociedade cooperativa, proporcionalidade dos direitos político societários em razão da fração de quotas-partes titularizadas nem da proporção da atividade econômica realizada. As únicas exceções residem nas cooperativas centrais, federações e confederações, as quais *podem* adotar a proporcionalidade.

3.3.1.3. Distribuição de Sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados pro-rata das operações

O *princípio* da Distribuição das Sobras estabelece que o resultado financeiro positivo, hipoteticamente verificado no final do exercício financeiro, não deve ser apropriado pela sociedade, mas (1) devolvido aos sócios responsáveis pela sua

⁸⁵ Vide Lei 5.764/71, art. 4º, inc IX.

⁸⁶ Segundo a ACI, nos termos aprovados pelo Congresso de Manchester, em 1995, o princípio da Gestão Democrática estabelece que as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam activamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres eleitos como representantes dos outros membros são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto), e as cooperativas de grau superior são também organizadas de forma democrática (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Declaração sobre Identidade Cooperativa** – Manchester: ACI, 1995.).

⁸⁷ **Lei 5.764/71, art. 4º:** As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: (...) **V - singularidade de voto**, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; (grifos nossos).

ocorrência, (2) aplicado em serviços comuns, e (3) mantido na cooperativa para promover o desenvolvimento da capacidade técnica de prestação de serviços pela mesma.

Esta *regra* confirma a natureza auxiliar da sociedade cooperativa que, embora se dedique a atuar no âmbito econômico, não teria, ela própria, finalidade lucrativa. Em sua operação típica, a cooperativa atua como substituto do cooperado, ou seja, em nome próprio, mas em benefício deste. Quem assina contrato com um terceiro (cliente ou fornecedor externo) é a cooperativa, mas quem age para cumprir os deveres assumidos e se beneficia do resultado auferido é o cooperado⁸⁸.

Nesse afã, os valores retidos do cooperado que não viessem a ser consumidos pela cooperativa deveriam ser a ele restituídos. Essa restituição deve ser *pro rata*, ou seja, proporcionalmente à contribuição de cada um para a manutenção da cooperativa. Ademais disso, os valores sobrados poderiam ser destinados à prestação de serviços aos sócios ou ao desenvolvimento da instituição.

Esta regra é expressamente estatuída pela Lei 5.764/71 nos termos do art. 4º, VII, VIII e X⁸⁹, e do art. 28⁹⁰. Segundo esses dispositivos, os valores sobrados que, retidos dos cooperados à guisa custeio de despesas e dispêndios da sociedade, não viessem a ser consumidos para o fim a que se destinavam, deveriam ser a eles restituídos, ressalvadas: (1) a obrigatória retenção de 10% das sobras para o Fundo de Reserva (destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa); e de 05% das sobras para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e

⁸⁸ MATOS, Igor Loureiro de; e DIAS, Gabriela da Luz. **Aspectos jurídicos relacionados aos empreendimentos solidários** in Bahia. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia Sustentável** – Salvador: Setre, 2011.

⁸⁹ **Lei 5.764/71, art. 4º:** As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: (...) **VII** - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral; **VIII** - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; (...) **X** - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; (...).

⁹⁰ **Lei 5.764/71, art. 28:** As cooperativas são obrigadas a constituir: **I** - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício; **II** - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. **§1º** Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. **§2º** Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Social – FATES – destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previstos nos estatutos, aos empregados da cooperativa.

3.3.1.4. Taxa Limitada de Juros ao Capital Social

A *regra* de limitação de taxa de juros sobre o capital social determina que seja estabelecido um teto à remuneração do aporte financeiro dos sócios na sociedade cooperativa. Este corolário figura expressamente na Lei 5.764/71, a qual limita remuneração das quotas-partes integralizadas pelos cooperados à razão de 12% (doze por cento) ao ano, mesmo assim condicionada à ocorrência de sobras e à aprovação da Assembleia Geral.

Esta regra era perfeitamente aceitável num contexto em que o Estado disponibilizava recursos públicos subsidiados para investimento e custeio em cooperativas. Afinal, tal limitação evitava que o cooperado se apropriasse de fração do subsídio financeiro destinado à produção sob a rubrica de qualquer espécie de benefício ou remuneração sobre capital.

3.3.1.5. Constituição de um fundo para educação dos associados e do público em geral

A *regra* de constituição de um fundo para educação dos associados e do público em geral confere à cooperativa o papel de propiciar aprimoramento de seus membros e da comunidade que circunda.

A educação dos membros é uma regra presente nos postulados da ACI desde a sua fundação. Em Viena/66, deliberou-se pela expansão desse papel para além dos muros da cooperativa. Tal decisão pode ter sido fortemente influenciada pelo contexto do pós-2ª

Guerra Mundial, quando as cooperativas européias cumpriram papel relevante na reconstrução do continente. Na falta de grupos empresariais aptos a investir e de máquina estatal em condições de atuar adequadamente na terra arrasada, muitas comunidades aproveitaram a instituição cooperativa para articular prestação de serviços demandados e não atendidos pelos Estados nem pelas Empresas.

No Brasil, a *regra* foi apenas parcialmente incorporada na legislação. Recepcionou-se a criação de um fundo apto a despender com educação, mas não

apenas isso. O chamado Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, ademais disso, ficou restrito ao benefício de sócios, familiares e empregados. Tais recursos, no caso brasileiro, não se destinavam ao público geral⁹¹.

Esta modelagem se adéqua ao propósito da Política Agrícola, posto que permite o emprego desses recursos no custeio da transferência de técnicas de produção aos rurícolas, ao mesmo tempo que restringe a dispersão de recursos com o público geral, fora do foco das políticas públicas do campo.

3.3.1.6. Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional

A *regra* de cooperação entre cooperativas – atualmente chamada intercooperação – propugna que as instituições devem interagir umas com as outras, em diferentes níveis. Este preceito foi parcialmente incorporado na Lei 5.764/71, que prevê institucionalização de veículos de integração entre cooperativas para o exercício da atividade econômica⁹² e para representação política⁹³. A previsão legal para a constituição de federações, centrais e confederações com natureza cooperativa facilitaram a cooperação econômica entre cooperativas, assim como o reconhecimento do Sistema Cooperativo favoreceu a legitimação de sua representação política.

⁹¹ **Lei 5.764/71, art. 28:** As cooperativas são obrigadas a constituir: (...); **II** - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício. **§1º** Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação. **§2º** Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

⁹² **Lei 5.764/71, art. 6º:** As sociedades cooperativas são consideradas: **I** - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; **II** - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais; **III** - confederações de cooperativas, as constituídas, pelo menos, de 3 (três) federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades (...). **Art. 7º:** As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados. **Art. 8º:** As cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. **Parágrafo único.** Para a prestação de serviços de interesse comum, é permitida a constituição de cooperativas centrais, às quais se associem outras cooperativas de objetivo e finalidades diversas. **Art. 9º:** As confederações de cooperativas têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

⁹³ Vide Lei 5.764/71, art. 105 a 108.

Na prática, a possibilidade de integração econômica entre cooperativas permite que equipamentos de uma instituição – financiados com recursos da política agrícola – sirvam aos sócios de uma congênere associada, que deles não disponha.

3.3.2. Evento de Mérida. Ato Cooperativo.

Do estudo comparado das legislações cooperativistas, constata-se um perfil de matriz latino-americana, sem paralelo em outros continentes, fundado no conceito de ato cooperativo⁹⁴.

O conceito jurídico de ato cooperativo tem origem na década de 1950, com a publicação do livro *Derecho Cooperativo*, de Antonio Salinas Puentes, onde ele estabelece que “ato cooperativo” é o *suposto jurídico, ausente de lucro e de intermediação que a organização cooperativa realiza em cumprimento de um fim preponderante econômico e de utilidade social*⁹⁵. Ao longo da década de 1960, no Brasil, Waldírio Bulgarelli, paralelamente ao esforço de outros pesquisadores do continente, propôs distinção entre os atos cooperativos e os atos de comércio⁹⁶.

Em novembro de 1969, a Organização das Cooperativas da América (OCA), realizou, na cidade de Mérida, Venezuela, o 1º Congresso Continental de Direito Cooperativo. O evento reuniu pesquisadores de todo o continente e seus resultados dinamizaram a propagação de teses e sua impregnação nas legislações posteriores.

A rigor, o conceito de ato cooperativo está ultrapassado e não dialoga com a teoria do negócio jurídico, adotada pelo Código Civil brasileiro de 2002⁹⁷. Entretanto, no final da década de 1960, ele foi colhido como solução para uma demanda do setor agronegocial e sua manutenção no ordenamento suporta consequências dignas de nota. Tal qual anteriormente descrito, os produtores rurais demandavam *conceituação exata do processo de cobertura das despesas operacionais das cooperativas, de forma a constar*

⁹⁴ HENRY, Hagen; FICI, Antonio; e CRACOGNA, Dante (coord). **International Handbook of Cooperative Law** – London: Springer, 2013.

⁹⁵ PUENTES, Antônio Salinas. **Derecho Cooperativo** – México: Cooperativismo, 1954, *apud* CRACOGNA, Dante. **O Ato Cooperativo na América Latina** in KRUEGER, Guilherme (coord). **Ato Cooperativo** – Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

⁹⁶ BULGARELLI, Waldírio. **Elaboração do Direito Cooperativo** – SP: Atlas, 1967; **Natureza jurídica da sociedade cooperativa** – SP: Clássico Científica, 1961; e **Regime jurídico das sociedades cooperativas** – SP: Pioneira, 1965.

⁹⁷ NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Teoria Geral dos Atos Cooperativo** – SP: Malheiros, 2007.

*que tais sociedades não produzem renda e, conseqüentemente, não são sujeitas ao Imposto de Renda*⁹⁸. A teoria dos atos cooperativos é construída sobre a tese de que as operações entre cooperados e cooperativas, quando no desenvolvimento de seus objetivos sociais, não implicariam operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria⁹⁹. A recepção deste pressuposto no direito brasileiro¹⁰⁰ trouxe uma série de conseqüências, dentre as quais um tratamento diferenciado ao ato cooperativo¹⁰¹.

Isto dito, somos instados a reconhecer que o delineamento do ato cooperativo deve ser ressaltado quando da descrição da arquitetura jurídica da cooperativa agropecuária brasileira. Afinal, em que pese tecnicamente ultrapassada, a modalidade persiste com efeitos sensíveis no ambiente agrocooperativo.

3.4. Inovações da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 inovou em matéria jurídica aplicada a cooperativas agropecuárias¹⁰². A promulgação da Constituição Federal de 1988 interrompeu a chamada fase intervencionista do direito cooperativo, constitucionalizou o comando para aproveitamento de cooperativas na política agrícola, e determinou o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

A CF/88 não recepcionou dispositivos da Lei 5.764/71, especialmente os atinentes a pedido de autorização para funcionamento¹⁰³ e a intervenção estatal¹⁰⁴. A não

⁹⁸ BULGARELLI, Waldírio. **Nova Legislação Cooperativista Brasileira** in UTUMI, Américo *et al.* **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico** – SP: Fund Friedrich Naumann, 1974.

⁹⁹ **Lei 5.764/71, art. 79.** Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais. **Parágrafo único.** O ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

¹⁰⁰ O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, no ano de 2016, em decisão de repercussão geral, que atos cooperativos próprios ou internos são aqueles realizados pela cooperativa com os seus associados (cooperados) na busca dos seus objetivos institucionais (RE 598.085-RJ).

¹⁰¹ Dentre as conseqüências surgidas, citamos: (1) Não incidência de contribuição previdenciária sobre sobras líquidas do exercício social em cooperativas (REsp 191422/RS); e (2) Não incidência de PIS/COFINS sobre ato cooperativo típico (RE 598.085-RJ).

¹⁰² Outros ramos do cooperativismo foram também tratados pela CF/88, a exemplo do minerário (vide CF/88, art. 174, §§3º e 4º), mas as questões transbordam o objeto do presente estudo.

¹⁰³ Lei 5.764/71, art. 17: A cooperativa constituída na forma da legislação vigente apresentará ao respectivo órgão executivo federal de controle, no Distrito Federal, Estados ou Territórios, ou ao órgão local para isso

recepção decorre do princípio de livre associação constante da CF/88, art. 5º, XVIII, *in verbis*:

CF/88, Art. 5º, XVIII: A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento

Em consequência deste dispositivo, as cooperativas agropecuárias não mais precisam de prévia autorização para sua constituição, o que diminuiu a burocracia e conferiu liberdade para criação de novos empreendimentos.

O apoio ao cooperativismo e sua adoção como instrumento de política agrária também constam da Carta de 1988, o que estabelece diretriz ratificadora da importância desse modelo organizacional no campo:

Art. 174, §2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

(...)

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

(...)

VI - o cooperativismo;

A bem da verdade, este dispositivo não inova, mas constitucionaliza a norma, o que, em tese, confere maior segurança à continuidade de emprego do modelo cooperativo na execução de políticas públicas no campo.

No Título VI, dedicado a tributação e orçamento, a CF/88 determinou o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo:

credenciado, dentro de 30 (trinta) dias da data da constituição, para fins de autorização, requerimento acompanhado de 4 (quatro) vias do ato constitutivo, estatuto e lista nominativa, além de outros documentos considerados necessários.

¹⁰⁴ Lei 5.764/71, art. 93: O Poder Público, por intermédio da administração central dos órgãos executivos federais competentes, por iniciativa própria ou solicitação da Assembléia Geral ou do Conselho Fiscal, intervirá nas cooperativas quando ocorrer um dos seguintes casos: I - violação contumaz das disposições legais; II - ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade; III - paralisação das atividades sociais por mais de 120 (cento e vinte) dias consecutivos; IV - inobservância do artigo 56, § 2º. *Parágrafo único.* Aplica-se, no que couber, às cooperativas habitacionais, o disposto neste artigo.

Art. 146. Cabe à lei complementar:

(...)

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Não foi ainda promulgada a referida Lei Complementar, mas teses de não incidência tributária sobre o ato cooperativo têm alcançado bons resultados com fundamento neste dispositivo¹⁰⁵.

À vista do quanto acima exposto, confirma-se a certeza de que a Constituição Federal de 1988 introduziu novos elementos no regime jurídico da sociedade cooperativa. Além de libertá-la do jugo da intervenção estatal, o modelo foi definido como instrumento de política pública no campo e teve reconhecida a necessidade de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

3.5.O Código Civil de 2002 e a reintrodução de comandos normativos ultrapassados

O projeto do novo Código Civil, apresentado à casa legislativa em 1972, começou a ser redigido em 1969.

Conforme assinalou Miguel Reale, Coordenador do Anteprojeto de Código Civil, a Coordenação Revisora e Elaboradora do Código Civil teve por diretriz:

“Firmar a orientação de somente inserir no Código matéria já consolidada ou com relevante grau de experiência crítica, transferindo-se para a legislação especial aditiva o regramento de questões ainda em processo de estudo, ou, que, por sua natureza complexa, envolvem problemas e soluções que extrapolam no Código Civil¹⁰⁶”.

¹⁰⁵ BECHO, Renato Lopes. **O Conceito Legal de Ato Cooperativo e os Problemas para o seu “Adequado Tratamento Tributário”** in BECHO, Renato Lopes (coord). **Problemas Atuais do Direito Cooperativo** – SP: Dialética, 2002.

¹⁰⁶ REALE, Miguel. **O Novo Código Civil Brasileiro** in Revista da Academia Paulista de Magistrados, V. I, Ano I.

A intenção do legislador foi ratificar na codificação o quanto do direito civil já estava assentado, mas, ao mesmo tempo, conjugar o quanto assentado com aquilo que a evolução do direito viesse a construir.

Àquela época, quando do início da redação do projeto, estavam em vigor o Decreto Lei nº 59, de 1966, e sua regulamentação, através do Decreto nº 60.597, de 1967.

Em dezembro de 1971 entrou em vigor a Lei 5.764, que criou modelo societário específico denominado sociedade cooperativa e estabeleceu novas regras para a constituição e o funcionamento dessas organizações.

Os termos em que foram escritos os dispositivos cooperativistas do Novo Código Civil brasileiro são condizentes com o disposto no diploma de 1966, embora por vezes dissonantes com o quanto presente no texto de 1971.

Em verdade, comparando-se os três diplomas, verifica-se que tanto a 5.764/71 quanto a 10.406/2002 foram construídos sob os paradigmas do Decreto-Lei 59/66. Todavia, não há diálogo direto entre a lei cooperativista de 1971 e o novo código civil. A organização do sistema jurídico normativo demanda interpretação pelo operador do direito.

Nos trinta anos de tramitação do projeto de código civil, a redação dos dispositivos especificamente dedicados às cooperativas quase não sofreu alterações. Excetuadas uma renumeração e uma reordenação de orações em um dado período composto, inserto no atual artigo 1093¹⁰⁷, operada pela comissão final de revisão ortográfica, os dispositivos atravessaram incólumes o longo processo legislativo. Os preceitos normativos permaneceram inalterados.

O resultado foi que, após 30 (trinta) anos de vigência da 5764/71, retornaram ao ordenamento jurídico comandos normativos inspirados no antigo Decreto Lei nº 59/66 há muito revogado¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Quando da apresentação do Projeto, o atual art. 1093 era numerado como 1092 e possuía a seguinte redação: "Ressalvada a legislação especial sobre sociedade cooperativa, reger-se-á esta pelo disposto no presente Capítulo". Todavia, após renumeração do texto e revisão ortográfica, o nóveo art. 1093 foi publicado com o seguinte texto: "A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial".

¹⁰⁸ JUVÊNCIO, Fernanda de Castro. **As Áreas de Ação e de Admissão de Associados nas Sociedades Cooperativas**, in KRUEGER, Guilherme (coord) **Cooperativismo e o Novo Código Civil** – BH: Mandamentos, 2003.

3.5.1. Comandos dissonantes no sistema normativo

A coexistência de normas dissonantes é causa de antinomias. A natureza real ou aparente dessas antinomias, assim como o modo de solucioná-las é tarefa do intérprete.

“A determinação do sentido das normas, o correto entendimento do significado dos seus textos e intenções, tendo em vista a decidibilidade de conflitos constitui a tarefa da dogmática hermenêutica¹⁰⁹”.

Quando se fala em antinomia jurídica, as escolas clássicas do direito brasileiro logo se remetem ao art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Esta é a primeira variável da equação. No caso em tela, observamos que há dois aspectos relevantes a serem observados: um de matéria legal, outro, em sede constitucional. É especialmente dedicado à sociedade cooperativa o Capítulo VII do Título II (da Sociedade) do Livro II (Do Direito de Empresa) do NCC. No início do referido capítulo, o legislador estabeleceu que “a sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial¹¹⁰”. Ou seja: estabeleceu comandos, mas ressaltou a aplicabilidade de normas constantes em lei especial.

A interpretação literal do código tem levado boa parte da doutrina¹¹¹ a defender a tese de que a norma geral mais recente cede lugar à norma especial mais antiga, por expressa disposição daquela.

Todavia, vozes destoantes exsurgem no cenário e apontam para a validade do conteúdo codificado¹¹². É postulado do autodenominado Novo Direito Civil a interpretação constitucional da matéria civilística¹¹³. O direito privado, para esta corrente, não é seção estanque e deve ser compreendido como fase integrada a um sistema harmônico,

¹⁰⁹ FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica decisão, dominação**. 3ª ed. SP: Atlas, 2001, p. 282.

¹¹⁰ Lei 10.406, art. 1093.

¹¹¹ KRUEGER, Guilherme (coord) **Cooperativismo e o Novo Código Civil** – BH: Mandamentos, 2003; ALMEIDA, Marcus Elídius Michelli de Almeida; & BRAGA, Ricardo Peake (coord). **Cooperativas à luz do código Civil** – SP: Quartier Latin, 2006.

¹¹² BECHO, Renato Lopes. **Elementos de Direito Cooperativo** – SP: Dialética, 2002.

¹¹³ PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional** – 3ª ed – RJ: Renovar, 2002.

fundado na Constituição. Nesse diapasão, tanto a Lei 5.764/71 quanto a Lei 10.406/2002 apresentam fundamento de validade na Carta Magna. Para os adeptos dessa corrente, dever-se-ia, na interpretação de temas afeitos a sociedades cooperativas, observar o §2º do art. 174: “a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. Logo, em sede de interpretação civil-constitucional, em hipóteses de antinomia jurídica real, deve-se privilegiar a norma que estimule o desenvolvimento do cooperativismo¹¹⁴.

O Neoconstitucionalismo é adotado por respeitável corrente¹¹⁵, mas não deixa de ser alvo de críticas¹¹⁶. O presente estudo não tem por escopo avaliar a referida corrente. Ainda assim, no caso em tela, quando se pretende resolver uma aparente antinomia, somos forçado a emitir opinião sobre qual caminho adotar do processo argumentativo.

Com efeito, não consideramos factível perquirir, objetivamente, a medida de estímulo ao cooperativismo que tal ou qual comando poderia inserir no ordenamento jurídico. Ademais, a lei geral, no texto do Capítulo atinente à Sociedade Cooperativa, expressamente cedeu validade aos comandos da lei especial, *in verbis*:

CC/02, art. 1.093, caput: A sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente Capítulo, ressalvada a legislação especial.

Em face do quanto acima dito, o presente estudo adota a tese de que, a despeito de o Código Civil de 2002 apresentar normas aparentemente conflitantes com a Lei 5.764/71, estas não alteraram os contornos da sociedade cooperativa brasileira.

¹¹⁴ FARIAS, Thiago Santana de. **A composição da sociedade cooperativa segundo o código civil** – Monografia (graduação em Direito) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

¹¹⁵ BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)** in SOUZA NETO, Cláudio Pereira, SARMENTO, Daniel (orgs.). **A constitucionalização do direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 203-249.

¹¹⁶ BARBERIS, Mauro. **Neoconstitucionalismo**. *Revista brasileira de direito constitucional*, n. 7, 2006, p. 18-30.

3.6. Arquitetura jurídica da cooperativa agropecuária: engendramento do modelo societário e descolamento do contexto atual.

Do quanto exposto, conclui-se que o modelo vigente da cooperativa agropecuária brasileira é resultante da confluência de diversos vetores: 1) a política agrária do regime militar inaugurado em 1964; 2) demandas do setor agrocooperativo divulgados em 1969; 3) fontes internacionais do direito cooperativo, especialmente: 3.1) os paradigmas da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1966; e 3.2) apropriação de técnica jurídica latino-americana assentada no Congresso de Mérida em 1969; 4) inovações introduzidas pela Constituição Federal de 1988; e 5) reintrodução, com a vigência do Código Civil de 2002, de comandos normativos há muito afastados do ordenamento jurídico brasileiro.

Nos quase cinquenta anos que se seguiram, a disciplina jurídica continua praticamente a mesma¹¹⁷, em que pese ter havido alterações em praticamente todos os seus pressupostos. A política agrária foi substituída; os subsídios estatais ao crédito agrícola foram drasticamente reduzidos e o financiamento do agronegócio foi em boa medida assumido por entes privados; a ACI atualizou seus paradigmas em 1995.

O hiato verificado entre a formulação do instrumento jurídico para articulação de produtores rurais e seu atual contexto de aplicação – se não anula todas as oportunidades potencialmente geradas – ocasiona incompatibilidades. Dentre as questões impactadas pela mutação conjuntural, o presente estudo se atém àquelas atinentes ao financiamento privado do agronegócio.

Nos capítulos que seguem, serão apresentados oportunidades e desafios ao financiamento privado do agronegócio, quando articulado em cooperativas.

¹¹⁷ A Constituição Federal de 1988 não recepcionou alguns dispositivos da Lei 5.764/71, mas manteve incólumes os liames do tipo societário.

4. Oportunidades que as cooperativas de produtores rurais oferecem ao financiamento do agronegócio brasileiro.

4.1. Financiamento do agronegócio.

Financiamento pode ser entendido como *fonte em sentido amplo (seja fonte própria ou externa) de sustento ou custeio de certo intento*¹¹⁸. Considerando-se o objeto do presente estudo, pode-se afirmar que toda origem de recursos para o desenvolvimento da atividade agronegocial pode ser considerada como fonte de financiamento.

O empreendedor rural pode aplicar seus recursos no desenvolvimento da atividade, situação em que o financiamento é caracterizado como sendo de fonte própria. No campo, o produtor assume diferentes comportamentos (investidor com ou sem propriedade de terra, arrendatário, produtor familiar...). Sem prejuízo de outras manifestações, encontra-se o empreendedor rural (1) aplicando recursos próprios na aquisição de terras, rezes e estrutura básica de funcionamento do estabelecimento rural; (2) empregando força de trabalho da própria família na lavoura e no pastoreio; e/ou (3) redesenhando técnicas de gestão no contexto das cadeias agroindustriais, para otimizar resultado financeiro do negócio, a exemplo da não imobilização de capital em terra e de exercícios de antecipação rentáveis de receita através do mercado financeiro¹¹⁹.

Bastas vezes, os recursos próprios são insuficientes ou caros para o desenvolvimento da operação. Este último caso se manifesta, por exemplo, nas hipóteses de disponibilidade de linhas de crédito a juros subsidiados, quando a fonte externa mostra-se tão barata que desestimula a aplicação de recursos próprios. Nessas hipóteses – carestia de recursos próprio e/ou baixo preço do crédito – é buscada fonte externa.

As fontes externas de recursos para atividade agronegocial são variadas¹²⁰, a exemplo de instituições financeiras, investidores, fundos privados, entes públicos e

¹¹⁸ ENEI, José Virgílio Lopes. **Project finance: financiamento com foco em empreendimentos. (parcerias público-privadas, leveraged buy outs e outras figuras afins)** – São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

¹¹⁹ Sobre modelos de arquiteturas organizacionais para empreendimentos agrícolas, uma boa coletânea é MONTTOYA, Marco Antônio; & PARRE, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências: vol 1 e 2** – Passo Fundo: UPF, 2000. Outra boa referência é MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade pecuária, imposto de renda – pessoa jurídica** – 14ª ed – SP: Atlas, 2014, o qual apresenta uma didática diferenciação sobre as formas de associação na exploração da atividade agropecuária.

¹²⁰ Sobre gêneros de financiadores do agronegócio, leia-se BARRY, Peter J.; & ROBISON, Lindon J.. **Agricultural Finance: credit, credit constraints, and consequences** in GARDNER, Bruce L.; & RAUSER,

parceiros de negócio (aqui incluídos fornecedores, compradores, prestadores de serviço e outros atores que vendam a prazo ou procedam a adiantamentos de pagamento na compra da produção). Todo e qualquer ator que conceda recursos ao empreendimento rural pode ser considerado fonte externa de financiamento.

No Brasil, a busca de fontes externas para financiamento do agronegócio evoluiu com o aprimoramento tecnológico empregado. A modificação da participação dos insumos na atividade rural demonstra que o perfil do empreendimento agrícola transformou-se fortemente nos últimos cinquenta anos¹²¹.

Participação dos insumos – Brasil (1970, 1995-1996 e 2006)

1970	%	1995/1996	%	2006	%
Pessoal ocupado	51,0	Pessoal ocupado	46,5	Terra	30,7
Terra	33,3	Terra	23,0	Valor dos estoques de tratores	17,8
Valor dos estoques de tratores	7,0	Valor dos estoques de tratores	17,1	Adubos e corretivos	16,3
Adubos e corretivos	3,7	Adubos e corretivos	6,0	Pessoal ocupado	16,1
Lenha	1,4	Agrotóxicos	3,0	Agrotóxicos	9,9
Agrotóxicos	1,3	Óleo diesel	2,4	Energia elétrica comprada	4,6
Gasolina	0,8	Energia elétrica comprada	1,4	Óleo diesel	3,3
Óleo diesel	0,7	Lenha	0,4	Lenha	0,7
Querosene	0,4	Gasolina	0,3	Gasolina	0,6
Energia elétrica comprada	0,2	Alcool	0,1	Alcool	0,1
Gás liq. Petróleo	0,1	Bagaço	0,0	Bagaço	0,0
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

Tabela 05: Participação dos insumos na atividade agronegocial brasileira, nos anos de 1970, 1996 e 2006.

Gordon C. (edit). **Handbook of Agricultural Economics – vol 1^a – agricultural production** – NY: Elsevier, 2001: *Most countries have several types of financial intermediaries and other entities that provide loans and financial services to the agricultural sector. Included are:* • *A commercial banking system that relies heavily on deposits as a source of loanable funds.* • *Specialized agricultural lending institutions, with corporate or cooperative organizations, that depend primarily on financial market sources of funds.* • *Government programs at the federal, provincial, and/or state levels that rely on financial markets or taxation for sources of funds.* • *Credit unions composed of members with a common bond.* • *Farm-related trade or agribusiness firms.* • *Intermediaries that perform important fiduciary or trust functions, such as insurance firms, pension funds, and trust companies.* • *Individuals such as family members, sellers of farmland, neighbors individually or in groups, and money lenders in the case of developing countries.* • *Originators who channel loans into well-diversified loan pools funded by asset-backed securities.*

¹²¹ GASQUES, J. G. *et al.* **Produtividade Total dos Fatores e Transformações da Agricultura Brasileira: Análise dos Dados dos Centos Agropecuários** in GASQUES, J. G. *et al* (org). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** – Brasília: IPEA, 2010.

No ano de 1970, o pessoal ocupado representava mais da metade do valor dos insumos. Considerando-se que a pequena propriedade gerida e operada em regime de economia familiar envolvia a imensa maioria dos empreendimentos rurais¹²², conclui-se que cada família de pequenos produtores detinha, por si só, sem aporte de financiador alheio ao grupo familiar, mais de 85% (oitenta e cinco por cento) dos insumos da produção – congregando trabalho, terra e lenha extraída da área possuída (combustível mais empregado naquela época).

Os demais insumos podiam ser financiados junto a fontes externas. Um exemplo recorrente era a aquisição de máquinas agrícolas¹²³, cuja venda foi impulsionada mediante concessão de crédito subsidiado pelo poder público na década de 1970¹²⁴.

Em 2006¹²⁵, verifica-se que o empreendimento familiar mantém sua importância na economia rural, mas tornou-se dependente de insumos que transcendem o seu domínio. Em que pese a terra continue a representar cerca de 30% (trinta por cento) na participação dos insumos, o trabalho perdeu mais de 2/3 (dois terços) de sua representatividade, alcançando, apenas 16% (dezesesseis por cento). Noutro diapasão, o valor de estoques de tratores, químicos e energia adquirida fora da propriedade atingem mais de 52% (cinquenta e dois por cento). Esse deslocamento promoveu o aumento da necessidade de acesso a fontes externas de financiamento.

A bem da verdade, essa mudança de perfil dos empreendimentos rurais não é uma particularidade brasileira. O emprego de novas tecnologias no campo evolui fortemente desde meados do século XX. O avanço da mecanização e de tecnologias empregadas no aperfeiçoamento de sementes e cultivares, correção de solos e disseminação de defensivos agrícolas marcou a agropecuária. A repercussão no financiamento da atividade rural, por conseguinte, foi sentida globalmente¹²⁶. Para fins

¹²² Leia-se o capítulo 2 deste trabalho.

¹²³ BARICELO, Luis Gustavo; & BACHA, Carlos José Caetano. **Oferta e demanda de máquinas agrícolas no Brasil** in Revista de Política Agrícola – Ano XXII - nº 04 – Out, Nov, Dez – Brasília: CONAB, 2013.

¹²⁴ BACHA, C. J. C. **Economia e Política Agrícola**. São Paulo: Atlas, 2004.

¹²⁵ O Censo Agropecuário de 2006 foi o último, no Brasil, a ter todos os seus resultados publicados. No presente momento, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está em fase a geração de resultados do Censo Agropecuário de 2017, o qual, seguramente, oferecerá dados mais recentes sobre o setor. Entretanto, os dados preliminares publicados até outubro de 2018, quando o presente Trabalho de Conclusão de Curso é redigido, não permitem a complementação da Tabela de Participação dos Insumos referenciada.

¹²⁶ Sobre alteração de perfil econômico do empreendimento rural em perspectiva global, leia-se BARRY, Peter J.; & ROBISON, Lindon J.. **Agricultural Finance: credit, credit constraints, and consequences** in

deste estudo, entretanto, em face de seus limites intrínsecos, restringir-se-á ao caso brasileiro, mormente no que tange a desafios e oportunidades gerados pela articulação de produtores rurais em cooperativas agropecuárias.

4.2. Cooperativas e financiamento do agronegócio.

Cooperativas são instituições relevantes para o financiamento do agronegócio brasileiro. Por sua própria natureza, cooperativas geram economia externa de escala. Através dela, cooperados que, individualmente, possuem capacidade restrita, potencializam sua força de negociação e operação no mercado. Esta característica se aplica, inclusive, na relação de produtores rurais com as fontes externas de financiamento.

4.2.1. Oportunidades no financiamento junto a fornecedores de insumos e adquirentes da produção. Concentração das estruturas de mercado.

Fornecedores de insumos e adquirentes da produção agropecuária podem assumir papel de financiadores externos do empreendimento rural. Isto ocorre, por exemplo, quando o fornecedor de insumos vende a prazo e/ou o adquirente da produção faz pagamento antecipado da compra. Para melhor compreender essa dinâmica, necessário conhecer os sistemas agronegociais.

Os sistemas de negócios agropecuários podem ser seccionados em razão dos papéis desempenhados por cada ator na cadeia produtiva, conforme figura reproduzida¹²⁷:

GARDNER, Bruce L.; & RAUSER, Gordon C. (edit). **Handbook of Agricultural Economics – vol 1ª – agricultural production** – NY: Elsevier, 2001.

¹²⁷ Adaptada por OLIVEIRA, Luis Fernando Tividini; & SILVA, Sandro Pereira. **Mudanças Institucionais e Produção Familiar na Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense** (Out/Dez, 2012). Revista de Economia e Sociologia Rural, Vol. 50, n. 4, pp. 705-720, 2012. Acessível em Scielo: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n4/a07.pdf>, a partir de ZYLBERSZTAJN, Décio. Conceito geral, evolução e apresentação dos sistemas agroindustrial. *in*: ZYLBERSZTAJN, D. e NEVES, M. F. Economia e gestão de negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira. 2000

Estrutura do ambiente institucional e organizacional das cadeias produtivas

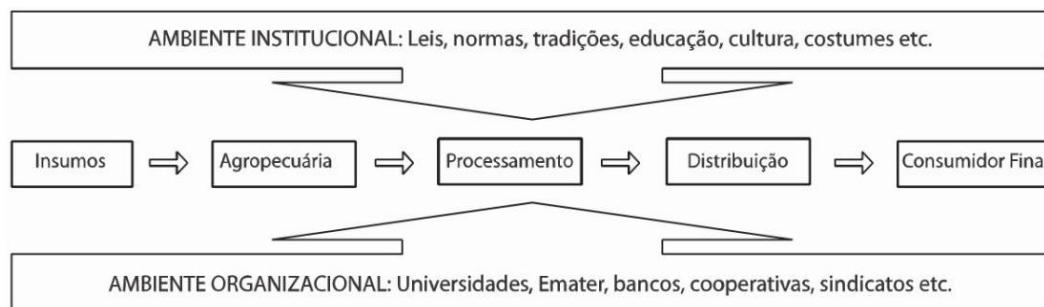


Ilustração 06: Gráfico com estrutura do ambiente institucional e organizacional das cadeias produtivas agronegociais.

Para fins de desenvolvimento desta seção do estudo, necessário ocupar-se das três primeiras posições: (1) Insumos; (2) Agropecuária; e (3) Processamento (ou adquirentes da produção).

No atual contexto do agronegócio, as posições (1) e (3), ocupadas respectivamente por fornecedores de insumos e processadores do resultado da produção, são caracterizadas por forte concentração de mercado. Poucas empresas dominam grandes participações, conforme a seguir ilustrado.

As quatro maiores empresas de defensivos agrícolas dominam não menos de 52% (cinquenta e dois por cento) do mercado brasileiro¹²⁸ e apenas três indústrias, juntas, reúnem 86% (oitenta e seis por cento) da capacidade instalada para produção de matérias primas de fertilizantes¹²⁹.

¹²⁸ SAES, M. S. M. *et al.* **Organização dos mercados de insumos e relações com a agricultura.** Relatório PENSA (desenvolvido a pedido da Confederação Nacional de Agricultura – CNA), 2009.

¹²⁹ COSTA, Nilson Luiz; & SANTANA, Antônio Cordeiro de. **Estudo da Concentração de Mercado ao Longo da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil.** (2014). Revista de Estudos Sociais, Vol. 16, n. 32, pp. 111-135, 2014. Em: https://www.researchgate.net/publication/315244698_Estudo_da_Concentracao_de_Mercado_ao_Longo_da_Cadeia_Produtiva_da_Soja_no_Brasil?enrichId=rgreq-813fd4e34f23b25ed08b784a4723b74f-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMxNTI0NDY5ODtBUzo0ODY3MDYzOTU3ODMxNjhAMTQ5MzA1MTI1NTMwNw%3D%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf

Capacidade Instalada de Produção de matérias-primas para fertiliza (t/ano)

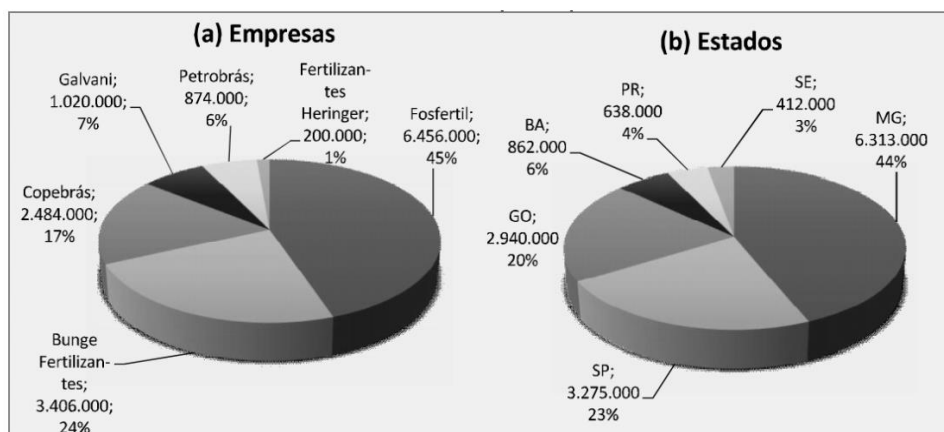


Ilustração 07: Gráfico com capacidade instalada de produção de matérias-primas para fertilizantes (t/ano) no Brasil.

O mercado de máquinas e implementos agrícolas também é extremamente concentrado. Não mais que 04 (quatro) fabricantes controlam mais de 90% (noventa por cento) dos mercados de tratores sobre rodas e de colheitadeiras:

No segmento de tratores de rodas, poucas firmas dominam parcela significativa do mercado: Valtra do Brasil Ltda., John Deere Brasil Ltda., CNH Latin America Ltda. (proprietária das marcas New Holland e Case) e AGCO do Brasil Comércio e Indústria Ltda. (proprietária da marca Massey Ferguson) concentram 96,28% do market share das vendas internas. Mesma situação é verificada no comércio de colheitadeiras, em que John Deere Brasil Ltda., CNH Latin America Ltda. e AGCO do Brasil Comércio e Indústria Ltda. respondem por 96,82% da fatia de mercado¹³⁰.

Na outra ponta, à jusante dos produtores agropecuários, constata-se também concentração nas indústrias de transformação/processamento. A título de ilustração, verifica-se que, no mercado de carne bovina brasileiro, mais de 50% (cinquenta por cento) dos abates são operados pelas três maiores empresas do setor¹³¹. No mesmo sentido, a

¹³⁰ Idem.

¹³¹ RESENDE FILHO, Moisés Andrade. **Uma investigação de comportamento não competitivo ao longo da cadeia produtiva da carne bovina no Brasil**. in 55º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55º, 2017, Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017. Acessível em: https://www.researchgate.net/profile/Moisés_Resende_Filho/publication/318826864_UMA_INVESTIGACAO_DE_COMPORTAMENTO_NAO_COMPETITIVO_AO_LONGO_DA_CADEIA_PRODUTIVA_DA_CARNE_B

consolidação e expansão de grandes grupos varejistas diminui as opções para escoamento de produtos primários diretamente para os atores de distribuição. Isto porque os cinco maiores grupos de varejo de alimentos controlam nada menos que 40% (quarenta por cento) do setor¹³².

À guisa dos exemplos, pode-se constatar que as estruturas do mercado agronegocial são altamente concentradas, inclusive e especialmente nos setores que transacionam diretamente com produtores rurais.

Noutro diapasão, Conforme já demonstrado, cerca de 81% (oitenta e um por cento) dos produtores rurais brasileiros possuem até 50 hectares de terra. Isto significa que, em geral¹³³, pela própria restrição física do estabelecimento rural, cada produtor tem baixo potencial para aquisição de insumos e venda de produtos.

O resultado é que, na ausência de concertação dos produtores rurais, eles estariam submetidos a verdadeiros oligopólios, conforme ilustrado no diagrama abaixo¹³⁴.



Ilustração 08: Contexto de produtores rurais dispersos no ambiente agronegocial, em face de fornecedores e adquirentes.

Diante do inequívoco desequilíbrio de mercado, o primeiro efeito da organização de produtores em cooperativas é sua ressignificação na cadeia. Os produtores deixam de se apresentar com uma coletividade amorfa, dispersa e

OVINA_NO_BRASIL/links/598088d00f7e9bd660eb4c15/UMA-INVESTIGACAO-DE-COMPORTAMENTO-NAO-COMPETITIVO-AO-LONGO-DA-CADEIA-PRODUTIVA-DA-CARNE-BOVINA-NO-BRASIL.pdf

¹³² UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Global Agricultural Information Network: Brazil Retail Foods 2018** – Washington: USDA, 2018.

¹³³ E aqui falamos na generalidade numérica, pois há inequívocos exemplos de empreendedores rurais que, por sua própria dimensão, não sofrem as restrições ora mencionadas.

¹³⁴ Diagrama inspirado na imagem apresentada por SCHWEINBERBER, Geraldo A. **Organização econômica dos produtores rurais e desenvolvimento rural** in MONTTOYA, Marco Antônio; & PARRÉ, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências: vol 1 e 2** – Passo Fundo: UPF, 2000.

desorganizada para assumir posição numa organização robusta, em condições mais benéficas de negociação:

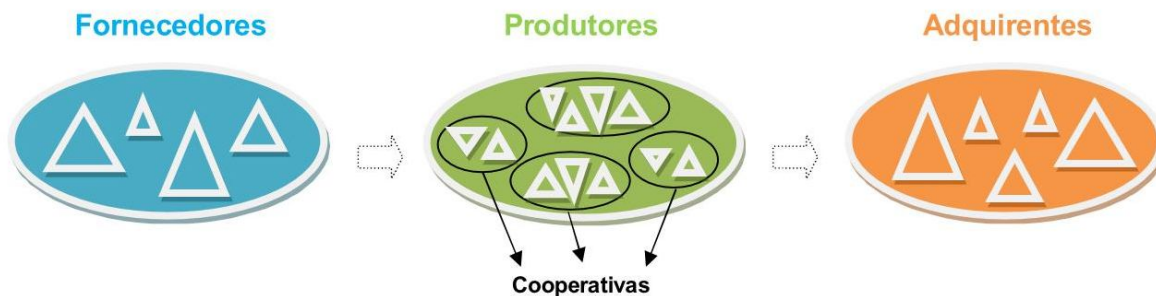


Ilustração 09: Contexto de produtores rurais agregados em cooperativas no ambiente agronegocial, em face de fornecedores e adquirentes.

Cooperativas – se comparadas à média dos produtores individualmente considerados – ocupam uma posição mais vantajosa, pois representam maiores volumes de negócios. Cooperativas compram mais barato e vendem mais caro, porque operam maiores quantidades. Conseguem negociar melhor a aquisição e insumos e a venda da produção. O pequeno produtor, sozinho, tem horizontes limitados ao mercado local (com aquisição de suprimentos junto a varejistas e/ou escoamento da produção em âmbito municipal ou territorial), ao passo que a cooperativa pode avançar para horizontes mais largos (seja com aquisição de suprimentos diretamente junto a fabricantes e/ou escoamento da produção para mercados que remunerem melhor).

Por tudo o quanto foi dito, assevera-se a certeza de que cooperativas oportunizam melhores condições de negociações aos pequenos e médios produtores rurais.

Ademais disso, a economia de escala propiciada pela cooperativa promove o surgimento de outro benefício: a criação de uma instituição portadora de demonstrações contábeis capazes de despertar interesse por parte de instituições financeiras, tal qual indicado na próxima seção.

4.2.2. Oportunidades no financiamento junto ao mercado de financeiro.

Mercado financeiro (...) é o ambiente em que fluxos de caixa futuros (...) são negociados¹³⁵. A negociação de fluxos de caixa ocorre entre agentes que demandam e ofertam recursos financeiros. Nesse contexto, os demandantes propõem a troca da disponibilidade presente de recursos pela devolução posterior remunerada. Com isso, quem busca recursos presentes os obtém, desde que concorde em adimplir a remuneração desejada pelo agente que possui a disponibilidade.

A evolução do mercado financeiro propiciou o desenvolvimento de diferentes modelos de ativos financeiros com variados modos de operação. Em razão dessas variáveis, o mercado financeiro foi dividido em quatro mercados: monetário, de câmbio, de capitais e de crédito¹³⁶.



Ilustração 10: Secções do mercado financeiro.

¹³⁵ Financial markets, including the bond and stock markets, are the markets where safe and risky future cash flows are traded and valued. BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C.; & ALLEN, Franklin. **Principles of Corporate Finance** – NY: MacGraw-Hill/Irwin, 2011, p. 39.

¹³⁶ COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **O mercado de valores mobiliários brasileiro** – 3ª ed – RJ: CVM, 2014.

O Mercado Monetário envolve transferências de recursos financeiros em curtíssimo prazo entre instituições financeiras ou entre estas e o Banco Central do Brasil (Bacen), sendo por este utilizado para controle de liquidez da economia. Quando o montante de dinheiro em circulação está superior ao quanto desejado pela Política Monetária, o Bacen intervém mediante venda de títulos e retirada de moeda do mercado. Em sentido oposto, quando falta liquidez, o Bacen adquire títulos e irriga o mercado de moeda ¹³⁷. No passado, cooperativas agropecuárias puderam ter natureza mista, ostentando uma seção crédito. Entretanto, como hoje isto é vedado, não se mostra possível tratar de participação de cooperativas agropecuárias no mercado monetário.

As outras três seções do mercado financeiro podem contar com a participação de cooperativas agropecuárias, facilitando o financiamento de agricultores.

4.2.2.1. Oportunidades junto ao mercado de crédito.

O Mercado de Crédito é o segmento do mercado financeiro em que as instituições financeiras captam recursos dos agentes superavitários e os emprestam aos sujeitos deficitários, sendo remuneradas pela diferença entre seu custo de captação e o que cobram dos tomadores ¹³⁸. As operações de crédito, em geral de curto e médio prazo, são voltadas normalmente a alimentar o capital de giro dos empreendimentos.

O custo do capital, ou seja, a taxa de juros aplicada sobre o valor transacionado, é fortemente impactado pelo risco da operação. O risco da operação, por seu turno, sofre influência da qualidade das informações que o Credor (agente ofertante de crédito) possui acerca do Devedor (agente demandante de crédito – no caso, o produtor rural) ¹³⁹. A dificuldade de compreensão acerca da qualidade do Devedor diminui a sensação de segurança do Credor acerca do crédito, levando-o a incrementar a taxa de risco da avença.

¹³⁷ Idem

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ STIGLITZ, Joseph E.; & WEISS, Andrew. **Credit Rationing in Markets with Imperfect Information**. (Jun., 1981). The American Economic Review, Vol. 71, nº 3, pp. 393-410, 1981. Available at SSRN: https://www.researchgate.net/profile/Andrew_Weiss/publication/4733120_Credit_Rationing_in_Markets_With_Imperfect_Information/links/0c960518582a97dfc0000000/Credit-Rationing-in-Markets-With-Imperfect-Information.pdf

A análise financeira das demonstrações contábeis¹⁴⁰ é muito importante na perquirição de condições para concessão de crédito. Ela indica o fluxo financeiro e a capacidade de pagamento do pretendo tomador de crédito. Em princípio, cooperativas possuem demonstrações contábeis mais robustas do que as possíveis de serem geradas por seus associados e, por via de consequência, acessam melhores oportunidades no mercado de crédito.

A cooperativa agropecuária apresenta fluxo financeiro mais portentoso e demonstrações contábeis mais confiáveis, se comparada ao padrão dos produtores rurais individualmente considerados. A confluência de fluxos financeiros dos produtores associados, conjugada com uma melhor apuração de dados, ocasiona a produção de demonstrações contábeis de maior vigor. O balanço contábil de uma sociedade cooperativa, normalmente, aponta para uma organização mais confiável do que os pequenos e médios empreendimentos rurais a ela associados. O fluxo financeiro gerado por centenas ou milhares de produtores é em muito superior ao quanto alcançável por cada produtor em um pequeno ou médio estabelecimento.

Na qualidade de substituto contratual, a cooperativa age em nome próprio, mas em benefício de seus cooperados. O crédito acessado é aplicado no financiamento da atividade dos sócios, fazendo com que estes – embora individualmente pequenos – acessem crédito em condições oferecidas, primordialmente, a grandes atores. Isso permite que pequenos e médios produtores rurais acessem fontes externas de financiamento em condições mais favoráveis do que a que enfrentariam caso o fizessem de maneira direta.

Conclui-se, pois, que a cooperativa oportuniza, a pequenos e médios produtores, acesso mediato a melhores linhas de crédito.

¹⁴⁰ As demonstrações contábeis (...) constituem importante veículo de comunicação entre a entidade e (...) credores (...). As demonstrações permitem (...) avaliar o desempenho econômico e financeiro das organizações. BORINELLI, Márcio Luiz. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais: de acordo com os pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade)** – 2ª ed. – SP: Atlas, 2017.

4.2.3. Principais oportunidades que as cooperativas oferecem ao financiamento do agronegócio brasileiro

Através da articulação em cooperativas, a economia interna das pequenas organizações conjuga-se à economia externa de escala. A economia de escala propiciada pela organização cooperativa impacta a relação da coletividade de produtores com diferentes atores da cadeia agronegocial: fornecedores, clientes e mercado financeiro.

As principais oportunidades que uma cooperativa oferece a produtores rurais na busca de fontes externas de financiamento consistem, por conseguinte: (1) na mitigação do desequilíbrio de mercado; e (2) na possibilidade de acesso a melhores fontes no mercado de crédito.

5. Desafios que as cooperativas de produtores rurais oferecem ao financiamento do agronegócio brasileiro.

A disciplina da cooperativa agropecuária brasileira estabelece regras que não se adequam perfeitamente ao atual contexto de financiamento privado do agronegócio. O modelo societário impõe obstáculos (1) à admissibilidade de sócios financiadores, (2) à remuneração de capital; (3) à destinação dos resultados econômicos; (4) à implantação de boas regras de governança; e (5) à formação de bons níveis de garantias/salvaguardas, o que ocasiona restrições de acesso a canais de financiamento. Tais obstáculos desestimulam a capitalização da cooperativa agropecuária brasileira de modo a fragilizá-la em face de fornecedores e processadores do setor agronegocial, e colocá-la em desvantagem frente às cooperativas de produtores norte-americanos e europeus, suas concorrentes no mercado internacional.

O regime jurídico da sociedade cooperativa foi arquitetado para atender à funcionalidade da política agrícola inaugurada no início da década de 1970. Àquela época, a política agrícola era fortemente marcada pelo dirigismo estatal e impulsionada com crédito subsidiado por recursos públicos.

Todavia, a crise fiscal da década de 1980 restringiu a fonte estatal de recursos subsidiados. A partir de meados da década de 1990, agentes privados assumiram relevante papel no financiamento do setor e alguns aspectos analisados para concessão de financiamento não são atendidos por cooperativas agropecuárias.

5.1. Retração de financiamento público. Crise fiscal. Financiamento nos mercados informais.

Desde a década de 1970, a agricultura brasileira foi subsidiada com crédito agrícola concedido a taxas reais negativa, conforme tabela transcrita¹⁴¹.

¹⁴¹ SHIROTA, R. **Crédito Rural no Brasil: subsídio, distribuição e fatores associados à oferta**. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, Piracicaba, 1988.

Taxa Real de Juros do Crédito Rural, segundo finalidade do empréstimo, Brasil, 1970-1985¹

Ano ²	Finalidade		
	Custeio	Investimento	Comercialização
1970	-1,85	-1,85	-1,85
1971	-2,34	-2,34	-2,34
1972	-0,43	-0,43	-0,43
1973	-0,61	-0,61	-0,61
1974	-14,50	-14,50	-14,50
1975	-11,13	-11,13	-11,13
1976	-21,34	-21,34	-21,34
1977	-17,15	-14,99	-14,99
1978	-18,32	-16,19	-16,19
1979	-35,10	-31,72	-31,72
1980	-36,76	-34,38	-38,66
1981	-25,72	-25,72	-25,72
1982	-27,39	-13,92	-27,39
1983	-30,13	-9,45	-30,13
1984	0,93	0,93	0,93
1985	-1,34	-1,34	-1,34

¹ Considerando-se empréstimos para médios produtores do Centro-Sul.

² Variação entre dezembro e dezembro de cada ano.

Tabela 06: Taxa real de juros do crédito rural, segundo finalidade do empréstimo. Brasil, entre 1970 e 1985.

Durante 13 anos consecutivos, de 1970 a 1983, a agricultura acessou crédito a taxa de juros negativa. Após a 2ª crise do petróleo, a economia brasileira enfrentou dificuldades e o Estado brasileiro enveredou por grave crise fiscal.

A escassez de recursos afetou o fluxo de financiamento da agricultura. Mesmos após breve recuperação de 1985/86, verifica-se instabilidade nos dispêndios federais destinados ao campo, sobretudo a partir de 1988¹⁴².

¹⁴² GASQUES, J. G.; & VILLA VERDE, C. **Recursos para a agricultura e orientação dos gastos públicos** in IPEA. Perspectivas da Economia Brasileira – 1992 – Brasília: IPEA, 1991 *apud* SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira** – SP: UNICAMP.IE, 1996.

Dispêndios do Governo Federal na função agricultura 1980/1990

	Milhões US\$ de 1990	Índice
1980	4.864	100
1981	3.294	68
1982	3.289	68
1983	1.438	30
1984	1.986	41
1985	4.144	85
1986	7.332	151
1987	10.163	209
1988	8.264	170
1989	5.457	112
1990	6.272	129

Tabela 07: Dispêndios do Governo Federal na função agricultura entre 1980 e 1990

O volume de recursos do Tesouro aplicado em crédito rural também apresentou forte diminuição. O valor aplicado no ano de 1995 equivalia a meros 11,98% do montante disponibilizado em 1987¹⁴³.

Crédito agrícola e suas fontes (U\$ milhões), Brasil 1987/96

Ano	Tesouro	Exigibilidade	Poupança	R. Livres	Outros	Total
1987	11.872	10.935	7.181	...	1.852	31.840
1988	5.639	7.706	8.403	...	719	22.467
1989	4.917	2.966	10.591	1.601	443	20.518
1990	3.132	3.209	2.346	2.332	703	11.722
1991	2.924	2.707	3.906	1.248	1.309	12.095
1992	3.080	2.509	6.104	906	807	13.407
1993	3.070	1.271	4.976	1.351	845	11.514
1994	4.302	1.841	5.540	2.528	1.662	15.874
1995	1.422	949	2.640	1.176	2.102	8.252

Tabela 08: Crédito agrícola e suas fontes, no Brasil, de 1987 a 1996.

A abrupta diminuição de recursos estatais, sem substituição por recursos privados, ocasionou escassez de crédito. Multiplicaram-se práticas informais de financiamento agrícola, especialmente para custeio da produção. Informais são consideradas as operações de crédito realizadas fora do sistema financeiro ou do controle estatal¹⁴⁴. Dentre as operações informais, destacaram-se:

¹⁴³ BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. **A transição na política agrícola brasileira** in MONTROYA, Marco Antônio; & PARRÉ, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XXI – estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências** – Tomo I – Passo Fundo: UPF, 2000.

¹⁴⁴ ALMEIDA, A; FRANÇA, T. J. **Mercados financeiros rurais: alternativas para a agricultura**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 25-38, abr, 1993.

- a) Empréstimos em dinheiro obtidos de particulares ou de firmas ligadas à atividade agropecuária;
- b) Operações de escambo do tipo insumo/produto ou serviço/produto entre fornecedores de insumos/serviços e produtores e entre cooperativas/firmas e produtores;
- c) compras e/ou vendas antecipadas de produção, realizadas entre produtores e comerciantes ou empresas agroindustriais; e
- d) poupança e empréstimo realizados em grupos/associações informais de agricultores¹⁴⁵.

Difícil mensurar o volume das operações informais nesse período, diante da óbvia ausência de registro em instituições do sistema de crédito. Entretanto, há quem afirme que a relação entre crédito formal e PIB agropecuário despencou a partir da década de 1980. O crédito formal teria retraído de mais de 60% para menos de 20% do PIB agropecuário¹⁴⁶.

5.1.1. Impacto experimentado por cooperativas com a expansão do financiamento informal e a desarticulação de políticas públicas.

Cooperativas experimentaram impacto negativo com a expansão do financiamento informal e a desarticulação das políticas agrícolas e cooperativistas. Conforme já demonstrado, o modelo agrocooperativo brasileiro alimentou-se de financiamento público subsidiado e, na falta destes, as instituições não tiveram o que oferecer em substituição.

O financiamento informal é desenhado para atender diretamente ao produtor, posto que desnecessário fazê-lo através de cooperativa. Parceiros comerciais na cadeia produtiva, quando custeiam a atividade em regime de *troca-troca*¹⁴⁷, por exemplo, tendem a estabelecer relação direta com o produtor, a fim de garantir a eficiência da gestão dos

¹⁴⁵ Sobre crédito informal para a agricultura, leia-se ARAUJO, Paulo Fernando Cidade de; *et al.* **Turbulência e indefinição no financiamento da agricultura** in MONTROYA, Marco Antônio; & PARRÉ, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XXI – estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências** – Tomo I – Passo Fundo: UPF, 2000.

¹⁴⁶ *idem*.

¹⁴⁷ Regime de escambo no qual a indústria destinatária celebra contrato de compra e venda com o produtor rural e, à guisa de fração de pagamento antecipado, entrega insumos (matrizes avícolas, sementes/cultivares, químicos...) e assistência técnica necessários ao processo produtivo.

recursos e monitorar o processo. Afinal, em última instância, o resultado da colheita/criação é essencial para a lucratividade da operação.

No mesmo sentido, a desarticulação entre políticas agrícola e de cooperativas distanciou ainda mais o modelo societário das demandas no produtor rural. No esforço de diminuir gastos públicos, promoveu-se extinção de instituições e órgãos estatais. Dentre eles, foram ceifados o cérebro e o braço financeiro da Política Nacional de Cooperativismo. Ainda início da década de 1990, o Governo Collor extinguiu o Conselho Nacional do Cooperativismo (CNC)¹⁴⁸ e o Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC)¹⁴⁹. A Lei 8.028/90 determinou que o Conselho de Governo propusesse um *Plano Nacional de Cooperativismo*¹⁵⁰, mas este nunca foi apresentado. A rigor, não foi instituído novo mecanismo de gestão da política pública do cooperativismo nem de prestação de serviço financeiro às então existentes cooperativas de crédito misto¹⁵¹ (normalmente consorciadas com cooperativas agrícolas)¹⁵².

Exemplo ilustrativo dos efeitos foi a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Em 1992, a cooperativa alcançava a marca de mais de 19.000 associados e era uma das 20 maiores empresas brasileiras¹⁵³. A CAC, surgida na década de 1920, cresceu fortemente a partir da década de 1970, sob influxo das políticas agrárias¹⁵⁴. Sofreu com a escassez

¹⁴⁸ A Lei 8.028/90 excluiu o CNC da estrutura do Ministério da Agricultura.

¹⁴⁹ Extinção através da Lei 8.029/90, art. 1º, IV: *É o Poder Executivo autorizado a extinguir ou a transformar as seguintes entidades da Administração Pública Federal: (...) IV - Sociedade de Economia Mista: Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. - BNCC.*

¹⁵⁰ Lei 8.028/90, art. 58: O Conselho de Governo proporá o Plano Nacional de Cooperativismo, a ser submetido ao Congresso Nacional.

¹⁵¹ A Lei 5.764/71, art. 10, §3º estabelecia que cooperativas agrícolas poderiam criar e manter seção de crédito: *Art. 10. As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados. (...) §3º Somente as cooperativas agrícolas mistas poderão criar e manter seção de crédito.* Este dispositivo foi expressamente revogado pela LC 130/2009, art. 1º, §2º: *As instituições financeiras constituídas sob a forma de cooperativas de crédito submetem-se a esta Lei Complementar, bem como à legislação do Sistema Financeiro Nacional - SFN e das sociedades cooperativas. (...) §2º É vedada a constituição de cooperativa mista com seção de crédito.* Atualmente, não mais existem cooperativas de crédito misto no Brasil.

¹⁵² Anos depois as cooperativas de crédito instituíram um Banco Cooperativo, o Bancoob. A Política Nacional do Cooperativismo permanece, até hoje, sem um órgão articulador na esfera pública federal.

¹⁵³ VEGRO, Celso Luis Rodrigues. **Uma abelha circunscrita: um estudo sobre o sucesso empresarial da Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1992.

¹⁵⁴ Segundo Taniguti, a Cotia acessava recursos principalmente através do Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC), que, entre 1980 e 1982 subsidiou cerca de 41% dos empréstimos da Cooperativa

de crédito e alta da inflação nas décadas de 1980 e 1990 e viu a relação débito/movimento saltar de 15% em 1984 para 125,88% em 1992. No ano de 1993 o total de dívidas aproximava do montante de 800 milhões de dólares e, em 30 de setembro de 1994, a Assembleia Geral deliberou pela liquidação da sociedade¹⁵⁵.

A interrupção da política para cooperativas e o enfraquecimento do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) impactaram negativamente as organizações cooperativas. Os produtores estavam endividados e as cooperativas não acessavam fontes de recursos. A desarticulação de formas de financiamento à atividade produtiva perdurou por pouco mais de dez anos, até a estabilização da economia.

5.2. Exemplos de novas formas de financiamento privado do agronegócio.

O início da década de 1990 foi marcado por atrasos de pagamento das dívidas originárias do crédito rural e a situação perdurou até o advento do chamado Plano Real, em 1995. A estabilização das contas públicas permitiu o saneamento de dívidas do setor agropecuário, que foram parceladas em até 10 (dez) anos, com juros nominais de 3% (três por cento) ao ano¹⁵⁶.

A retração dos subsídios públicos, a estabilização da economia e o saneamento das dívidas dos produtores criaram ambiente propício ao financiamento privado do agronegócio. Desde meados da década de 1990 verifica-se o aperfeiçoamento de mecanismos financeiros privados destinados a atender o agronegócio¹⁵⁷. Cédula de Produto Rural (CPR), Certificado de Depósito Agropecuário/Warrant Agropecuário (CDAWA), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) são exemplos

(TANIGUTI, Gustavo Takeshy. **Cotia: imigração, política e cultura** – Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015).

¹⁵⁵ TANIGUTI, Gustavo Takeshy. **Cotia: imigração, política e cultura** – Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

¹⁵⁶ BACHA, C. J. C.; *et al.* **Evolução da Taxa de Juros Real do Crédito Rural no Brasil – período de 1985 a 2003** in Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 14, n. 26, maio 2005.

¹⁵⁷ Desde 1991, a nova lei de política agrícola reservou maior participação de agentes financeiros privados no crédito agrícola, sem discriminações. Nesse sentido, veja-se Lei 8.171/91, art. 48, *caput*: O crédito rural, instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos (...).

de instrumentos privados de financiamento da agropecuária. O primeiro surgiu na década de 90, os demais, nos anos de 2000.

A Cédula de Produto Rural (CPR) é título criado pela Lei nº 8.929/1994. Consiste em instrumento que documenta crédito garantido por penhor agrícola ou mercantil. Na prática, através dela, opera-se venda a termo em que o produtor ou sua cooperativa emite o título para alienar o resultado da produção e receber o pagamento anteriormente à entrega. O resgate da obrigação dá-se com pagamento em produto ou em dinheiro. Há vantagens tanto para o Emissor quanto para o Investidor. O primeiro consegue obter crédito sem necessário referenciamento da dívida em taxa de juros (afinal, sua obrigação é a entrega de produto), ao passo que o segundo tem isenção de Imposto de Renda sobre ganhos auferidos e não corre risco com oscilação de preços do produto, na hipótese de dele precisar como matéria prima para derivados, por exemplo. Ademais disso, há facilidades para emissão (cujas formalidades podem ser atendidas pelo próprio produtor), transmissão (com faculdade de negociação junto a terceiros) e execução de débito (visto que a CPR é título executivo).

O Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) foi criado pela Lei 11.076/2004. Consiste em um título de crédito que representa a promessa de entrega de produtos agropecuários e seus derivados. Ele tem caráter nominativo e é livremente negociável. O Warrant Agropecuário (WA) é um título de crédito vinculado a determinado CDA, o qual documenta a promessa de pagamento de dado valor em dinheiro. A particularidade do Warrant Agropecuário é que ele confere direito de penhor sobre o Certificado de Depósito Agropecuário a que está ligado. Quem emite esses títulos é o Armazenador, a pedido do Depositante, sempre de maneira a vinculá-los, sob mesmo número, tão logo o produto é armazenado. Na prática, o Depositante pode negociar os títulos como ativos financeiros, sem precisar mover a mercadoria, enquanto o produto está na depositado sob responsabilidade do Armazenador¹⁵⁸.

A Letra de Créditos do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), também criados pela Lei 11.076/2004, são títulos nominativo com livre negociação e lastro em recebíveis originados de contratos negociados com produtores rurais ou com cooperativas agropecuárias. São importantes para captação de recursos a serem aplicados no agronegócio. Para o investidor, a LCA oferece proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e, no caso de pessoas físicas,

¹⁵⁸ Sobre CDA e WA, veja-se Lei 11.076/2011, art. 1º a 22.

isenção de imposto de renda¹⁵⁹. Por seu turno, o CDCA, embora também ofereça isenção fiscal para o investidor pessoa física, não dispõe proteção pelo FGC. Em compensação, é possível que sua emissão envolva alienação fiduciária dos direitos creditórios vinculados ao título¹⁶⁰.

O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) é título de renda fixa com lastro em recebíveis de derivados de contratos com produtores rurais e suas cooperativas. Na prática, os titulares de recebíveis cedem seus recebíveis a uma securitizadora, a qual emite os títulos e os coloca em negociação no mercado. Com a operação, a empresa originalmente titular dos recebíveis antecipa o crédito. O investidor, por seu turno, está protegido de possíveis dificuldades enfrentadas por parte da securitizadora, na medida em que os recebíveis são segregados do patrimônio da emissora. Ademais disso, ele tem um fluxo previsível de créditos que, no caso de investidores pessoa física, é isento de Imposto de Renda¹⁶¹.

5.2.1. Cooperativas e novas formas de financiamento privado.

A descrição das modalidades de títulos para captação de recurso indica razoável variabilidade de instrumentos, desde o mais simples, emitido pelo próprio produtor (CPR), até os securitizados para negociação em bolsa. Todos são lastreados em produtos ou recebíveis derivados de contratos entre produtores ou suas cooperativas com seus fornecedores (à montante), clientes (à jusante) ou instituições financeiras (para obtenção de crédito tradicional).

Tecnicamente, cooperativas podem figurar como participante em todos esses títulos (e muitas vezes o fazem). Entretanto, a avaliação empregada na análise de crédito por instituições privadas expõe deficiências das organizações no novo contexto, dificultando-lhes acesso a recursos.

Quando a atividade rural era beneficiária de políticas públicas de financiamento, o objetivo do agente estatal de financiamento era atender às metas de expansão da produção agrícola, com vistas à diminuição do preço ao consumidor, ao aumento das

¹⁵⁹ Sobre LCA, veja-se Lei 11.076/2011, art. 23, 26 a 35 e 41 a 44.

¹⁶⁰ Sobre CDCA, veja-se Lei 11.076/2011, art. 23 a 25, 28 a 35 e 41 a 44.

¹⁶¹ Sobre CRA, veja-se Lei 11.076/2011, art. 23 e 36 a 44.

exportações para equilíbrio da balança de pagamentos e ao fomento à indústria de insumos¹⁶². Mediante aplicação de taxa de juros subsidiados¹⁶³, o poder público basicamente pagava para que o produtor contribuísse para o alcance da meta da política econômica.

A partir de meados da década de 1990, a transferência à iniciativa privada da função de financiamento ocasionou a aplicação de nova racionalidade à disponibilização de recursos. Nesta fase do estudo, serão pontuados aspectos considerados pelos financiadores privados na análise de crédito e os empecilhos experimentados por cooperativas agropecuárias. O propósito não é exaurir a questão, mas apontar óbices que se identificam na cooperativa como destinatária de recursos, em face de suas regras de funcionamento.

5.2.1.1. Análise de crédito.

Na operação de crédito, o concedente analisa a medida de risco para obtenção da remuneração desejada. Dentre outros aspectos analisados, figura a capacidade de o tomador solver as obrigações assumidas. No processo de análise, o concedente espera formar *confiança* de que o débito será solvido. Confiança, nesse sentido, é a medida de probabilidade com que o concedente avalia a possibilidade de ser efetivada a ação prometida pelo tomador¹⁶⁴.

No curso da análise, o concedente emprega indicadores de ordem quantitativa e qualitativa. Os indicadores de ordem quantitativa informam o desempenho do tomador em dado período e sua capacidade de endividamento, a exemplo do faturamento,

¹⁶² Nesse sentido, vejam-se: BRASIL. **Programa de Ação Econômica do Governo – 1964-1966** – 2ª ed incluindo versão revista do Programa de Investimentos para 1965 – Brasília: EPEA, 1965; BRASIL. **Metas e Bases para Ação de Governo** – Brasília: ?, 1970; BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74** – Brasília: ?, 1971; BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – II) – 1975/79** – Brasília: ?, 1974; e BRASIL. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – III) – 1980/85** – Brasília: ?, 1981.

¹⁶³ COELHO, Carlos Nayro. **70 Anos de Política Agrícola na Brasil (1931-2001)** in Revista de Política Agrícola – Ano X - nº 03 – Jul, Ago, Set – Brasília: CONAB, 2001; MORAES, José Affonso de. **O Crédito Como Fator de Desenvolvimento das Cooperativas Brasileiras** in UTUMI, Américo *et al.* **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico** – SP: Fund Friedrich Naumann, 1974.

¹⁶⁴ Sobre confiança, leia-se GAMBETTA, Diego. **Can We Trust?** in GAMBETTA, Diego. **Trust: making and breaking cooperative relations** – Oxford: Blackwell, 1988.

solvência e fluxo de caixa. Os indicadores de ordem qualitativa indicam a opinião sobre a gestão do tomador e sua capacidade de conduzir o empreendimento¹⁶⁵.

Noutro dizer, pode-se afirmar que o concedente deseja verificar capacidade econômica (aspecto financeiro) e técnica (aspecto humano/profissional) do tomador para executar o projeto e cumprir obrigações financeiras. Nesse afã, o nível de capitalização e o padrão de governança do tomador são essenciais para avaliação positiva do crédito.

Entretanto, conforme haveremos de demonstrar, o regime jurídico da sociedade cooperativa impacta negativamente (1) a admissibilidade de sócios investidores, (2) a remuneração de capital e a destinação dos resultados econômicos; (3) a formação de bons níveis de garantias; e (4) a implantação de boas regras de governança, mitigando-lhes acesso a fontes de financiamento privado.

5.3. Obstáculos ao financiamento privado a cooperativas agropecuárias.

5.3.1. Restrição à admissão de sócio investidor, não produtor.

O regime jurídico das cooperativas agropecuárias restringe a admissão de sócio apenas a produtores e *peçasas jurídicas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das peçasas físicas associadas*¹⁶⁶, sendo vedada a admissão *no quadro das cooperativas os agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade*¹⁶⁷. Com isso, é impedido de compor a sociedade qualquer ator que, não desenvolvendo a atividade de produtor rural, pretendesse empregar recursos na cooperativa, financiando-o, na qualidade de sócio.

Diferentemente do que ocorre em outros sistemas jurídicos, é vedada a admissão de sócio investidor nas cooperativas agropecuárias. Fundos de Pensão e Fundos de Investimento em Participação, por exemplo, não podem aplicar recursos diretamente em cooperativas agropecuárias.

¹⁶⁵ ARRIAGA, Carlos; & MIRANDA, Luis. **Risk and Efficiency in Credit Concession: a Case Study in Portugal** – Managing Global Transitions, University of Primorska, Faculty of Management Koper, vol. 7(3), 2009, pages 307-326.

¹⁶⁶ Vide Lei 5.764/71, art. 29, §2º.

¹⁶⁷ Vide Lei 5.764/71, art. 29, §4º.

Fundos de Pensão (também conhecidos como Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC) administram reservas financeiras que garantam benefício previdenciário. Em dezembro de 2017, as EFPC eram responsáveis pela gestão de cerca de 838 bilhões de Reais em ativos, correspondentes a 12,8% do PIB brasileiro¹⁶⁸.



Ilustração 11: Gráfico de evolução de ativos x percentual do PIB brasileiro em 2017.

Historicamente, Fundos de Pensão aplicam parte de seus ativos do agronegócio. Fração desses investimentos é destinada a participação em empresas do setor. Um exemplo é a PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), maior Fundo de Pensão brasileiro, que em 2017 totalizava mais de 180 milhões de reais em ativos¹⁶⁹, e destinava, já em 2013, 7,8% do total administrado em participações junto a empresas do agronegócio¹⁷⁰.

O Brasil tem mais de 300 Fundos de Pensão, mas nenhum deles pode adquirir participação em cooperativas agropecuárias – mesmo que alguma delas ocupe posição de relevo em seu segmento. Além de os Fundos de Pensão não atenderem aos requisitos

¹⁶⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (ABRAP). **Consolidado Estatístico** (dezembro de 2017). Acessível em 02 de novembro de 2018, pelo endereço eletrônico http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_12_2017.pdf.

¹⁶⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (ABRAP). **Consolidado Estatístico** (dezembro de 2017). Acessado em 02 de novembro de 2018, pelo endereço eletrônico http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%C3%ADstico_12_2017.pdf.

¹⁷⁰ SILVA, Vacilon Gomes da. **Financiamento Privado do Agronegócio Brasileiro: análise dos investimentos dos fundos de pensão das estatais no setor no período 2004 a 2012**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2014.

de admissibilidade ao quadro social já apontados na Lei Geral de Cooperativas¹⁷¹, o regime jurídico desse modelo societário o torna inapto a ser eleito como destinatário de investimento em participação acionária por parte dos Fundos de Pensão. A regulamentação operada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece diretrizes para aplicação dos recursos que não são atendidos pelas quotas-partes de capital social em cooperativas agropecuárias. A Resolução CMN nº 4661 de 2018 estabelece, dentre as diretrizes para aplicação dos recursos das EFPC, a observância dos princípios da rentabilidade e da liquidez do ativo¹⁷².

Nos termos vigentes, as quotas-partes do capital social de cooperativas agropecuárias possuem rentabilidade limitada e duplamente condicionada, e quase nenhuma liquidez. Cooperativas agropecuárias não pagam dividendos e, caso gerem lucro, não podem distribuí-lo entre os sócios. O lucro de uma sociedade cooperativa é vertido para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), que tem natureza indivisível. Em contraposição, na hipótese de haver resultado negativo, os sócios podem ser chamados a cobri-lo.

Demais disso, não há mercado para negociação de quotas-partes do capital social, posto que elas são intransmissíveis para não sócios e meramente resgatáveis, sem alteração de valor nominal.

Obstáculos semelhantes são experimentados por Fundos de Investimento em Participações (FIP). Nos termos da Instrução Normativa 578 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

O FIP, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinada à aquisição de ações, bônus de subscrição, debêntures simples, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, bem como títulos e valores mobiliários representativos de participação em sociedades limitadas, que deve participar do processo decisório da sociedade investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão¹⁷³.

¹⁷¹ Vide Lei 5.764/71, art. 29, §2º

¹⁷² Conselho Monetário Nacional (CMN), Resolução 4661 de 2018: Art. 4º Na aplicação dos recursos dos planos, a EFPC deve: I - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. (...) (grifos nossos).

¹⁷³ Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instrução Normativa nº 578 de 2016, art. 5º, *caput*.

Além de os FIP não atenderem aos requisitos de admissibilidade de sócios em cooperativas agropecuárias, estas, nos delineamento vigente da Lei 5.764/71 jamais ofereceriam aos FIP o quanto preceituado na IN/CVM 578/2016. Isto porque, em adição à circunstância de as quotas-partes não oferecerem remuneração possivelmente pretendida (diante do limite de remuneração e da não repartição de lucros em cooperativas agropecuárias), constata-se que sua concentração – ainda que em larga medida – não garantiria participação relevante no processo decisório de uma pretensa sociedade cooperativa investida. Afinal, em cooperativas agropecuárias, no Brasil, cada sócio tem apenas um voto, independentemente do volume titularizado de quotas-partes do capital social¹⁷⁴.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) os Fundos de Investimento em Participações brasileiros possuíam patrimônio líquido superior a 230 bilhões de reais, em dezembro de 2017¹⁷⁵. Parte desses ativos financia empresas de agronegócio, mas nem um centavo pode compor a estrutura de capital de uma cooperativa agropecuária.

Noutro dizer, o marco normativo das cooperativas agropecuárias torna-as inacessíveis e imprestáveis à participação de Fundos de Pensão, FIPs e quaisquer outros gêneros de sócios investidores. Tais fontes de financiamento, quando tendentes a investir no setor agronegocial, não aportam recursos em cooperativas agropecuárias.

5.3.2. Desestímulo de capitalização de cooperativa por produtor cooperado.

Limite e condicionantes de remuneração de quotas partes. Destinação dos Resultados Econômicos.

Há variadas maneiras de um produtor financiar sua cooperativa: pagamento antecipado de insumos, concessão de prazo para recebimento de repasse pela venda da colheita e rateio de dispêndios independentemente da atividade fim são exemplos típicos.

¹⁷⁴ Lei 5.764/71, art 4º, V: As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: (...) V - singularidade de voto (...).

¹⁷⁵ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (Anbima). **Consolidado Histórico de Fundos de Investimento** (dezembro de 2017). Acessado em 02 de novembro de 2018, pelo endereço eletrônico http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/estatisticas/fundos-de-investimento/fi-consolidado-historico.htm

Entretanto, o método básico e mais específico é a subscrição e integralização de quotas-partes de capital social.

Nos termos de uma análise econômica racional, a deliberação de aportar recursos financeiros em uma sociedade é motivada pela expectativa de ganhos e mitigada pelo risco de perdas¹⁷⁶. A relação entre risco e retorno é determinante para a tomada de decisão. O produtor rural realiza esse gênero de análise para deliberar sobre aporte em cooperativa e, nesse afã, a rentabilidade de aplicações financeiras são um paradigma para comparação.

O mercado financeiro do Brasil apresenta taxas de remuneração nominal atrativas, conforme tabela que segue¹⁷⁷.

¹⁷⁶ BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C.; & ALLEN, Franklin. **Principles of Corporate Finance** – NY: MacGraw-Hill/Irwin, 2011.

¹⁷⁷ Trecho de tabela capturada em 08 de dezembro de 2017, no endereço eletrônico <http://www.valor.com.br/valor-data/tabela/5810/evolucao-das-aplicacoes-financeiras>

EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS. RENTABILIDADE NO PERÍODO EM %

Renda Fixa	Mês						Acumulado	
	dez/17*	nov/17	out/17	set/17	ago/17	jul/17	Ano*	12 meses**
Selic	0,14	0,57	0,64	0,64	0,80	0,80	9,50	10,58
CDI	0,14	0,57	0,64	0,64	0,80	0,80	9,49	10,56
CDB (1)	0,53	0,53	0,58	0,62	0,62	0,70	8,62	9,00
Poupança (2)	0,50	0,50	0,50	0,50	0,55	0,56	6,80	7,00
Poupança (3)	0,43	0,43	0,43	0,50	0,55	0,56	6,57	6,84
Renda Variável	0,72	-3,15	0,02	4,88	7,46	4,80	20,36	16,26
Ibovespa	0,44	-2,43	-1,47	3,66	8,53	8,17	40,17	38,79
Índice Small Cap	0,74	-3,21	-0,02	4,95	7,28	4,76	20,30	16,07
IBrX 50	0,53	-6,10	0,21	4,69	6,35	3,68	12,52	10,31
ISE	1,30	-1,58	-5,55	3,75	2,59	9,96	25,89	26,21
IMOB	1,97	-6,67	0,29	6,13	6,96	4,82	21,74	18,32
IDIV	-0,69	-0,59	0,24	6,57	0,87	-0,39	17,89	20,49
IFIX	0,85	-0,47	3,44	0,66	0,52	-5,37	0,92	-3,98
Dólar Ptax (BC)	0,50	-0,06	3,36	0,57	0,97	-5,92	1,12	-3,45
Dólar Com. (mercado)								
Euro (BC) (4)	-0,08	1,83	1,90	-0,01	1,10	-1,92	12,87	7,88
Euro Com. (mercado) (4)	-0,48	2,19	1,88	-0,16	1,55	-2,49	13,75	8,59
Ouro BM&FBovespa (B3)	-0,38	-1,12	0,30	0,83	4,18	-3,65	10,69	3,94
Inflação								
IPCA (5)	-	0,38	0,42	0,16	0,19	0,24	2,60	2,91
IGP-M	-	0,52	0,20	0,47	0,10	-0,72	-1,40	-0,86

* Rendimento até o dia 7/dez ** Até nov/17 (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º

Fontes: Banco Central, B3, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data.

Tabela 09: Evolução das aplicações financeiras x rentabilidade no período em porcentagem. 2017.

No ano de 2017, as aplicações financeiras de renda fixa – com taxas de risco bastante baixas – apresentaram rentabilidade que variam de 6,84% a 10,58% ao ano. Obviamente, qualquer aplicação de risco que queira se mostrar atrativa, precisa alcançar expectativa de retorno superior.

A lei geral de cooperativas, entretanto, limita a remuneração do capital social à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, condicionada à materialização de sobras contábeis e à deliberação da Assembleia Geral¹⁷⁸. Única exceção a esta regra são as cooperativas de crédito, que têm teto de remuneração limitado pela taxa Selic¹⁷⁹.

¹⁷⁸ Lei 5.764/71, art. 24, §3º.

¹⁷⁹ Lei Complementar 130/2009, art. 7º.

As companhias abertas oferecem rentabilidade muito superior às cooperativas. No que tange às de Renda Variável, excetuadas aplicações em ouro, dólar e euro, a taxa de retorno variou entre 10,31% e 38,79%.

Cooperativas agropecuárias não pagam dividendos e, caso gerem lucro, não podem distribuí-lo entre os sócios. O lucro de uma sociedade cooperativa é vertido para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), que tem natureza indivisível. Em contraposição, na hipótese de haver prejuízo, os sócios podem ser chamados a cobri-lo.

Demais disso, não há mercado para negociação de quotas-partes do capital social, posto que elas são intransmissíveis para não sócios e meramente resgatáveis, sem alteração de valor nominal.

Por derradeiro, a participação no capital social não interfere no poder de voto do associado. Em cooperativas, cada sócio tem um voto em Assembleias Gerais, independentemente da fração de capital social por ele titularizada.

As regras vigentes para capitalização e remuneração do aporte feito em cooperativa agropecuária desestimulam o financiamento pelo próprio associado. O marco legal contribui para a baixa rentabilidade da aplicação e, com isso, diminui a atratividade do setor ao capital associado¹⁸⁰.

5.3.3. Limitação à constituição de garantias.

No Brasil, potencial de obtenção de financiamento externo gerado pela economia externa de escala cooperativada é limitado pelo regime jurídico da cooperativa agropecuária. A economia externa de escala proporcionada pela instituição cooperativa estimula a reunião das colheitas, mas o delineamento das cooperativas agropecuárias desestimula a aglutinação de capitais e a formação de garantias financeiras pelo cooperado.

Garantias são meios de controle que têm como principal objetivo manter e garantir a solvência para salvaguarda dos interesses de credores¹⁸¹. Um financiador

¹⁸⁰ Sobre o tema, leia-se COSTA, Davi Rogério de Moura; & CANASSA, Bruno. **Determinantes para o custo de capital próprio em cooperativas agropecuárias** in 54º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54º, 2016, Maceió, AL: Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2016.

¹⁸¹ MACEDO, Armindo Licínio da Silva. **A representação e caucionamento das provisões técnicas das seguradoras em Portugal** – Tese (doutoramento em Ciências Empresariais) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto, 2013.

externo busca garantias para salvaguardar o recebimento do crédito e, na prática, a dimensão de garantias oferecidas pode dimensionar o volume de crédito ofertado.

Cooperativas agropecuárias oferecem boas oportunidades de negociação para venda da produção de seus associados, de modo a estimular agregação de grandes volumes de produtos primários. Produtores rurais preferem destinar sua produção à cooperativa, pois, a partir dela, alcançarão melhores resultados na venda. Em razão disso, uma cooperativa agropecuária, como detentora de posse e promessas de entrega de produção futura, alcança bons resultados na captação de financiamento externo garantido por bens primários. Negociação em mercado futuro e emissão de Cédula de Produto Rural (CPR) são exemplos de créditos garantíveis pela produção primária.

Por outro lado, cooperativas agropecuárias encontram dificuldades para constituir garantias que transcendam o montante auferível das negociações dos produtos primários em seus respectivos ciclos de produção. A proibição de admissão de sócio investidor conjugada ao desestímulo de capitalização pelos produtores rurais ocasiona extrema dificuldade de essas sociedades constituírem garantias financeiras próprias¹⁸². Pelas mesmas razões, cooperativas normalmente possuem ativos imobiliários bastante restritos, o que dificulta celebração de contratos de mútuo com garantia real¹⁸³.

Na prática, a dificuldade de constituição de garantias financeiras e reais – decorrente dos efeitos econômicos do regime jurídico de admissão de cooperados, remuneração de capital social, e destinação dos resultados econômicos – limita o financiamento externo do agronegócio cooperativo. A verticalização da operação agronegocial exige aportes de recursos em estruturas de beneficiamento dispendiosas, cujo prazo de retorno de investimento em muito suplanta os ciclos de produção animal e vegetal. O valor em produto primário congregado não consegue garantir financiamento externo para verticalização do negócio.

Conclui-se, pois, que o regime jurídico das cooperativas agropecuárias restringe o potencial econômico da organização, na medida em que desestimula a constituição de garantias que propicie maior acesso a financiamento externo.

¹⁸² As garantias financeiras podem ser formadas pelo capital social e/ou provisões, por exemplo. São disponibilidades financeiras que garantem crédito obtido junto a terceiro.

¹⁸³ O contrato de mútuo com garantia real é bastante empregado no financiamento do agronegócio. A maior carteira de investimentos privados em agronegócio em atuação no Brasil é gerida pela MetLife Investments, que, em 2017, dispunha de mais de dois bilhões de dólares americanos para concessão de financiamento ao agronegócio na América Latina, condicionada, necessariamente, à oferta de bem imóvel em garantia.

5.3.4. Dificuldade de implantar boas regras de governança.

A governança corporativa encerra princípios e práticas destinados ao aprimoramento da condução das organizações. Nesta seção do estudo, serão apontados aspectos em que a legislação brasileira obsta a implantação de boas práticas de governança em cooperativas agropecuárias.

5.3.4.1. Governança. Princípios. Equidade.

Estudos sobre governança corporativa sugerem que esta deve estar calcada na observância de princípios. O rol de princípios a ser observado varia bastante em cada matriz¹⁸⁴, mas possui alguns elementos recorrentes, tais quais a transparência e a responsabilidade corporativa. Dentre eles há um que, em nosso sentir, não é observado pela sociedade cooperativa brasileira, por força de seu regime jurídico: o princípio da equidade.

A equidade é empregada como norteadora de análise e julgamento inter-relacional desde a Grécia clássica¹⁸⁵. Hodiernamente, a equidade é aproximada ao conceito de justiça ideal, conferindo a cada um o que lhe é de direito¹⁸⁶.

O IBGC conceitua equidade, para fins de governança, como *tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas*¹⁸⁷. A CalPERS, de maneira mais sucinta, estabelece como observância do princípio de equidade a aplicação da regra *one-share/one-vote*:

¹⁸⁴ O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) apresenta quatro princípios básicos de governança, ao passo que The California Public Employees' Retirement System (CalPERS) apresenta dezessete. Nesse sentido, vejam-se INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa** – 5ª Ed – SP: IBGC, 2015; e CALPERS – THE CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM. **Global Governance Principles** – Sacramento: CalPERS, 2015.

¹⁸⁵ Segundo Tércio Ferraz Júnior, *Aristóteles é responsável pro sua definição como a justiça do caso concreto* (FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação** – 4ª ed – SP: Atlas, 2003).

¹⁸⁶ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil** – vol I – 19ª ed – RJ: Forense, 1998.

¹⁸⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa** – 5ª Ed – SP: IBGC, 2015

One-share/One-vote: All investors must be treated equitably and upon the principle of one-share/one-vote¹⁸⁸ (grifo nosso).

As cooperativas brasileiras, por seu turno, estão submetidas a uma discutível regra de igualdade formal. Nos termos da Lei 5.764/71, todos os cooperados têm igual direito de voto, independentemente da fração de capital social de que seja titular e do volume de operação que efetue através da sociedade¹⁸⁹.

A igualdade formal, conforme concebida no século XVIII, estabelece que todos são iguais perante a lei. Há quem afirme que a noção de igualdade formal teria alcançado o direito societário através de corporações monopolistas entre o final do século XVIII e o início do século XIX¹⁹⁰. Nesse período, organizações tendentes a constituir monopólios associavam consumidores e usuários de seus serviços na qualidade sócios e, como estratégia de atração, evitavam que qualquer sócio pudesse controlar, sozinho, as decisões. Logo, os sistemas de restrição de direito de voto teria sido construídos como proteção de sócios usuários, não de sócios investidores¹⁹¹. O problema é que tal regra gera uma disfunção, na medida em que produtores rurais com diferentes participações na formação do capital social e/ou na operação econômica da cooperativa possuem o mesmo poder de decisão.

¹⁸⁸ CALPERS – THE CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES’ RETIREMENT SYSTEM. **Global Governance Principles** – Sacramento: CalPERS, 2015.

¹⁸⁹ Lei 5.764/71, art. 4º, V.

¹⁹⁰ In the late eighteenth century and much of the nineteenth century, U.S. corporations frequently had schemes of shareholder voting that deviated from the one-share-one-vote rule that 9 subsequently became the norm. In particular, many nineteenth-century corporations restricted voting in ways that made it difficult for a single shareholder to obtain control of the firm. Such voting schemes were of three types: graduated voting, in which the number of votes exercisable by a single shareholder increased less than proportionately with the number of shares owned; capped voting, in which a ceiling was imposed upon the total number of votes that a single shareholder could exercise regardless of the amount of stock he or she held; and per capita voting, which is the rule of one shareholder, one vote (HANSMANN, Henry and PARGENDLER, Mariana. **The Evolution of Shareholder Voting Rights: Separation of Ownership and Consumption** (December 10, 2013). Yale Law Journal, Vol. 123, pp. 100-165, 2014. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2219865>).

¹⁹¹ restricted voting rules generally served not to protect shareholders as investors, but to protect them as consumers. The firms adopting such rules were frequently local monopolies that provided vital infrastructural services such as transportation, banking, and insurance. The local merchants, farmers, and landholders who used these services were the firms’ principal shareholders. They commonly purchased shares not in the expectation of profit, but to finance collective goods. Restricted shareholder voting assured that control of the firms’ services would not fall into the hands of monopolists or competitors (HANSMANN, Henry and PARGENDLER, Mariana. **The Evolution of Shareholder Voting Rights: Separation of Ownership and Consumption** (December 10, 2013). Yale Law Journal, Vol. 123, pp. 100-165, 2014. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2219865>).

Conforme já indicado no capítulo quatro do presente estudo, *Rochdale Society of Equitable Pioneers* (Sociedade dos Probos de Rochdale), cooperativa de consumo criada em 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra, adotou a regra de um voto por pessoa em seu estatuto social. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), por seu turno, adotou a regra como corolário e a legislação brasileira a incorporou.

A questão a observar, no presente momento, é que o sistema de um voto por pessoa não atende ao princípio da equidade e, por conseguinte, prejudica a implantação de boas práticas de governança. Conforme já indicado, nos termos do direito brasileiro, não importa o quanto o cooperado aporte na sociedade ou com ela opere, sua relevância na condução da sociedade é a mesma. Na prática, desestimula-se o produtor rural a investir na sociedade e a com ela operar. Ademais, tal situação sugere aos parceiros financiadores externos que a condução da sociedade sofre interferência de produtores sem compromisso com a cooperativa e, por conseguinte, despreocupados com o sucesso de seus projetos.

5.3.4.2. Governança. Agentes e Principais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas*¹⁹².

Historicamente, as técnicas de governança corporativa derivam do crescimento das empresas, quando o seu controle deixou de ser exercido diretamente pelos proprietários¹⁹³. Neste momento, os proprietários elegeram ou contrataram alguém para dirigir o empreendimento. É então que surge o chamado Relacionamento de Agência.

No caso das cooperativas agropecuárias brasileiras, é expressamente vedada a designação de gestor contratado para cargos de Conselho de Administração e de Diretoria. Com isso, o problema de agência tradicional é substituído pelos problemas derivados do exercício de gestão direta pelo produtor rural cooperado. Na presente seção,

¹⁹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa** – 5ª Ed – SP: IBGC, 2015.

¹⁹³ GABRIELI, Marcio Fernandes. **Governança Corporativa** in CHENG, Hsia Hua (coord). **Introdução às Finanças Empresariais** – São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

após discorrer sobre os tradicionais problemas de agência, adentrar-se-á no que ora vamos denominar *problemas de controle*.

5.3.4.2.1. Governança. Problema de agência.

Relacionamento de agência é aquele em que o detentor original de direitos (o principal) contrata outra pessoa a quem delega poderes e atribuições de representá-lo (o agente) na gestão do empreendimento. Na vigência do contrato, imagina-se que o agente deva atuar sempre no melhor interesse do principal. Entretanto, constata-se que, embora não deva, o agente pode se desviar da finalidade de seu mandato, a fim de atender a um interesse seu. Nesse instante surge o Problema de Agência.

Problema de Agência, nesse contexto, consiste no reconhecimento de que, se ambas as partes no relacionamento de agência (agente e principal) atuam com vistas a maximizar seus resultados pessoais, há uma boa razão para acreditar que o agente nem sempre agirá no melhor interesse do principal¹⁹⁴. Noutro dizer, verifica-se o risco de expropriação de riqueza dos acionistas pelos gestores¹⁹⁵.

A dissociação entre propriedade e controle, nesse sentido, gera custos de monitoramento, denominados *custos de agência*. Segundo Jensen e Meckling, os custos de agência são o resultado da soma de:

1. gastos de monitoramento pelo principal;
2. gastos do agente para mostrar ao principal que seus atos não são prejudiciais a estes;
3. perdas residuais, decorrentes da diminuição da riqueza do principal por eventuais divergências entre as decisões do agente e as decisões que maximizariam a riqueza do principal¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Sobre o tema, veja-se JENSEN, Michael; & MECKLING, William. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure**. Journal of Financial Economics (October), Vol 3, n. 4, pp. 305-360, 1976.

¹⁹⁵ DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança Corporativa: desempenho e valor da empresa no Brasil** – SP: Saint Paul Editora, 2005.

¹⁹⁶ JENSEN, Michael; & MECKLING, William. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure**. Journal of Financial Economics (October), Vol 3, n. 4, pp. 305-360, 1976. Ainda sobre os custos de agência, observa-se que autores brasileiros identificam um quarto gênero de custo de agência, atinente às “despesas para estruturação do contrato entre o principal e o agente” (a exemplo de DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança Corporativa: desempenho e valor da empresa no Brasil** – SP: Saint Paul Editora, 2005; e GABRIELI, Marcio Fernandes. **Governança Corporativa** in CHENG, Hsia Hua (coord). **Introdução às Finanças Empresariais** – São Paulo: Editora Saraiva, 2012). Entretanto, como

O desafio da implantação de boas práticas de governança, nessa perspectiva, é encontrar o nível ótimo em que a organização seja conduzida de modo a melhor atender aos interesses de seus *stakeholders*: sócios, credores e usuários¹⁹⁷, diminuindo-lhes os custos de agência.

O regime jurídico da sociedade cooperativa brasileira veda a nomeação de profissional para cargos de diretoria e conselho de administração. Em razão disso, faz-se necessário auscultar os problemas derivados da ausência de gestão profissional em cooperativa agropecuária.

5.3.4.2.2. Governança. Problemas de Controle.

A gestão de cooperativas agropecuárias deve ser assumida por produtores associados¹⁹⁸. Tal aspecto ocasiona obstáculos à implantação de boas práticas de governança, resultante, especialmente, de custos advindos do exercício da gestão pelos produtores cooperados.

Para desenvolver esta seção do estudo, adotou-se como referencial teórico o estudo de Goshen e Squire¹⁹⁹. Afinal, na medida em que a legislação brasileira obstaculiza a contratação do *Agent* para ocupar cargo em Diretoria e Conselho de Administração em cooperativas agropecuárias, a análise da governança a partir da tradicional teoria da agência fica bastante prejudicada.

Segundo Goshen e Squire a teoria da agência (*Agency Cost Theory*) é incompleta. Eles sustentam que, sem prejuízo de reconhecer os custos advindos da gestão pelo agente, é forçoso verificar que proprietários também geram custos quando

no trabalho original de Jensen e Meckling verificamos referência apenas aos três gêneros enumerados no texto, optou-se, neste trabalho, por não inserir a quarta modalidade de custo de agência.

¹⁹⁷ GABRIELI, Marcio Fernandes. **Governança Corporativa** in CHENG, Hsia Hua (coord). **Introdução às Finanças Empresariais** – São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

¹⁹⁸ Considerando-se que apenas produtores podem ser sócios de cooperativas agropecuárias (Lei 5.764/71, art. 4º, I c/c 29); e que apenas sócios podem ser membros de Conselho de Administração e de Diretoria em cooperativa agropecuária (Lei 5.764/71, art. 47), conclui-se que apenas produtores rurais podem ter assento no órgão gestor da cooperativa agropecuária. **Art. 47.** *A sociedade será administrada por uma Diretoria ou Conselho de Administração, composto exclusivamente de associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do Conselho de Administração.*

¹⁹⁹ GOSHEN, Zohar; & SQUIRE, Richard. **Principal Costs: a new theory for cooperative law and governance.** Columbia Law Review, vol. 117, no. 3, 2017, pp. 767–829. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/44177169.

exercem controle sobre a organização (daí eles chamarem seu estudo de *Principal Cost Theory*).

Ambos os gêneros (*Agency Costs* e *Principal Costs*) podem ser subdivididos em Custos por Incompetência (*Competence Costs*) e Custos por Conflito de Interesse (*Conflict Costs*). Os Custos por Incompetência derivam de equívocos atribuíveis à falta de conhecimento, experiência ou talento; ao passo que os Custos por Conflito de Interesse derivariam da dissociação entre o interesse do gestor e o interesse da instituição.

O nível ótimo da estrutura de governança de uma instituição minimizaria os custos de controle (*Control Costs*), os quais corresponderiam à soma dos custos de agência com os custos de gestão pelo proprietário.

Para os referidos autores, a medida de manutenção e/ou transferência de poderes de gestão a não proprietários e, por conseguinte, os custos de controle são específicos em cada instituição, em razão do perfil dos proprietários e dos possíveis agentes. Por isso, em seu sentir, as instituições deveriam ter extrema liberdade para estabelecer suas estruturas de governança, de modo a reduzir ao máximo seus custos de controle²⁰⁰.

Na perspectiva deste modesto estudante, a proposta de Goshen e Squire, contrariamente ao que pregam os autores no próprio ensaio, não se contrapõe ao trabalho de Jensen e Meckling²⁰¹. Ao revés, eles reafirmam a Teoria dos Custos de

²⁰⁰ To correct the shortcomings of agency-cost essentialism, we offer a theory of corporate governance that we term principal-cost theory. The theory states that each firm's optimal governance structure minimizes total control costs, which are the sum of principal costs and agent costs. Principal costs occur when investors exercise control, and agent costs occur when managers exercise control. Both types of cost can be subdivided into competence costs, which arise from honest mistakes attributable to a lack of expertise, information, or talent, and conflict costs, which arise from the skewed incentives produced by the separation of ownership and control. When investors exercise control, they make mistakes due to a lack of expertise, information, or talent, thereby generating principal competence costs. To avoid such costs, they delegate control to managers whom they expect will run the firm more competently. But delegation separates ownership from control, leading to agent conflict costs, and also to principal conflict costs to the extent that principals retain the power to hold managers accountable. Finally, managers themselves can make honest mistakes, generating agent competence costs.

Principal costs and agent costs are substitutes for each other: Any reallocation of control rights between investors and managers decreases on type of cost but increases the other. The rate of substitution is firm-specific, based on factors such as the firm's business strategy, its industry, and the personal characteristics of its investors and managers. Therefore, each firm has a distinct division of control rights that minimizes total control costs. Because the cost-minimizing division varies by firm, the optimal governance structure does as well. The implication is that law's proper role is to allow firms to select from a wide range of governance structures, rather than to mandate some structures and ban others (GOSHEN, Zohar; & SQUIRE, Richard. **Principal Costs: a new theory for corporate law and governance**. Columbia Law Review, vol. 117, no. 3, 2017, pp. 767–829. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/44177169).

²⁰¹ JENSEN, Michael; & MECKLING, William. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure**. Journal of Financial Economics (October), Vol 3, n. 4, pp. 305-360, 1976.

Agência, na medida em que a complementam, através do reconhecimento de dimensões implícitas. Afinal, os próprios Jensen e Meckling sustentam que a contratação do *manager* teria decorrido da necessidade de facilitar agregação de capital de múltiplos investidores e, então, alcançar economias de escala. Noutro dizer, foi necessário diminuir custos da gestão pelos proprietários, segregando gestão e controle.

De qualquer sorte – e aqui estabelecemos termo final à discussão posto que pertencente a alçada superior ao presente ensaio – reputamos ser mais adequada a proposta de Goshen e Squire para desenvolvimento deste esforço. Ela amplia o espectro de análise – partindo dos custos de agência para os custos de controle – e lança luzes sobre um gênero que jazia na penumbra do trabalho anterior: os custos de gestão pelos proprietários.

As cooperativas agropecuárias no Brasil estão submetidas essencialmente a problemas de gestão pelos proprietários. À guisa de exemplo, indicaremos uma manifestação para cada espécie de problema identificada por Goshen e Squire.

As cooperativas agropecuárias brasileiras estão delineadas como são sociedades de usuários. Como não encontra incentivo para desenvolver um empreendimento cooperativo destinado, por exemplo, a beneficiamento da produção, o interesse pessoal do cooperado restringe-se à maximização do resultado econômico em seu próprio empreendimento rural. O ganho do produtor rural é auferido mediante repasse do resultado da venda de sua produção, através da cooperativa. A retenção de valores por parte desta, seja à guisa de contribuir para o custeio, seja para aumento do capital social, são desincentivadas pelo regime jurídico de limitação e condicionamento de participação em resultados econômicos. Se não há vantagem econômica em financiar a cooperativa, por que fazê-lo!? Com isso, a gestão operada pelos produtores usuários pode incorrer no subdimensionamento de taxas de administração e na postergação de investimentos necessários ao sucesso da cooperativa, materializando-se custo de controle pelo proprietário, na espécie de conflito de interesses.

Também por conta dos limites normativos, maximizam-se os custos de controle pelo proprietário, na espécie de custo por incompetência. Os cargos de conselho de administração, diretoria, e conselho fiscal em cooperativas agropecuárias somente podem ser ocupados por produtores cooperados. Usualmente, cooperado é sujeito que conduz estabelecimento rural. Segundo o Censo Agropecuário de 2006²⁰², cerca de 33,74% dos

²⁰² A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) não publica perfil educacional dos membros de cooperativas agropecuárias. Entretanto, conforme se verifica no trabalho diuturno junto a essas

estabelecimentos rurais são dirigidos por analfabetos ou pessoas que, sem instrução formal, conseguem ler e escrever²⁰³. Apenas 2,81% possuem formação de nível superior²⁰⁴. Seguramente o leitor pode conhecer exemplos de produtores rurais que, sem instrução, alcançaram sucesso. Estes exemplos são, de qualquer sorte, exceções e, como tais, confirmam a regra: o indivíduo com má formação tem limites técnicos para a tomada de decisões em âmbito negocial. Não dominam sequer o mais elementar conteúdo de matemática financeira. Assembleias gerais de cooperativas agropecuárias são formadas, majoritariamente, por sócios com baixo nível de instrução. Depois de pinçarem os melhor preparados para condução da sociedade, essa mesma assembléia determinará (com limites que lhe são intrínsecos) os meios de controlá-los e avaliá-los. A chance de cometer equívocos por falta de informação, experiência ou conhecimento é seguramente superior àquela a que estariam expostas organizações conduzidas por melhores quadros.

5.4. Panorama geral dos obstáculos ao financiamento privado do agronegócio cooperativo. Tratamento imediato.

Por tudo o quanto até aqui dito, verifica-se que o regime jurídico das cooperativas agropecuárias no Brasil obstaculiza o financiamento privado na medida em que (1) restringe admissão de sócio investidor, (2) desincentiva a capitalização pelo produtor rural, (3) desestimula formação de garantias e (4) impede implantação de boas regras de governança. Investidores estranhos ao ambiente rural têm fechadas as portas da sociedade. Produtores não são remunerados pelos investimentos que façam no negócio cooperativo e, por isso, não o fazem. Financiadores externos não encontram garantias financeiras nem reais para empréstimos em valor superior ao passível de ser garantido pela própria produção, no respectivo ciclo. A organização não tem meios de contratar gestão profissional e não consegue atender a práticas desejáveis de governança.

organizações, pode-se asseverar que cooperado é, usualmente, sujeito que conduz estabelecimento rural, razão pela qual optou-se pelo aproveitamento de dados colhidos no Censo Agropecuário promovido pelo IBGE no ano de 2006.

²⁰³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006** – RJ: IBGE, 2006.

²⁰⁴ Idem.

Impossível enfrentar desafios globais com financiamento local. O perfil do estabelecimento rural mudou drasticamente nos últimos quarenta anos. A demanda por aquisição de máquinas e insumos químicos representa cerca de cinquenta por cento da estrutura de financiamento. Noutra senda, os produtos brasileiros concorrem no mercado internacional com *players* bem dotados de recursos. Na Europa, a Diretiva de Sociedade Cooperativa autoriza admissão de sócio investidor²⁰⁵. Na China, a nova lei de cooperativas permite admissão de empresas que, em aportando relevante fração do capital social, têm garantida a participação em conselhos da cooperativa²⁰⁶. As cooperativas agropecuárias norte-americanas congregam concorrentes dos produtos primários brasileiros e já experimentam remodelamento de seus marcos normativos, inclusive para admissão de investidores e distribuição, entre os cooperados, de lucro resultante da operação com não sócios²⁰⁷. Por que agricultores e pecuaristas brasileiros não podem estar dotados de arquitetura institucional adequada às necessidades atuais de financiamento privado?

Diante dessas limitações, cooperativas agropecuárias brasileiras têm acessado maior variedade de fontes de financiamento privado através de arranjos não cooperativos. Um exemplo é Cooperativa Agrícola Batavo, proprietária original da marca que levava o seu nome.

A Batavo era uma cooperativa central²⁰⁸ dedicada principalmente a operação com laticínios, sediada no Paraná. Formada por três cooperativas singulares (Arapoti, Castrolanda e Batavo), ela constituiu, em 1996, uma empresa capaz de buscar recursos no mercado financeiro e promover novas parcerias, a Batavia S.A.²⁰⁹, que assumiu a propriedade da marca Batavo²¹⁰, seguindo estrutura abaixo²¹¹:

²⁰⁵ Directiva 2003/72 e Regulamento nº 1.435/2003 do Conselho da União Europeia.

²⁰⁶ China: Law of People's Reúblic of China on Farmer Specialized Cooperatives (2006).

²⁰⁷ Veja-se, por exemplo, EUA: Wyoming's Cooperative Law (2001)

²⁰⁸ Cooperativa central é uma cooperativa de cooperativas. Vide Lei 5.764/71, art. 6º, II.

²⁰⁹ BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Cooperativas: Economia, Crescimento e Estrutura de Capital** – Tese (doutorado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1998.

²¹⁰ Atualmente, a marca Batavo não mais pertence aos produtores de leite do Paraná. Nos últimos 20 anos ela passou pelas mãos da Parmalat, Perdigão e BR Foods até chegar às mãos da Lactalis.

²¹¹ Organograma editado, a partir de original extraído de BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo, ob cit.

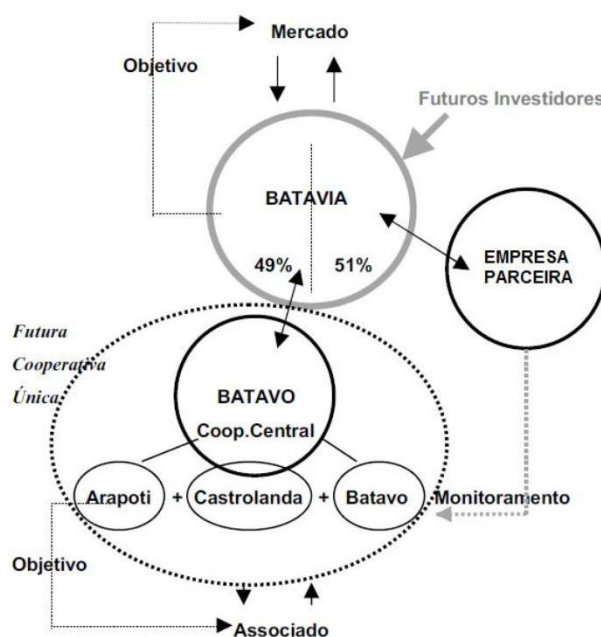


Ilustração 12: Gráfico representativo de arranjo societário da BATAVIA S/A, em 1996.

Em casos como este, a cooperativa constitui um braço empresarial passível de alcançar fontes de financiamento inacessíveis à instituição cooperativa.

A rigor, não há demérito algum em cooperativas promoverem parcerias com outros atores. É perfeitamente compreensível que grupos de produtores rurais cooperados desenvolvam sinergias com parceiros estranhos à operação no campo, bem como o façam através de uma cooperativa, justamente para aproveitar a economia externa de escala. Entretanto, a necessidade de promoção de arranjos societários complexos para estabelecer relações com parceiros não produtores e acessar determinadas fontes de financiamento privado encarece ou impossibilita sua materialização. Esses arranjos são dispendiosos e demandam capital humano capaz de implementá-lo. O perfil educacional do produtor rural brasileiro integrante dessas cooperativas, único juridicamente habilitado a ocupar cargos nos órgãos gestores da sociedade cooperativa, cria uma barreira difícilíssima de ser transposta. Cooperativas melhor posicionadas no segmento agronegocial podem e devem empregar tais arranjos, mas exigir que esforços semelhantes sejam envidados por toda cooperativa agropecuária significa alijar parte significativa dos produtores e suas organizações do completo aproveitamento de seu potencial.

O regime jurídico vigente, construído num pretérito há muito passado, em contexto não mais subsistente, precisa de revisão. Caso contrário, o modelo societário responsável por instrumentalizar a negociação de 1/3 do PIB agropecuário brasileiro persistirá tolhido em seu potencial de acesso a financiamento e estabelecimento de práticas de governança

No próximo capítulo, serão analisados os projetos de lei já em curso no Congresso Nacional e, quando se acreditar necessário, apresentadas sugestões.

6. Horizonte legislativo.

Concluída a apresentação do estado da arte, surge a possibilidade de auscultar os ventos de mudança. Nos capítulos anteriores apresentaram-se oportunidades e obstáculos do financiamento privado do agronegócio cooperativo brasileiro. As regras de admissão de sócios, capitalização, remuneração e governança desse modelo destoam do contexto atual.

A Lei 5.764/71 é um instrumento ultrapassado. O aperfeiçoamento do regime jurídico das cooperativas agropecuárias é imperiosa necessidade do agronegócio cooperativo.

Considerando-se os nove anos de tramitação e a já obtida aprovação no Senado Federal, o presente estudo reputa mais produtivo sugerir propostas ao PL 519/2015, que tem por objeto novo marco legal das sociedades cooperativas. O objetivo é verificar como o referido PL disciplina aspectos relevantes do regime jurídico desse modelo societário.

6.1. Projetos de lei.

O Congresso Nacional possui projetos em curso com proposta de alteração do regime jurídico da sociedade cooperativa no Brasil. A partir do ano de 1999, foram apresentados ao menos três projetos de lei dedicados a remodelar o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil, todos no Senado Federal²¹².

Desses, o projeto de autoria do Senador Osmar Dias logrou tramitação na Casa. Ele foi arquivado em 22 de janeiro de 2007, ao fim da 2ª legislatura em tramitação, por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal²¹³. Quinze dias depois, em

²¹² Houve iniciativas dos Senadores José Fogaça (PLS 428/1999), Osmar Dias (PLS 171/1999) e Eduardo Suplicy (PLS 605/1999).

²¹³ Regimento Interno do Senado Federal, art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto: I - as originárias da Câmara ou por ela revisadas; II - as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos; III - as apresentadas por Senadores no último ano de mandato; IV - as com parecer favorável das comissões; V - as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49); VI - as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52); VII - pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC nº 35/2001). § 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do caput, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do

06 de fevereiro daquele ano, o mesmo ano seu conteúdo foi renumerado e posto em tramitação, sob nº 003/2007.

O PLS 003/2007 avançou e, na forma de substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi aprovado pelo Senado Federal em 16 de dezembro de 2014. O texto final foi finalmente remetido à Câmara dos Deputados em 27 de fevereiro de 2015, onde passou a tramitar como PL 519/2015.

Uma semana depois, em 05 de março, a Mesa da Câmara remeteu o PL 519/2015 para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), a qual, em 27 de março de 2015, designou como Relator o Dep. Lelo Coimbra (PMDB-ES).

Quase quatro anos depois, o PL 519/2015 segue adormecido. Ao texto que aguarda segmento, há dois projetos de lei em apenso: o PL 6.692/2013 e o PL 8.424/2017. Ambos versam sobre dispositivos específicos da Lei 5.764/71, ainda em vigor.

O objeto deste capítulo é justamente o modo como o PL 519/2015 e seus apensos propõem disciplinar os temas que inibem o financiamento privado do agronegócio cooperativo brasileiro. A análise a ser empreendida pode fazer remissões a fontes de direito cooperativo internacional, tais quais o Guia da Organização das Nações Unidas para legislação de cooperativas e o Projeto de Lei Marco para Cooperativas da América Latina²¹⁴.

6.2. Visão geral do PL 519/2015

O PL 519/2015 tem um perfil reformista. Mantém, em linhas gerais, a arquitetura societária definida pela Lei 5.764/71 e inova em alguns aspectos. A própria estrutura de capítulos do PL é uma derivação da Lei em vigor.

Senado. § 2º Na hipótese do § 1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente.

²¹⁴ Sobre fontes internacionais de direito cooperativo leia-se HENRY, Hagen. **Guidelines for Cooperative Legislation** – 3ª ed – Geneva: OIT, 2012; ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL PARA AS AMÉRICAS (OCA). **Lei Marco para as Cooperativas de América Latina** – San José, Costa Rica: ACI/Américas, 2009; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução da Assembleia Geral nº 54/136**. AG Index: A/56/73 E/2001/68 (Annex 2: 2001 United Nations Guidelines aimed at creating a supportive environment for the development of cooperative), em dois a vinte e sete de julho de 2001. Disponível em: <http://www.un.org>. Não será apresentada disciplina da Recomendação 193 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), posto que a mesma não versa sobre capitalização e financiamento de cooperativas, nem apresenta norma que tangencie o objeto deste estudo.

O Projeto mantém-se alinhado a pressupostos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Os princípios cooperativistas propugnados pela organização internacional impregnam as características da sociedade cooperativa, no art. 2º do PL, conforme elenco estabelecido pelo Congresso de Manchester, em 1995. Ademais disso, não ofende o quanto disposto no Projeto de Lei Marco para Cooperativas da América Latina, aprovado pela seção Americana da Aliança Cooperativa Internacional (ACI – Américas) no ano de 2008.

O conceito²¹⁵, a classificação²¹⁶, os elementos do ato constitutivo²¹⁷, os livros obrigatórios²¹⁸, a estrutura organizacional²¹⁹ da sociedade cooperativa mantêm os contornos ora vigentes. Os atuais fundos obrigatórios (Fundo de Reserva e Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES) passam a ser chamados de Reservas²²⁰, mantidas suas fontes e destinações.

O Sistema Operacional Cooperativo conserva seus elementos. O protagonismo do ato cooperativo é sentido nas regras de escrituração financeira. Na Demonstração de Resultados, por exemplo, passa a ser expressamente obrigatória a separação da escrituração das operações com cooperados (atos cooperativos) das operações com não cooperados (atos não-cooperativos)²²¹.

No que tange ao capital social, a inovação é que o limite máximo de remuneração passa a ser a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic)²²². Esta alteração permite a calibragem da taxa à circunstância experimentada (visto que a norma vigente estabelece teto de remuneração na casa de 12% ao ano – o que pode ser muito ou pouco, a depender da situação econômica).

²¹⁵ **PL 519/2015, art. 2º:** A cooperativa é sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, sem objetivo de lucro e não sujeita a falência, constituída para a prestação de serviços aos seus cooperados, reunidos sob contrato societário em que se obrigam a contribuir reciprocamente com bens e serviços para o exercício de atividade econômica de proveito comum, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: (...)

²¹⁶ PL 519/2015, art. 3º e 4º.

²¹⁷ PL 519/2015, art. 6º e 7º.

²¹⁸ PL 519/2015, art. 9º.

²¹⁹ PL 519/2015, art. 22 a 44.

²²⁰ PL 519/2015, art. 13.

²²¹ PL 519/2015, art. 56 a 62.

²²² PL 519/2015, art. 12.

Todavia, a proposta do PL 519/2015 mantém a capitalização em cooperativa como uma opção desinteressante para o cooperado, posto que a aplicação em Títulos Federais tem garantia de recebimento da mesma remuneração, mas com baixíssimo risco.

As regras sobre cooperados são simplificadas, no que tange à classificação de desligamento. Sobreleva-se, entretanto, a vantagem de deixar claro que o estatuto social poderá permitir a admissão de empresários individuais e de pessoa jurídica, sem ressalvas quanto ao ramo de atividade, desde que o admitido não exerça atividade em concorrência com a cooperativa²²³.

O funcionamento da Assembleia Geral recebe alterações pontuais benéficas, mas sofre grave revés com a possibilidade de convocação por órgão de representação e o proposto novo quórum de instalação. Extingue-se a desnecessária qualificação das Assembleias Gerais em ordinárias e extraordinárias (algo simples, mas desnecessário). O prazo para realização de prestação de contas avançou de três para quatro meses²²⁴ e o tempo mínimo entre convocações foi reduzido de uma hora para trinta minutos²²⁵. Estas alterações, em geral, são boas.

Duas modificações, noutro sentido, são bastante ruins. A primeira é a possibilidade de “órgão de representação” convocar Assembleia Geral de cooperativa. Esta fórmula afronta a liberdade de associação e o princípio de autonomia e independência das cooperativas. Considera-se “órgão de representação” uma das duas instituições privadas de envergadura nacional que foram agraciadas com a possibilidade de figurarem como representantes nacionais de cooperativas (sim, o PL espera eleger, no lugar das cooperativas, suas representantes). De plano é possível perceber o absurdo que configuraria conferir a uma associação de classe o direito de intervir em uma sociedade, convocando-lhe a Assembleia Geral. A ironia desse absurdo é que a intervenção está sendo no PL denominado de *exercício de autogestão do sistema cooperativo*²²⁶.

Outra proposta negativa de alteração é o quórum de instalação da Assembleia Geral em terceira e última convocação. Nos termos da Lei 5.764/71, em última convocação, a reunião assemblear pode ser instalada com mínimo de dez cooperados.

²²³ PL 519/2015, art. 14.

²²⁴ PL 519/2015, art. 24.

²²⁵ PL 519/2015, art. 26.

²²⁶ PL 519/2015, art. 1º, §2º, c/c art. 25, VII, art. 77, XIII e §3º.

Nos termos do PL 519/2015, este número salta para *no mínimo 30% (trinta por cento) dos cooperados, nunca inferior a 4 (quatro) cooperados, no caso de cooperativas com até 50 (cinquenta) cooperados, e de no mínimo 10% (dez por cento) dos cooperados, nunca inferior a 15 (quinze) cooperados, no caso de cooperativas com mais de 50 (cinquenta) cooperados, em terceira convocação*²²⁷. Esta regra dificulta imensamente a realização de Assembleias Gerais de cooperativas grandes. Qualquer cooperativa com 1.000 sócios não poderá sequer instalar a Assembleia com menos de 100 integrantes presentes. O PL 519/2015, embora permita o voto por delegado, proíbe o voto por procuração²²⁸. Será hercúleo o esforço para realização dessas reuniões.

A administração da sociedade será feita por um conselho de administração, facultada a criação de uma diretoria. A novidade alvissareira é que a diretoria poderá ser profissional.

Dentre as alterações nas regras do Conselho Fiscal, sobleva-se a possibilidade de o mandato se estender por até três anos (semelhante ao modo que já ocorre com as cooperativas de crédito²²⁹), o que permite evitar a intensa troca de cadeiras atualmente praticada.

Outras atualizações em face do regime aprovado em 1971 derivam da rejeição a antigos comandos normativos pela CF/88. Nesse sentido, não consta do PL 519/2015 o procedimento prévio para *autorização de funcionamento de cooperativas*, nem tampouco a *fiscalização, controle e submissão* a órgão federal, com poderes inclusive de intervenção em cooperativas. Estes comandos, estabelecidos pela Lei 5.764/71 e não recepcionado pela CF/88, não encontram paralelo no PL 519/2015.

Além das alterações pontuadas nesta seção, há duas que merecem destaque: o Certificado de Crédito Cooperativo e o Contrato de Parceira. Ambos são apresentados no tópico seguinte.

²²⁷ PL 519/2015, art. 26, III.

²²⁸ PL 519/2015, art. 27.

²²⁹ A LC 130/2009 estabelece regras específicas para cooperativas de crédito, nas quais os ocupantes de cargos do Conselho Fiscal podem ter mandato de até três anos, conforme estabelecido em estatuto social.

6.2.1. Inovações. Certificado de Crédito Cooperativo e Contrato de Parceria.

Das inovações propostas pelo PL 519/2015, duas são dignas de destaque: o Certificado de Crédito Cooperativo e o Contrato de Parceria.

6.2.1.1. Certificado de Crédito Cooperativo.

Nos termos do PL, o Certificado de Crédito Cooperativo (CCC) viria a ser um título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, que representaria promessa de pagamento em dinheiro e constituiria título executivo extrajudicial. O CCC estaria sob regulamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disciplina que o Conselho Monetário Nacional (CMN) deveria estabelecer²³⁰. Nos termos da proposta, a remuneração dos CCC não é vinculada aos resultados da cooperativa e o volume de emissão pela sociedade seria limitada por fração de quarenta e nove por cento de seu patrimônio líquido, com ativos garantidores depositados em entidade autorizada a exercer atividade de depósito centralizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), nos termos da Lei 12.810/2013²³¹.

6.2.1.2. Contrato de Parceria.

Outro instrumento novo seria o Contrato de Parceria. O PL é lacônico em sua descrição, restringindo-se a indicar que as cooperativas poderão celebrar Contratos de Parceria que *estabeleçam formas de gestão, rateio dos resultados da parceria e preferência de compra em determinados investimentos*²³². Dentre outras regras, entretanto, fica estabelecido que *a participação de não cooperados na parceria não gera direitos próprios de cooperados, sendo facultado conferir-lhes tão somente poderes de cogestão no empreendimento contratado*²³³. Isto impede, por exemplo, que um parceiro tenha assento no Conselho de Administração da Cooperativa.

²³⁰ PL 519/2015, art. 50 e 51.

²³¹ PL 519/2015, art. 52, §2º, 53 e 54.

²³² PL 519/2015, art. 55, *caput*.

²³³ PL 519/2015, art. 55, §2º.

Acredita-se que estas novas regras permitiriam canalizar financiamento privado com argúida segurança ao agronegócio cooperativo.

6.3. Avaliação e sugestões ao PL 519/2015.

O PL 519/2015 ataca algumas deficiências do modelo instituído pela Lei 5.764/71, mas insiste em equívocos que podem ser objeto de aperfeiçoamento ainda no processo legislativo.

O presente estudo demonstra haver, no regime jurídico vigente das sociedades cooperativas, regras de admissão, capitalização, remuneração e governança que se comportam como elementos inibidores de financiamento privado do agronegócio cooperativo brasileiro.

As propostas de alteração do PL 519/2015 sugerem avanços que devem ser considerados, conforme acima descrito. Ainda assim, ele demanda aprimoramento.

No que tange à capitalização, o Projeto de Lei apresenta opções de acesso ao financiamento externo à sociedade, de *debt*, através do Certificado de Crédito Cooperativo e do Contrato de Parceria. Todavia, não oferece boa solução para o sub-financiamento pelo próprio cooperado, de *equity*, diante do baixo limite de remuneração de quotas-partes do capital social e da impossibilidade de sua alienação a terceiros. O investimento do sócio é essencial para a formação de lastro garantidor do crédito do terceiro, de modo que sem o primeiro não há como atrair o segundo. Nesses termos, as primeiras sugestões de aperfeiçoamento seriam (1) a eliminação de trava máxima de remuneração do capital social; e (2) a autorização para que o resultado do ato não cooperativo pudesse ser distribuído entre os associados, como lucro, com tratamento de ato não cooperativo. Outra opção é (3) admitir sócio investidor na cooperativa, com rentabilidade atraente e possibilidade de participação na gestão e/ou fiscalização da sociedade.

O PL não desenvolve muitos aspectos do chamado Contrato de Parceria. Diante de tanta insegurança, é quase certo que o hipotético Parceiro preferirá aportar recursos através de um veículo de investimento com personalidade jurídica própria, constituído em sociedade com a Cooperativa. Por qual razão aportaria ele recursos em uma sociedade de cuja condução não pudesse participar, enquanto os próprios condutores da sociedade não o fazem?

Por outro lado, tais Contratos de Parceria poderiam ser bastante úteis ao desenvolvimento de relações negociais em ambientes econômicos menos desenvolvidos, nos quais as sutilezas de arranjos societários e contratuais figuram inexecutáveis. Nos rincões do Brasil, é usual verificar relações negociais entre Cooperativas e empreendedores locais. No ambiente rural, para ilustrar o quanto ora dito, empregar-se-á o exemplo das cooperativas de pesca.

O Brasil é o 18º produtor mundial de pescado. Possui pouco mais de oitocentos mil pescadores profissionais registrados, articulados em colônias, associações e cooperativas de pescadores. 72,4% dos pescadores profissionais brasileiros estão dispersos nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil²³⁴. Cooperativas de pesca usualmente têm parceria com negociantes de gelo e pescado. Fábricas de gelo e máquinas para congelamento do peixe, embora caros, são essenciais para o sucesso da Cooperativa e dos negociantes locais. Na prática, embora todos precisem dos equipamentos, há bastante dificuldade de promover arranjo privado seguro entre as partes, visto que os empreendedores locais bastas vezes atuam na informalidade e a Cooperativa não oferece segurança na parcerização de um empreendimento comum²³⁵. Em vista disso, sugere-se que (4) o PL poderia avançar para garantir ao Parceiro a possibilidade de acento em órgão gestor da Cooperativa, bem como (5) explicitar um rol exemplificativo de direitos econômicos avençáveis.

No que tange à governança, o Projeto de Lei também oferece horizontes melhores, especialmente com a possibilidade de profissionalização da Diretoria. Entretanto, mantém-se tímido com a vedação de admissão de sócio investidor, assim como com manutenção do voto por pessoa. As sugestões, neste campo, envolveriam (6) a possibilidade de admissão de sócio investidor, assim como (7) a implantação de voto proporcional à operação econômica e/ou à capitalização realizada por cada um.

Por derradeiro, no que tange à tal representação das cooperativas, o presente estudo propõe (8) a extinção da Contribuição Cooperativista; e (9) a extinção de norma que obrigue cooperativa a filiar-se a todo e qualquer ente de representação de classe.

²³⁴ BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: 2010** – Brasília; MPA, 2011.

²³⁵ MATOS, Igor Loureiro de; e PORTELLA, André Alves. Projeto Piloto para diagnóstico, consultoria e construção de tecnologia de gestão jurídica de cooperativas de pesca: Relatório Final de Execução – Salvador: SESCOOP-BA/NEF, 2010.

Estas sugestões contribuiriam sobremaneira para o aperfeiçoamento do regime jurídico da sociedade cooperativa, facilitando o acesso a fontes de financiamento privado pelo agronegócio cooperativo brasileiro.

6.4. Apreensões conclusivas sobre o PL 519/2015

Do quanto se pôde observar no presente capítulo, conclui-se que o PL 519/2015 é reformista, timidamente atualizador, e ofensivo à liberdade e à autonomia organizacional das sociedades cooperativas.

Reformista porque mantém, em linhas gerais, o arquétipo da Lei 5.764/71.

Atualizador porque refuta comandos normativos não recepcionados pela Constituição Federal de 1988 e incorpora demandas pontuais de atualização do regime jurídico, a exemplo de (1) resgatar os contornos da responsabilidade limitada do cooperado; (2) permitir contratação de diretoria profissional; e (3) sugerir modalidades novas de financiamento mediante Certificado de Crédito Cooperativo e Contrato de Parceria. Ainda assim, o PL é tímido por eximir-se de avançar no sentido de (1) permitir maior remuneração do capital integralizado pelo cooperado (cuja fórmula, embora atualizada, não torna financeiramente atrativa o financiamento pelo cooperado); (2) facultar admissão de sócio investidor; e (3) rever as regras de governança para permitir a implantação de proporcionalidade dos direitos políticos dos cooperados.

Por derradeiro, o Projeto de Lei ofende a liberdade e a autonomia organizacional das cooperativas. Insiste na manutenção da Contribuição Cooperativista e obriga as instituições a se filiarem a algum ente de representação, sob pena de ameaça de responsabilização principal, solidária e ilimitada dos sócios que ousarem se negar ao registro em “instituição representativa”.

7. Discussões Finais e Conclusões.

Na pesquisa ficou evidenciado que o regime jurídico das cooperativas agropecuárias, sob os auspícios da Lei 5.764/71, embora crie oportunidades para o financiamento privado do agronegócio cooperativo, mitiga seu potencial em razão das regras que (1) restringem admissão de sócio investidor, (2) desincentivam a capitalização pelo produtor rural, (3) desestimulam formação de garantias e (4) impedem implantação de boas regras de governança. Diante disso, cooperativas promovem arranjos societários para transpor obstáculos regulatórios, a despeito do que sobrevém necessidade de aprimoramento do regime jurídico da sociedade cooperativa no Brasil.

A relevância das cooperativas no ambiente agronegocial brasileiro é evidente. A racionalidade econômica do modelo institucional oportuniza economia externa de escala e isso fortalece o segmento.

Por outro lado, a mudança de contexto com redirecionamento da política econômica alterou os fluxos de financiamento do agronegócio cooperativo. Hordiernamente, cooperados e agentes financeiros assumiram o papel de suportar o custeio da lavoura. A despeito disso, as regras de admissão, capitalização, remuneração e governança limitam o potencial de financiamento privado do agronegócio cooperativo brasileiro.

Arranjos societários têm sido empregados a fim de municiar cooperativas de pequenos e médios produtores de acesso a novas fontes de recursos financeiros. Estas fórmulas, entretanto, são suficientemente complexas para afastar sua aplicação à imensa maioria do segmento.

Necessário, pois, aperfeiçoar o marco jurídico do setor. O PL 519/2015, já aprovado pelo Senado Federal, possui propostas interessantes. Entretanto, é tímido em suas sugestões de alteração e, pior, ameaça o segmento com ofensas à sua liberdade de associação.

Corroborar-se, pois, a certeza de que se fazem necessárias: (1) disseminação de tecnologia jurídica necessária à formulação de arranjos contratuais e societários que promovam acesso de novas fontes de financiamento privado às cooperativas agropecuárias; e (2) uma revisão do referido Projeto de Lei, de modo a aprimorar suas qualidades e afastar definitivamente quaisquer ameaças de retrocessos.

LITERATURA ESPECIALIZADA E OBRAS DE REFERÊNCIA

- ABERNATHY, D. F. **A Day in the Life of Cooperative America** – Washington: NCBA Publication, 2008.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Declaração sobre Identidade Cooperativa** – Manchester: ACI, 1995.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL PARA AS AMÉRICAS (OCA). **Lei Marco para as Cooperativas de América Latina** – San José, Costa Rica: ACI/Américas, 2009.
- ALMEIDA, A; FRANÇA, T. J. **Mercados financeiros rurais: alternativas para a agricultura**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 25-38, abr, 1993.
- ARAUJO, Paulo Fernando Cidade de; *et al.* **Turbulência e indefinição no financiamento da agricultura** in MONTOYA, Marco Antônio; & PARRÉ, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XXI – estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências** – Tomo I – Passo Fundo: UPF, 2000.
- ARRIAGA, Carlos; & MIRANDA, Luis. **Risk and Efficiency in Credit Concession: a Case Study in Portugal** – Managing Global Transitions, University of Primorska, Faculty of Management Koper, vol. 7(3), 2009, pages 307-326.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (Anbima). **Consolidado Histórico de Fundos de Investimento** (dezembro de 2017). Acessado em 02 de novembro de 2018, pelo endereço eletrônico http://www.anbima.com.br/pt_br/informar/estatisticas/fundos-de-investimento/fi-consolidado-historico.htm
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (ABRAP). **Consolidado Estatístico** (dezembro de 2017). Acessível em 02 de novembro de 2018, pelo endereço eletrônico http://www.abrapp.org.br/Consolidados/Consolidado%20Estat%20C3%ADstico_12_2017.pdf.
- AUTRY, CT; HALL, RF (2009) **The law of cooperatives**. American Bar Association, p 37
- BAARDA, JR (2006) **Current issues in cooperative finance and governance**, USDA, Cooperative Programs Rural Development, April 2006, p 12
- BACHA, C. J. C. **Economia e Política Agrícola**. São Paulo: Atlas, 2004.

- BACHA, C. J. C.; *et al.* **Evolução da Taxa de Juros Real do Crédito Rural no Brasil – período de 1985 a 2003** in **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n. 26, maio 2005.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cosif/IF.data**. Acessado em 26 de julho de 2018, pelo endereço eletrônico:
http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r201712/T4OD_Quadro%2013%20-%20Patrim%C3%B4nio%20l%C3%ADquido,%20ativos,%20dep%C3%B3sitos%20e%20opera%C3%A7%C3%B5es%20de%20cr%C3%A9dito%20das%20cooperativas%20de%20cr%C3%A9dito.pdf
- BARBERIS, Mauro. **Neoconstitucionalismo**. Revista brasileira de direito constitucional, n. 7, 2006, p. 18-30.
- BARICELO, Luis Gustavo; & BACHA, Carlos José Caetano. **Oferta e demanda de máquinas agrícolas no Brasil** in **Revista de Política Agrícola – Ano XXII - nº 04 – Out, Nov, Dez** – Brasília: CONAB, 2013.
- BARROS, Geraldo Sant’Ana de Camargo. **A transição na política agrícola brasileira** in MONTROYA, Marco Antônio; & PARRÉ, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XXI – estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências – Tomo I** – Passo Fundo: UPF, 2000.
- BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)** in SOUZA NETO, Cláudio Pereira, SARMENTO, Daniel (orgs.). **A constitucionalização do direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 203-249.
- BARRY, Peter J.; & ROBISON, Lindon J.. **Agricultural Finance: credit, credit constraints, and consequences** in GARDNER, Bruce L.; & RAUSER, Gordon C. (edit). **Handbook of Agricultural Economics – vol 1ª – agricultural production** – NY: Elsevier, 2001.
- BECHO, Renato Lopes. **O Conceito Legal de Ato Cooperativo e os Problemas para o seu “Adequado Tratamento Tributário”** in BECHO, Renato Lopes (coord). **Problemas Atuais do Direito Cooperativo** – SP: Dialética, 2002.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Cooperativas: Economia, Crescimento e Estrutura de Capital** – Tese (doutorado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 1998.

- BIRCHALL, Johnston. **Good Governance in minority investor-owned co-operatives: a review of international practice** – Manchester: Co-operatives UK Limited, 2013.
- BITTENCOURT, Marco Antônio Floriano; e VIAL, Sophia Martini. **Crédito Rural – um desafio a céu aberto** – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.
- BLAIR, Margaret. **Ownership and Control: rethinking corporate governance for the twenty-first century** – Washington: The Brookings Institution, 1995.
- BOETTCHER, Erik apud VALADARES, José Horta. **Cooperativismo: lições para nossa prática** – Brasília: SESCOOP, 2003.
- BOFF, Leonardo. **A Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana** – RJ: Vozes, 1997.
- BONFANTE, Guido. **Trattato di Diritto Commerciale – volume quinto: La Società Cooperativa** – Italia: CEDAM, 2014.
- BORINELLI, Márcio Luiz. **Contabilidade para gestores, analistas e outros profissionais: de acordo com os pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e IFRS (Normas Internacionais de Contabilidade)** – 2ª ed. – SP: Atlas, 2017.
- BRASIL. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: 2010** – Brasília: MPA, 2011.
- _____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74** – Brasília: ?, 1971.
- _____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – II) – 1975/79** – Brasília: ?, 1974.
- _____. **III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND – III) – 1980/85** – Brasília: ?, 1981.
- _____. **Metas e Bases para Ação de Governo** – Brasília: ?, 1970.
- _____. **Programa de Ação Econômica do Governo – 1964-1966** – 2ª ed incluindo versão revista do Programa de Investimentos para 1965 – Brasília: EPEA, 1965.
- BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C.; & ALLEN, Franklin. **Principles of Corporate Finance** – NY: MacGraw-Hill/Irwin, 2011.
- BULGARELLI, Waldírio. **Elaboração do Direito Cooperativo** – SP: Atlas, 1967.
- _____. **Natureza jurídica da sociedade cooperativa** – SP: Clássico Científica, 1961.

- _____. **Nova Legislação Cooperativista Brasileira** in UTUMI, Américo *et al.* **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico** – SP: Fund Friedrich Naumann, 1974.
- _____. **Regime jurídico das sociedades cooperativas** – SP: Pioneira, 1965.
- CAFAGGI, Fabrizio. **Contractual Networks, Inter-Firm Cooperation and Economic Growth** – USA: Edward Elgar Publishing Limited, 2011.
- CALPERS – The California Public Employees' Retirement System. **Global Governance Principles** – Sacramento: CalPERS, 2015.
- CANÇADO, Ailton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática** – Salvador; IES, 2007.
- CANÇADO, Ailton Cardoso; GONTIJO, M. C. H. **Princípios Cooperativistas: influência na legislação brasileira** in: **Anais do III Encontro Latino americano de Pesquisadores da Aliança Cooperativa Internacional** – São Leopoldo, 2004.
- CHADDAD, Fábio; COOK, M. L; e ILIOPOULOS, C. **Agricultural cooperatives in netchains** (September, 2016). *Journal on Chain and Network Science*, 16(1): 1-6, 2016.
- CHAIANOV, A. V. **The Theory of peasant co-operatives** – USA: Ohio State University Press, 1991.
- COASE, R. H.. **The Nature of the Firm** (November, 1937). *Economica*, New Series, Vol. 4, n. 16, pp. 386-405, 1937. Acessível em <http://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf>
- COCEGA. **Agricultural Cooperatives in Europe: Main Issues and Trends** – Brussels: Cocega, 2010.
- COELHO, Carlos Nayro. **70 Anos de Política Agrícola na Brasil (1931-2001)** in **Revista de Política Agrícola – Ano X - nº 03 – Jul, Ago, Set** – Brasília: CONAB, 2001.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **O mercado de valores mobiliários brasileiro** – 3ª ed – RJ: CVM, 2014.
- COMISSION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL/ONU). **Cooperativismo Latinoamericano: antecedentes y perspectivas** – Santiago do Chile: CEPAL/ONU, 1989.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **PIB do Agronegócio: Brasil** – Brasília: CNA, 2018 (planilha disponível para download pelo endereço

<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>,
clicando-se na opção “PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2018”).

COSTA, Davi Rogério de Moura; & CANASSA, Bruno. **Determinantes para o custo de capital próprio em cooperativas agropecuárias** in 54º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54º, 2016, Maceió, AL: Universidade Federal de Alagoas – UFAL, 2016.

COSTA, Nilson Luiz; & SANTANA, Antônio Cordeiro de. **Estudo da Concentração de Mercado ao Longo da Cadeia Produtiva da Soja no Brasil**. (2014). Revista de Estudos Sociais, Vol. 16, n. 32, pp. 111-135, 2014. Em: https://www.researchgate.net/publication/315244698_Estudo_da_Concentracao_de_Mercado_ao_Longo_da_Cadeia_Produtiva_da_Soja_no_Brasil?enrichId=rgreq-813fd4e34f23b25ed08b784a4723b74f-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdIOzMxNTI0NDY5ODtBUzo0ODY3MDYzOTU3ODMxNjhAMTQ5MzA1MTI1NTMwNw%3D%3D&el=1_x_3&_esc=publicationCoverPdf

CRACOGNA, Dante Oswaldo. **El Acto Cooperativo** in GUEVARA, Jaime Daly *et al* (org). **Primer Congreso Continental de Derecho Cooperativo – ponencias presentadas y estudiadas** – Mérida: Universidad de Los Andes, 1969.

_____. **El Estatuto de las Cooperativas del Mercosur** In: **Boletín de La Asociación Internacional de Derecho Cooperativo** – Deusto. V. 43. Pp. 17-32, 2009.

_____. **O Ato Cooperativo na América Latina** in KRUEGER, Guilherme (coord). **Ato Cooperativo** – Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

DA SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança Corporativa: desempenho e valor da empresa no Brasil** – SP: Saint Paul Editora, 2005.

DEAKIN, Simon; & MICHIE, Jonathan. **Contracts, Co-operation, and Competition – Studies in Economics, Management, and Law** – USA. Oxford University Press, 1997.

DOMINGES, Miguel Ángel Santos. **El Poder de Decisión del Socio em las Sociedades Cooperativas: La Asamblea General** – Pamplona: Civitas/Thomson Reuters, 2014.

DOMINGUES, Josmar Borges. **Uma Contribuição à Contabilidade das Sociedades Cooperativas: estudo de caso sobre a contabilização dos atos**

- cooperativos e não cooperativos em uma cooperativa de produção vinícola do sul do Brasil, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 10.8** – Dissertação (mestrado em Administração Pública e de Empresas) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2003.
- EMELIANOFF, Ivan V.. **Theory of Cooperation – Economic Structure of Cooperative Organizations** - Washington, 1948.
- ENEI, José Virgílio Lopes. **Project finance: financiamento com foco em empreendimentos. (parcerias público-privadas, leveraged buy outs e outras figuras afins)** – São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- EUROPEAN COMMISSION – AGRICULTURE AND RURAL DEVELOPMENT. **CAP Context Indicators 2014-2020 – 17. Agricultural Holdings – 2015 update** – Brussels: EU, 2017. Capturado em 29 de agosto de 2017, em: https://ec.europa.eu/agriculture/cap-indicators/context/2015/c17_en.pdf
- _____. **Farm Structures** – Brussels: EU, 2017. Capturado em 29 de agosto de 2017, em: <https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/statistics/facts-figures/farm-structures.pdf>
- FAMA, Eugene. **Agency problems and the theory of the firm**. Journal of Political Economy, v. 88, n. 2, p. 288-307, 1980.
- FARIA, Guiomar T. Estrella. **As Sobras Líquidas das Sociedades Cooperativas e a Contribuição Previdenciária Rural**; in FRANKE, Walmor (coord). **A interferência estatal nas cooperativas: aspectos constitucionais, tributários e societários** – Porto Alegre: Fabris, 1985.
- FERNANDES, Wanderley et al. **Contratos e Organização da Atividade Econômica** – SP: Saraiva, 2011.
- FINNISH GROCERY TRADE ASSOCIATION. **Finnish Grocery Trade 2016**. Helsinki, Erweko Oy, 2017.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1983.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Agricultural Cooperative Development – a manual for trainers** – Rome: FAO, 1998.

- _____. **Agricultural Cooperatives: paving the way for food security and rural development** – Rome: FAO, 2012.
- _____. **Defining Small Scale Food Producers to Monitor Target 2.3 of the 2030 Agenda for Sustainable Development** – FAO Statistics Division Working Series ESS/17-12 (2017). Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i6858e.pdf>
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Defining Small Scale Food Producers to Monitor Target 2.3 of the 2030 Agenda for Sustainable Development** – FAO Statistics Division Working Series ESS/17-12 (2017). Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i6858e.pdf>
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios**. Aprovada na III Plenária Nacional de Economia Solidária – Brasília: [s.n], 2003.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; & LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRANKE, Walmor. **Direito das Sociedades Cooperativas** – SP: Saraiva, 1973.
- _____. **Influência Rochdaleana na Legislação Cooperativista Brasileira e Problemas Atuais** in FRANKE, Walmor (coord). **A Interferência Estatal nas Cooperativas (aspectos constitucionais, tributários, administrativos e societários)** – Porto Alegre: Fabris, 1985.
- GABRIELI, Marcio Fernandes. **Governança Corporativa** in CHENG, Hsia Hua (coord). **Introdução às Finanças Empresariais** – São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- GAMBETTA, Diego. **Can We Trust?** in GAMBETTA, Diego. **Trust: making and breaking cooperative relations** – Oxford: Blackwell, 1988.
- GASQUES, J. G.; & VILLA VERDE, C. **Recursos para a agricultura e orientação dos gastos públicos** in IPEA. **Perspectivas da Economia Brasileira – 1992** – Brasília: IPEA, 1991.
- GASQUES, J. G. *et al.* **Produtividade Total dos Fatores e Transformações da Agricultura Brasileira: Análise dos Dados dos Centos Agropecuários** in GASQUES, J. G. *et al* (org). **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas** – Brasília: IPEA, 2010.
- GELMAN, Marina Oehling. **O Conceito de Conselheiro Independente vigente na regulamentação dos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&F BOVESPA** – Dissertação (mestrado em Direito) – Escola de Direito/SP, Fundação Getulio Vargas, 2012.

- GERMAN COOPERATIVE AND RAIFFEISEN CONFEDERATION. **Facts and Figures – cooperatives banks commodity and service cooperatives** – Berlin; DGRV, 2015.
- GOSHEN, Zohar; & SQUIRE, Richard. **Principal Costs: a new theory for cooperate law and governance**. Columbia Law Review, vol. 117, no. 3, 2017, pp. 767–829. JSTOR, JSTOR, www.jstor.org/stable/44177169.
- GOZER, Isabel Cristina. **Análise da Capacidade de Autofinanciamento das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná** – Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Integrar Cooperativas** – SP: Unitrabalho, 1999.
- GUIMARÃES, Mário Kruei; & ARAÚJO, Adilson Tadeu de. **Cooperativismo: história e doutrina** – módulos 1 e 2 – 3ª edição – Brasília: Confebrás, 2001.
- HANSMANN, Henry. **The Ownership of Enterprise** – USA: Harvard University Press, 1996.
- HANSMANN, Henry and PARGENDLER, Mariana. **The Evolution of Shareholder Voting Rights: Separation of Ownership and Consumption** (December 10, 2013). Yale Law Journal, Vol. 123, pp. 100-165, 2014. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2219865>
- HARNECKER, Camila Piñeiro (editor). **Cooperatives and Socialism – a view from Cuba** – London: Palgrave Macmillan, 2013.
- HENRY, Hagen; FICI, Antonio; e CRACOGNA, Dante (coord). **International Handbook of Cooperative Law** – London: Springer, 2013.
- HENRY, Hagen. **Guidelines for Cooperative Legislation** – 3ª ed – Geneva: OIT, 2012.
- HOLYOAKE, G. J. **Os 28 Tecelões de Rochdale** – Trad. Archimedes Taborda – 7ª ed – Porto Alegre: WS Editor, 2001.
- HUANG, Zuhui; GUAN, Lijun; & JIN, Shaosheng. **Scale Farm Operations in China**. (October, 2016). International Food and Agribusiness Management Review, vol 20, Issue 2: 191-200, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006** – RJ: IBGE, 2006.
- _____. **Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares** – RJ: IBGE, 2018.
- _____. **Série Relatórios Metodológicos – Contas Nacionais Trimestrais – vol. 28** – 2ª ed – Brasília: IBGE, 2008.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa** – 5ª Ed – SP: IBGC, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas** – SP: IBGC, 2015.
- INTERNATIONAL COOPERATIVE ALIANCE (ICA); EUROPEAN RESEARCH INSTITUTE ON CO-OPERATIVE AND SOCIAL ENTERPRISE (EURICSE). **The World Co-operative Monitor: Explore the Co-operative Economy**. Report 2016. Trento. 2017 (acessível em http://old.ica.coop/sites/default/files/WCM_2016.pdf?_ga=2.179987878.308793022.1500854709-676586093.1500854709)
- INTERNATIONAL COOPERATIVE ASSOCIATION (ICA). **Guidance Notes to the Co-operative Principles** – Brussels: ICA, 2015, acessível em <http://ica.coop/sites/default/files/publication-files/ica-guidance-notes-en-310629900.pdf>
- ITKONEN, Panu. **Skolt Sami Cooperation: forms of reciprocity in work situations of the sevttijärvi Reindeer Herding Community at the beginning of the 21st century and actions of state administration** – Finland: University of Helsinki, 2012.
- JARILLO, María José Morillas; & REY, Manuel Ignacio Feliú. **Curso de Cooperativas** – 2ª ed – Madrid: Tecnos, 2002.
- JENSEN, Michael; & MECKLING, William. **Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure**. Journal of Financial Economics (October), Vol 3, n. 4, pp. 305-360, 1976.
- JUVÊNCIO, Fernanda de Castro. **As Áreas de Ação e de Admissão de Associados nas Sociedades Cooperativas**, in KRUEGER, Guilherme (coord) **Cooperativismo e o Novo Código Civil** – BH: Mandamentos, 2003.
- KIRSCHBAUM, Charles *et al.* **Os desafios do cluster Vitivinícola da Serra Gaúcha** in DI SERIO, Luiz Carlos (org). **Clusters Empresariais no Brasil – casos selecionados** – SP: Saraiva, 2007.
- KRUEGER, Guilherme. **Do Sistema Operacional das Cooperativas**. in KRUEGER, Guilherme; e MIRANDA, André Branco de (coord). **Comentários à Legislação das Sociedades Cooperativas – Tomo I** – BH: Mandamentos, 2007.

- KRUEGER, Guilherme (coord). **Cooperativas na Ordem Econômica Constitucional, Tomos I e II** – BH: Mandamentos, 2008.
- KRUEGER, Guilherme *et al.* **Curso de Direito Cooperativo** – Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.
- LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. **Atos de Comércio realizados por sociedades cooperativas in: Pareceres** – SP: Editora Singular, 2014.
- _____. **Transformação de uma sociedade cooperativa em SA in: Pareceres** – SP: Editora Singular, 2014.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje** – Brasília: Min. da Educação/Museu Nacional, 2006.
- MACEDO, Armindo Licínio da Silva. **A representação e caucionamento das provisões técnicas das seguradoras em Portugal** – Tese (doutoramento em Ciências Empresariais) – Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto, 2013.
- MACHADO, João Marcelo Borelli. **A Formação Econômica Brasileira e as Cooperativas Brasileiras – dispositivos jurídicos para a subordinação econômica camponesa** – Dissertação (mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade pecuária, imposto de renda – pessoa jurídica** – 14ª ed – SP: Atlas, 2014.
- MATOS, Igor Loureiro de; e DIAS, Gabriela da Luz. **Aspectos jurídicos relacionados aos empreendimentos solidários in Bahia. Economia Sustentável** – Salvador: SETRE, 2011.
- _____. **Cooperativismo: primeiras lições** – Salvador, 2014.
- MATOS, Igor Loureiro de; e PORTELLA, André Alves. **Projeto Piloto para diagnóstico, consultoria e construção de tecnologia de gestão jurídica de cooperativas de pesca: Relatório Final de Execução** – Salvador: SESCOOP-BA/NEF, 2010.
- MENDES, Rodrigo Octávio Braglia. **Regime Jurídico de Sobras e Perdas nas Sociedades Cooperativas – Consequências da Assembleia que deliberou pela Compensação das Perdas do Exercício Encerrado com sobras de exercício futuro – cobrança de perdas dos cooperados demissionários – possibilidade in: FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e**

- Novaes; & ADAMEK, Marcelo Vieira von (org). **Temas de Direito Empresarial e outros estudos – em homenagem ao professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães** – SP: Malheiros, 2014.
- MESQUITA, Augusto Sávio. **Cooperativismo, Cacaucultura e Crise: uma análise da COPERCACAU Central no contexto da crise do agribusiness do cacau na Bahia** – Dissertação (mestrado em Agronomia) – Cruz das Almas: Universidade Federal da Bahia, 1998.
- MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativistas** – Trad.: José Carlos Castro; Maria da Graça Leal; Carlos Potiara Castro – Brasília: Editora Confebras, 2003.
- MONTOYA, Marco Antônio; & PARRÉ, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências: vol 1 e 2** – Passo Fundo: UPF, 2000.
- MORAES, José Affonso de. **O Crédito Como Fator de Desenvolvimento das Cooperativas Brasileiras** in UTUMI, Américo *et al.* **A Problemática Cooperativista no Desenvolvimento Econômico** – SP: Fund Friedrich Naumann, 1974.
- MÜKNER, Hans-H. **Legal Framework for Enterprises with Social Objectives in Germany** – Marburg: Marburg Consult, 2001.
- NAMORADO, Rui. **A Sociedade Cooperativa Europeia – problemas e perspectivas** in **II Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social**, 2003, Valência.
- _____. **Horizonte Cooperativo: Política e Projeto** – Coimbra: Almedina, 2001.
- _____. **Introdução ao Direito Cooperativo – para uma expressão jurídica da cooperatividade** – Coimbra: Almedina, 2000.
- NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Teoria geral dos atos cooperativos** – SP: Malheiros, 2007.
- NEVES, Marcos Fava; & CALEMAN, Sílvia M. de Queiroz. **Metodologia para Análise dos Sistemas Agronegociais** in ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava, & CALEMAN, Sílvia M de Queiroz (org). **Gestão de Sistemas de Agronegócios** – SP: Atlas, 2015.
- NORTH, Douglas C. **Institutions** – Journal of Economic Perspective, Vol. 5, nº 1, pp. 97-112, 1991.

- OGBURN, William F.; e NIMKOFF, Meyer F. **Cooperação, Competição e Conflito** in CARDOSO, Fernando Henrique; e IANNI, Octávio. **Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral** – 5ª Ed – SP: Editora Nacional, 1970.
- OLIVEIRA, Luis Fernando Tividini; & SILVA, Sandro Pereira. **Mudanças Institucionais e Produção Familiar na Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense** (Out/Dez, 2012). Revista de Economia e Sociologia Rural, Vol. 50, n. 4, pp. 705-720, 2012. Acessível em Scielo: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n4/a07.pdf>
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Agenda Institucional do Cooperativismo – Edição 2018** – Brasília: OCB, 2018.
- _____. **Cooperativismo brasileiro: uma história** – SP: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004.
- _____. **Diagnóstico do Ramo Consumo – desafios para o setor** – Brasília: OCB, 2014.
- _____. **Números do Cooperativismo** – Brasília: OCB, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução da Assembleia Geral nº 54/136**. AG Index: A/56/73 E/2001/68 (Annex 2: 2001 United Nations Guidelines aimed at creating a supportive environment for the development of cooperative), em dois a vinte e sete de julho de 2001. Disponível em: <http://www.un.org>.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). **Cooperativas Campesinas y Seguridad Alimentaria: um modelo vigente** - Roma: FAO, 2012.
- OGBURN, William F.; e NIMKOFF, Meyer F. **Cooperação, competição e conflito** in CARDOSO, Fernando Henrique; e IANNI, Octávio. **Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral** – 5ª Ed – SP: Editora Nacional, 1970.
- PEREIRA, Lutero de Paiva. **Financiamento Rural** – 3ª ed – Curitiba: Juruá Editora, 2014.
- PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional** – 3ª ed – RJ: Renovar, 2002.
- PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária** – SP: Saraiva, 2004.
- _____. **O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro** – SP: CNPq, 1982
- _____. **Sistemas Econômicos Comparados**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1984.

- PERIUS, Vergílio Frederico. **Problemas Estruturais do Cooperativismo** – Porto Alegre: Ocergs, 1983.
- POLLAK, Robert. **A Transaction Cost Approach to Families and Households**. Journal of Economic Literature (June), Vol XXIII, pp. 581-608, 1985.
- PORTER, M. E. **Clusters and the new economics of competition**. Harvard Business Review, v. 77, p. 77-90, 1998.
- PUENTES, Antônio Salina. **Derecho Cooperativo** – México: Cooperativismo, 1954.
- REALE, Miguel. **O Novo Código Civil Brasileiro** in Revista da Academia Paulista de Magistrados, V. I, Ano I
- REIS, Tatiana Araújo. **A Sustentabilidade em Empreendimentos da Economia Solidária: pluralidade e interconexão de dimensões**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- REN, D.; e YUAN, P. **China** in CRACOGNA, Dante; FICI, Antonio; e HENRY, Hagen (coord). **International Handbook of Cooperative Law** – London: Springer, 2013.
- RESENDE FILHO, Moisés Andrade. **Uma investigação de comportamento não competitivo ao longo da cadeia produtiva da carne bovina no Brasil**. in 55º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55º, 2017, Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2017. Acessível em: https://www.researchgate.net/profile/Moises-Resende-Filho/publication/318826864_UMA_INVESTIGACAO_DE_COMPORTAMENTO_NAO_COMPETITIVO_AO_LONGO_DA_CADEIA_PRODUTIVA_DA_CARNE_BOVINA_NO_BRASIL/links/598088d00f7e9bd660eb4c15/UMA-INVESTIGACAO-DE-COMPORTAMENTO-NAO-COMPETITIVO-AO-LONGO-DA-CADEIA-PRODUTIVA-DA-CARNE-BOVINA-NO-BRASIL.pdf
- RIBAS, Antônio Carlos de Lacerda. **Os Pressupostos Teóricos que Influenciaram o Crescimento Econômico da Cooperativa Agrária Agroindustrial** – Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
- RICKEN, José Roberto. **A Integração Econômica e Social nas Cooperativas Agropecuárias do Paraná** – Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) – Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Escola

- Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.
- ROBOTKA, F. **A Theory of Cooperation** – Journal of Farm Economics, v. 29 (1), p. 94-114, 1946.
- RODRIGUES, Ana Paula Ramos; CONTO, Mário de. **O Princípio Cooperativo das Portas Abertas e a participação de pessoas jurídicas em Cooperativas no Brasil** – Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo (Setembro), nº. 51, pp. 231-241, 2017. Disponível em <http://baidc.revistas.deusto.es/issue/viewIssue/201/74>.
- SAES, M. S. M. *et al.* **Organização dos mercados de insumos e relações com a agricultura**. Relatório PENSA (desenvolvido a pedido da Confederação Nacional de Agricultura – CNA), 2009.
- SALAZAR, Hernando Emilio Zabala. **Introducion al Derecho Cooperativo**. Medellín: Fundación Universitaria Luis Amigó, 2009.
- SCHWEINBERBER, Geraldo A. **Organização econômica dos produtores rurais e desenvolvimento rural** in MONTOYA, Marco Antônio; & PARRÉ, José Luiz (org). **O Agronegócio Brasileiro no Final do Século XX: estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências: vol 1 e 2** – Passo Fundo: UPF, 2000.
- SHIROTA, R. **Crédito Rural no Brasil: subsídio, distribuição e fatores associados à oferta**. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, Piracicaba, 1988.
- SILVA, José Graziano. **A nova dinâmica da agricultura brasileira** – SP: UNICAMP.IE, 1996.
- SILVA, Vacilon Gomes da. **Financiamento Privado do Agronegócio Brasileiro: análise dos investimentos dos fundos de pensão das estatais no setor no período 2004 a 2012**. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2014.
- SOUSA, Jorge, & HERMAN, Roger (editors). **A co-operative dilemma: converting organizational form** – Canada: University of Saskatchewan, 2012.
- SOUZA, Juliana Vilela Prado de. **Novas estratégias de financiamento do agronegócio: uma análise sobre a viabilidade de emissão do CDCA pelas cooperativas** – Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de

- economia Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- STAATZ, J. **Farmers' Incentives to Take Collective Action via Cooperatives: A Transaction Cost Approach.** in ROYER, Jeffrey (org). **Cooperative Theory: New Approaches** – Washington: USDA, 1987.
- STATISTA. **Market share of grocery stores in France for the 12 weeks ending April 4, 2017** (acessível em <https://www.statista.com/statistics/535415/grocery-market-share-france/>).
- STIGLITZ, Joseph E.; & WEISS, Andrew. **Credit Rationing in Markets with Imperfect Information.** (Jun., 1981). The American Economic Review, Vol. 71, nº 3, pp. 393-410, 1981. Available at SSRN: https://www.researchgate.net/profile/Andrew_Weiss/publication/4733120_Credit_Rationing_in_Markets_With_Imperfect_Information/links/0c960518582a97dfc0000000/Credit-Rationing-in-Markets-With-Imperfect-Information.pdf
- TANIGUTI, Gustavo Takeshy. **Cotia: imigração, política e cultura** – Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- TOUREINE, Alain. **Crítica da Modernidade** – 8ª ed – RJ; Vozes, 2008.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **2012 Census of Agriculture** – Washington: USDA, 2014.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Global Agricultural Information Network: Brazil Retail Foods 2018** – Washington: USDA, 2018.
- VALADARES, JOSÉ HORTA. **Cooperativismo: lições para nossa prática** – Brasília: SESCOOP, 2003.
- VALENTINOV, Vladislav. **Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economics perspective.** Journal of Institutional Economics (February), Vol. 3, nº 1, pp. 55-69, 2007.
- VEGRO, Celso Luis Rodrigues. **Uma abelha circunscrita: um estudo sobre o sucesso empresarial da Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1992.
- VIAN, Ademiro. **Novos Instrumentos de Financiamento do Agronegócio** – SP: FEBRABAN, 2005.

- WILLIAMSON, Oliver. **Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications**. New York: Free Press, 1975.
- WORLD BANK GROUP. **Enabling The Business of Agriculture 2017** – Washington: WBG, 2017.
- WORLD BANK GROUP. **Agriculture, value added (current US\$)**. [on line] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://data.worldbank.org/indicator/NV.AGR.TOTL.CD>. Capturado em 28 de julho de 2018.
- WORLD BANK GROUP. **GDP (current US\$)**. [on line] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>. Capturado em 28 de julho de 2018.
- ZAMAGNI, Stefano, & ZAMAGNI, Vera. **Cooperative Enterprise: Facing the Challenge of Globalization** – Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2010.
- ZANCHIM, Kleber Luiz (coord). **Direito Empresarial e Agronegócio** – SP: Quartier Latin, 2016.
- ZYLBERSTAJN, Décio; FAVA NUNES, Marcos; e CALAMAN, Silvia M. de Queiroz (org). **Gestão de Sistemas Agroindustriais** – SP: Atlas, 2015.
- ZYLBERSZTAJN, Décio. **Conceito geral, evolução e apresentação dos sistemas agroindustrial**. *in*: ZILBERSZTAJN, D. e NEVES, M. F. **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira. 2000.